

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

127

127

SALVADOR • DEZEMBRO DE 2004



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

Edmundo Sá B. Figueirôa

José Ribeiro Soares Guimarães

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Roberta Lourenço de Souza (Bolsista FAPES)

EQUIPE TÉCNICA

Elissandra Alves de Britto

Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)

Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)

Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)

Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)

João Paulo Caetano Santos (Estagiário)

Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO

Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA

Dóris Serrano

Redjane Araújo

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

HBTO Comunicação e Arte

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)

Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.

Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



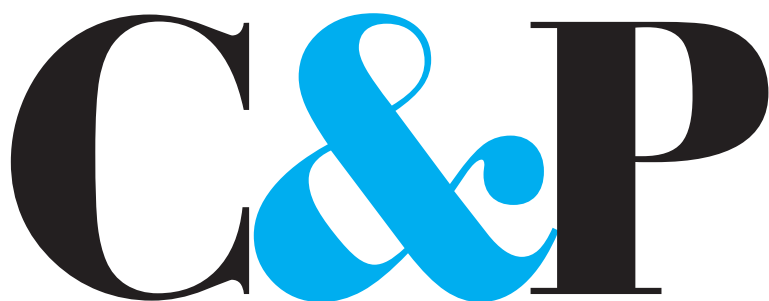
SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB

Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia

Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 371 1853

www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Guerra pelo consumidor: o segmento de móveis e eletrodomésticos no ano de 2004	
Núcleo de conjuntura da SEI	4

Conjuntura Econômica Baiana	8
-----------------------------------	---

Artigos

Desequilíbrios e incertezas globais: a reeleição de Bush e suas consequências sobre o Brasil e o mundo	
Breno Lobo	
Ivan Tiago M. Oliveira	18
Desemprego juvenil: características, causas e consequências	
Ana Cristina Lima Couto	24
A informalidade: alternativa de inserção no mercado de trabalho pela exiguidade do número de empregos formais	
Inácio José Bessa Pires	31
O investimento português no Brasil: o case da Portugal Telecom	
Manoel Justiniano Melo da Fonseca	38

Investimentos na Bahia

Complexo madeireiro concentra 56% dos investimentos previstos	46
---	----

Notícias	50
----------------	----

Legislação	53
------------------	----

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	56
Indicadores Sociais	62
Finanças Públicas	72

Carta do Editor

Os dados preliminares sobre o desempenho da economia da Bahia, em 2004, divulgados pela SEI, apontam para um crescimento de 8,5%, maior que a expansão do PIB do Brasil, que ficará em torno de 5,0%. A indústria foi o principal responsável por esse resultado com destaque para o excelente desempenho do segmento automotivo.

A agricultura baiana contribuirá positivamente, pela quarta vez consecutiva, para o crescimento do PIB, com expansão de 10,0%, beneficiada pela nova dimensão do mercado mundial de alimentos, como os grãos, que abrem novos mercados para a Bahia no que concerne às suas exportações de produtos agrícolas.

Para manter uma trajetória de crescimento nos últimos 13 anos, a Bahia buscou se adequar ao processo de globalização da década 1990: para isso, o comércio exterior da Bahia, a cada ano, responde de maneira satisfatória a esse novo paradigma, não só buscando novos parceiros como ampliando o fluxo para os blocos onde a Bahia tem vantagens comparativas.

Ao mesmo tempo, adotou-se uma política de atração de empresas para investir no estado, com a criação do PROBAHIA, um programa de incentivos fiscais voltado ao desenvolvimento industrial, atraindo indústrias encadeadoras. Esse programa, na verdade, foi uma política para estimular e desenvolver determinados setores industriais que possuem certas vantagens em relação aos demais, atuando para tentar corrigir as imperfeições do mercado.

Os resultados alcançados pelo programa foram significativos. Como exemplos, temos: a consolidação do pólo de papel e celulose na região sul do estado, com a inauguração de mais uma planta industrial em 2005; os investimentos no agro business e no setor calçadista, transformados em um dos principais vetores da interiorização do desenvolvimento da indústria baiana; e, finalmente, o grande responsável pela mudança estrutural no perfil da indústria baiana, o complexo Ford, que já atingiu, este ano, a capacidade plena de produção.

Os resultados de 2004 geram um estado de confiança muito grande e a certeza de uma trajetória de crescimento de longo prazo, que contribuirá decisivamente para atenuar as desigualdades sociais e a melhoria de seus indicadores, que continuam abaixo da média nacional.

A mola mestra do crescimento para os próximos anos continuará sendo, sem sombra de dúvidas, o investimento. A Bahia pode se considerar privilegiada, pelo montante previsto para os próximos anos, pois são contribuições decisivas para o aumento da confiança no desenvolvimento do estado. De fato, os investimentos industriais já alcançam cerca de R\$ 25 bilhões para os próximos quatro anos.

Guerra pelo consumidor: o segmento de móveis e eletrodomésticos no ano de 2004

Núcleo de Conjuntura da SEI*

A retomada do consumo e melhora de alguns indicadores econômicos sinalizam para um encerramento do ano favorável ao comércio varejista, em 2004. Segundo as Contas Nacionais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), verificou-se uma taxa de crescimento de 6% no PIB (Produto Interno Bruto), no terceiro trimestre de 2004, em relação ao mesmo período de 2003. Conforme o IBGE, é o maior resultado desde o terceiro trimestre de 1996, devido à recuperação dos investimentos, aos recordes nas exportações.

Esse bom momento se manifesta também no consumo das famílias, que cresceu 5,7% no terceiro trimestre de 2004, em relação ao terceiro de 2003 - o maior resultado desde o segundo trimestre de 1997 - e, também, pelo crescimento no volume de vendas registrado pelo segmento de bens duráveis (móveis e eletrodomésticos). Por outro lado, o COPOM (Comitê de Política Econômica) atualizou mais uma vez a taxa básica de juros, deixando-a no patamar de 17,25%. Há uma expectativa de que os varejistas não repassem o aumento da taxa Selic para os consumidores; entretanto, estes poderão utilizar outras estratégias como, por exemplo, mudança na composição da cesta de produtos e dos prazos de pagamento.

Nesse contexto, o presente artigo se propõe a analisar o comportamento do comércio varejista, a partir dos dados da PMC - Pesquisa Mensal de Comércio, com especial atenção para o segmento de Móveis e eletrodomésticos, que vem experimentando crescimento auspicioso nas taxas de vendas. E sobretudo no estado da Bahia, onde vem se verificando uma

acentuada disputa pelo consumidor por parte das grandes redes de varejo a partir da chegada de novos players nesse mercado.

O comportamento do comércio varejista nacional

O comércio varejista nacional vem experimentando uma retomada do crescimento das vendas. É o que indicam os resultados apresentados pelo Indicador do Volume de Vendas da PMC/IBGE (Pesquisa Mensal de Comércio), que vem seguindo uma tendência positiva ao longo de 2004. Diferentemente do desempenho registrado para o setor nos nove primeiros meses do ano de 2003, no período de janeiro-setembro de 2004 o desempenho do varejo foi extremamente satisfatório. Como também revelam os indicadores trimestrais do volume de vendas.

Pela Tabela 1, o comércio varejista, como um todo, cresceu 9,27% no terceiro trimestre de 2004, enquanto no ano de 2003, a taxa foi negativa em 4,36%. O comportamento do indicador trimestral de vendas ratifica a retomada e a tendência de crescimento. Os dados do IBGE revelam que a queda na taxa de desemprego e as perspectivas de crescimento da economia, incentivando as negociações salariais das diversas categorias profissionais, foram determinantes para o aquecimento do comércio nesse período.

* Elissandra Britto, economista, mestranda em economia pela UFBA, técnica da SEI e Joseanie Mendonça economista, bolsista FAPES/SEI

Tabela 1
Brasil - Indicadores trimestrais do volume de vendas do comércio varejista
(Base: Igual período do ano anterior= 100)

Atividades	2001				2002				2003				2004		
	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.
Comércio varejista	-0,20	-1,78	-2,79	-1,48	-0,77	-0,91	0,93	-1,86	-5,98	-5,21	-4,36	0,26	7,36	11,26	9,27
Combustíveis e lubrif.	-8,64	-3,98	0,76	0,96	5,33	1,45	9,57	6,14	-6,27	-3,36	-6,12	-1,41	7,54	7,01	3,04
Hiper, super, alim., etc.	2,99	0,45	-1,22	-0,54	-0,04	-1,70	-1,46	-3,73	-7,91	-5,43	-5,00	-1,35	3,94	6,85	7,75
Hiper e supermercados	3,47	0,76	-0,78	0,14	0,67	-0,99	-0,93	-3,18	-7,24	-4,95	-4,84	-1,38	3,90	7,09	8,20
Tecidos, vest. e calçados	4,66	0,53	-1,09	2,54	-2,53	-5,27	2,87	-0,27	-0,41	-5,81	-5,53	-0,86	1,01	12,75	3,61
Móveis e eletrodomésticos	7,12	-0,09	-6,27	-4,08	-1,38	4,00	0,11	-4,17	-9,97	-10,71	1,41	13,00	23,62	34,91	27,09
Veículos, motos, partes e peças	10,29	4,02	-10,93	-15,83	-23,40	-19,79	-11,98	-11,50	-10,09	-13,25	-10,42	3,29	12,72	31,78	22,84

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Serviços e Comércio

Com o aquecimento da economia, os consumidores se tornaram mais otimistas para assumirem novas dívidas. Nesse aspecto, modificam o comportamento, buscando saldar os débitos em atraso.

Além da motivação decorrente da proximidade das festas de fim de ano, o DIEESE estima que R\$ 40 bilhões devem ser injetados na economia brasileira, com o pagamento do 13º salário, o que contribui para a queda na inadimplência, beneficiando, também, as vendas nos próximos meses.

Ainda segundo a Tabela 1, o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou crescimento de 27,09%, no terceiro trimestre de 2004, um crescimento menor do que no trimestre imediatamente anterior, quando se situou em 34,91%; no acumulado do ano, vem registrando crescimento de 28,6%. Observa-se uma variação positiva, considerável, deste segmento, a partir do quarto trimestre de 2003, quando a taxa de crescimento do Indicador do Volume de Vendas situou-se em 13%. Em todos os trimestres dos anos anteriores esse segmento apresentou taxas negativas ou crescimento menor, conforme a Tabela.

Apesar das estimativas apontarem para um crescimento da inflação, estimulando os juros subirem

ainda mais, acredita-se que, em 2004, o setor de comércio desfaça-se da memória amarga do ano anterior e continue crescendo, embora, provavelmente, em menor escala, assim como o segmento de bens duráveis.

Comércio varejista baiano mantém crescimento nas vendas

O incremento no volume de vendas do comércio varejista baiano foi de 7,1%, em relação ao mês de setembro de 2003. O comportamento positivo nos nove primeiros meses do ano de 2004 é considerado como o seu melhor resultado desde 2001, período em que teve início a Pesquisa Mensal do Comércio. No acumulado do ano, a variação positiva atingiu 7,1% e nos últimos 12 meses 5,2%.

No que se refere ao desempenho dos segmentos, tem-se que, das cinco atividades do varejo, cuja base de dados foi definida pela amostra selecionada em 2000, quatro registraram aumento no volume de vendas, em relação a setembro de 2003. Os segmentos que contribuíram positivamente para o desempenho do comércio varejista nesse mês foram móveis e eletrodomésticos (21,1%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (13,1%), tecidos, vestuário e calçados (1,8%) e veículos, motos, partes e peças (22,4%), embora este último não entre na composição da taxa global do varejo. O resultado negativo ocorreu para o ramo de combustíveis e lubrificantes (-5,0%), (Tabela 2).

O DIEESE estima que R\$ 40 bilhões devem ser injetados na economia brasileira, com o pagamento do 13º salário.

Tabela 2
Pesquisa Mensal de Comércio - PMC
Variação no volume de vendas no varejo¹ -Bahia: Set/2004

%

Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	-3,0	7,1	7,1	5,2
Combustíveis e Lubrificantes	-4,2	-5,0	-1,3	-0,1
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,2	13,1	6,7	3,8
Hipermercados e Supermercados	-3,0	13,0	8,4	4,9
Tecidos, Vestuário e Calçados	-0,4	1,8	3,5	-0,1
Móveis e Eletrodomésticos	-15,3	21,1	37,6	30,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-5,8	nd	nd	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	-11,1	nd	nd	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-34,1	nd	nd	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-10,4	nd	nd	nd
Veículos, Motos e Peças	1,4	22,4	24,8	24,7

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Mais uma vez o segmento de móveis e eletrodomésticos foi destaque, embora tenha assinalado redução do ritmo de crescimento no indicador mensal. A melhoria das condições do crédito, com juros menores e prazos maiores, é a explicação para mais um resultado satisfatório, além do maior volume de crédito pessoal disponibilizado, segundo o Banco Central os empréstimos pessoais somaram R\$ 104 bilhões em agosto de 2004, um aumento de 5,9% no trimestre (junho-agosto). Vale ressaltar que a maioria dos contratos foi adquirida para o financiamento de veículos. Entretanto, a maior confiança dos consumidores na recuperação da economia do país, aliada às campanhas promocionais, envolvendo grandes redes varejistas, também pode justificar o desempenho positivo desse segmento.

O desempenho favorável do segmento, verificado no período de janeiro-setembro de 2004, possibilitou ao mesmo acumular, nesses meses, um incremento no ritmo dos negócios da ordem de 37,6%. O comportamento das vendas, a partir do próximo mês, será fundamental para constatar a recuperação do setor, uma vez que em, setembro de 2003, a comercialização desses bens começou a apresentar sucessivos resultados favoráveis, encerrando-se, assim, um longo período de acentuadas retrações nas vendas.

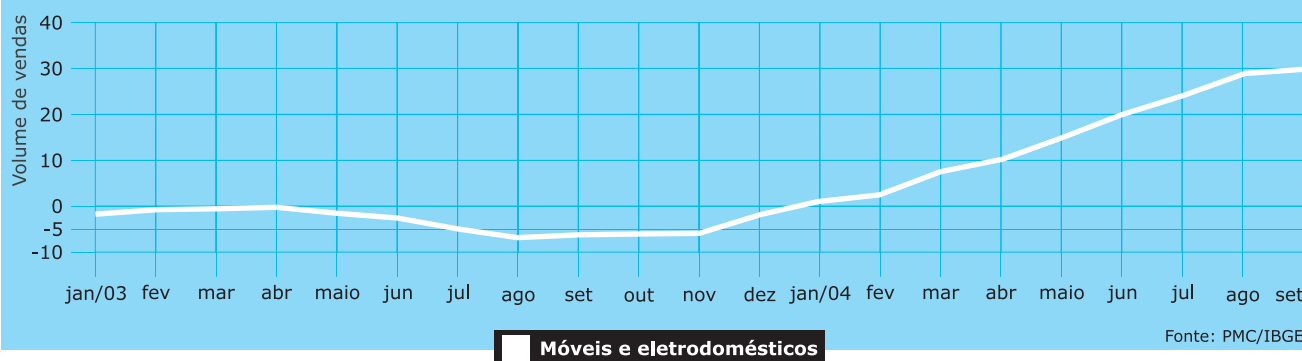
Como as vendas desse ramo de atividade são basicamente atreladas ao sistema de crediário, pode-se

afirmar que a queda nas taxas de juros, ao longo de 2003, a maior oferta de crédito e a ampliação dos prazos de financiamento das compras contribuíram para a expansão das vendas. Em razão do desempenho favorável do segmento, o ramo acumulou, nos últimos 12 meses, o mais expressivo crescimento dentre os demais segmentos pesquisados (30,1%).

Quando analisado o comportamento do setor, ao longo de 2003 e 2004, no que se refere ao indicador acumulado dos últimos 12 meses, observa-se que, a partir de janeiro de 2004, os resultados positivos auferidos por esse segmento já começam surtir efeito, embora com alguns momentos de discrepância no ritmo de crescimento. A partir desse período, há uma evolução do volume de vendas, alcançando, em setembro de 2004, a maior taxa acumulada pelo segmento desde o início da pesquisa (Gráfico 1).

Parte desse desempenho se deve à estratégia utilizada, pelas grandes redes de varejo de móveis e eletrodomésticos, em adotar juros inferiores à taxa Selic, na luta para atrair os consumidores. Além disso, caso se confirme a estimativa do DIEESE em que o pagamento do 13º salário injetará R\$ 1,6 bilhão na economia baiana, poderá ocorrer um aquecimento expressivo das vendas do segmento neste fim de ano. Essa injeção representa um crescimento de cerca de 14% em relação ao ano passado, provoca-

Gráfico 1
Evolução do volume de vendas de Móveis e eletrodomésticos, segundo o indicador de acumulado dos últimos 12 meses



do pelo ingresso de mais trabalhadores formais no mercado de trabalho.

Na Bahia, o ramo de móveis e eletrodomésticos deverá ser ainda mais dinamizado, com os novos investimentos de redes tradicionais, como a Insinuante, e a chegada de mais uma empresa especializada, a Ricardo Eletro. A primeira, espera, com um investimento de R\$ 13 milhões, ampliar a sua venda em 30% a 40%. Enquanto, a segunda, que é uma das dez maiores redes de eletrodomésticos do país, anuncia um investimento da ordem de R\$ 15 milhões.

Esse segmento deverá ganhar um novo estímulo com a concorrência estabelecida entre essas duas grandes redes. Na luta para chamar a atenção dos consumidores, elas utilizam a estratégia de anunciar promoções insuperáveis: o marketing da Ricardo Eletro em "cobrir qualquer oferta do Brasil" provoca reações imediatas da sua concorrente.

As promoções associadas à existência de demanda reprimida deverão influenciar sensivelmente a taxa de expansão do ramo nos próximos meses. Nesse aspecto, a perspectiva para o último trimestre do ano, época mais forte de vendas do varejo, caso não haja mudanças na política econômica, é que se tenha uma aceleração nas vendas do setor.

Os varejistas acreditam que as vendas deverão crescer num ritmo mais lento a partir dos próximos meses, já que as quedas, no segundo semestre de 2003, foram menos acentuadas que no primeiro. Entretanto, apesar de apresentar taxas de crescimento mais moderadas, o varejo deve fechar o ano de 2004 com uma média de desempenho superior ao do ano passado.

Conclusão

Considerado o termômetro da economia, o setor de comércio vem sinalizando para a retomada do crescimento da economia, haja vista os incrementos verificados no consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras. Dessa forma, o ano de 2004 poderá ser um dos melhores para o varejo e também poderá dar início a um ciclo virtuoso para a economia brasileira. Obviamente, a condução da política econômica tem papel preponderante para a manutenção desse ciclo.

Como a economia continua apresentando sinais positivos, com melhoria nas exportações, dívida externa e dívida pública, além do crescimento do PIB, mesmo com a preocupação com a inflação e a elevação recente das taxas de juros, a expectativa para o primeiro semestre de 2005, quanto ao desempenho do comércio varejista e, especificamente, do segmento de móveis e eletrodomésticos, é de manutenção das taxas positivas.

Referências

IBGE. *Pesquisa mensal de comércio*: setembro 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 nov. 2004.

IBGE. *Contas Nacionais do IBGE*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 02 dez. 2004.

CERCA de R\$ 40,2 bi devem entrar na economia com 13º salário, *Dieese*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/cju/rel1304.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2004.

LOJAS embutem juros no crediário, *A Tarde*, 21 nov. 2004.

NATAL deve ser farto este ano, *A Tarde*, 14 nov. 2004.

REDES do varejo disputam consumidor, *A Tarde*, 17 nov. 2004.



Conjuntura Econômica Baiana

No mês de setembro de 2004, a economia baiana apresentou crescimento, tanto na produção industrial quanto no volume de vendas do comércio varejista, com relação aos dados de agosto. Destaca-se, também, o crescimento do fluxo de comércio exterior baiano: exportações e importações. Esses dados refletem o aumento da atividade econômica, sobretudo no município de Salvador, confirmado pelo crescimento do IMEC.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano até setembro, variação positiva de 8,6%, em relação ao mesmo período de 2003. O desempenho das indústrias de refino de petróleo e produção de álcool (13,1%), de produtos químicos (5,8%) e de metalurgia básica (12,6%) continuam determinando o desempenho industrial do estado. Todos os demais itens registraram crescimento no período.

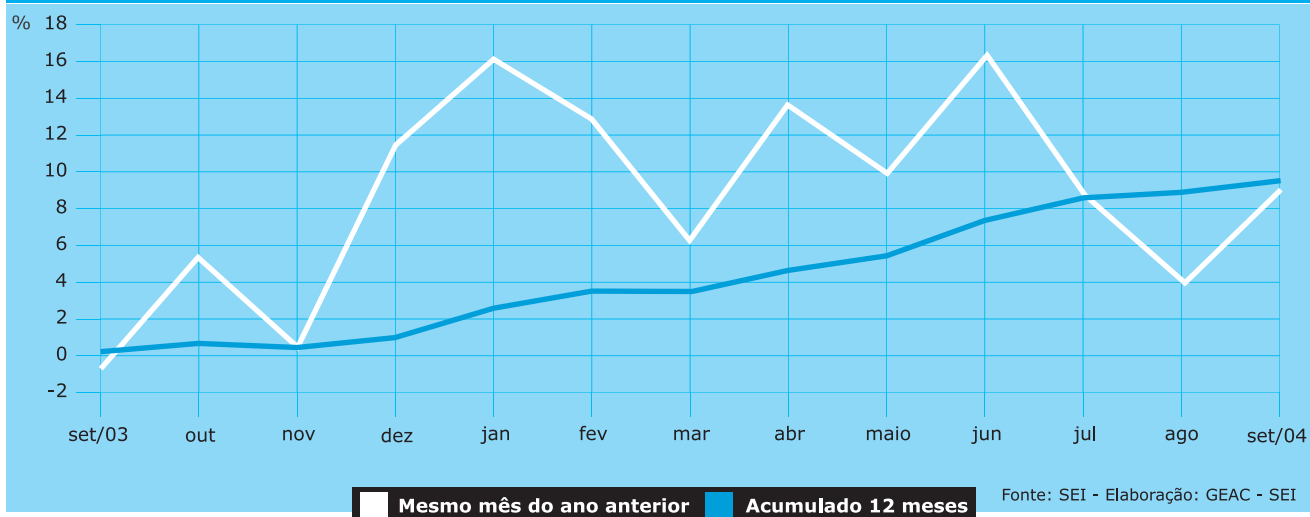
No comércio exterior, o ano de 2004 continua apresentando resultados superiores aos do mesmo período do ano anterior. Segundo dados do SECEX-MDIC, de janeiro a outubro, as exportações acumularam crescimento de 19,2%, enquanto que as importações aumentaram 48,3%. Com esse resultado, a balança comercial, no acumulado do ano, registra um saldo superavitário de US\$ 923,9 milhões.

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no acumulado do ano de 2004 até setembro, apresenta taxa positiva de 7,1%. Contribuíram para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (37,6%) e hipermercados e supermercados (8,4%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 24,8% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 0,2% em outubro, teve aumento em novembro, apresentando taxa de 0,85%. No período de janeiro a novembro, Salvador acumula alta nos preços de 6,8%. Nesse mesmo período, em 2003, o IPC-SEI apresentava taxa de 10,2%. Os grupos que possuem taxa abaixo da inflação geral, nos onze meses de 2004, são: alimentos e bebidas (3,3%), artigos de residência (4,2%), vestuários (5,5%) e despesas pessoais (6,6%).

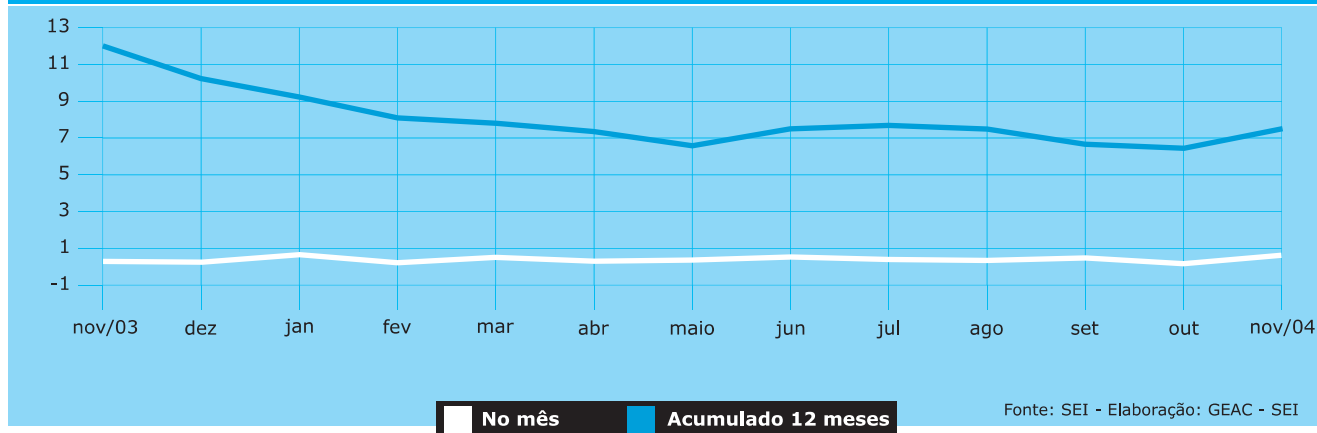
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS ficou em 25,0%, em outubro de 2004, com queda de 0,1 p.p. em relação ao mês anterior, apresentando-se, no ano, com uma taxa média de 26,0%. No que se refere à taxa de desemprego aberto, verifica-se uma queda de 10,5% em relação a outubro de 2003. O mesmo se deu com a taxa de participação, que registrou uma queda de 2,8% no mesmo período. O número de ocupados manteve-se estável, com 1.279 pessoas. Com relação ao rendimento médio real trimestral, verificou-se, uma queda de 0,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



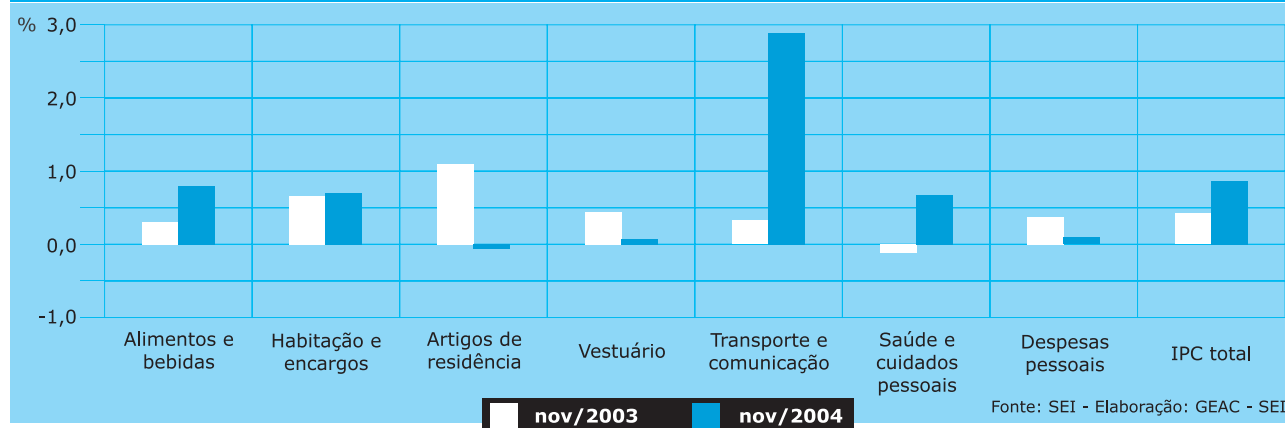
O Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, apresentou, no mês de setembro, crescimento de 8,8%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Resultado semelhante é visto na comparação com o mês de agosto, quando o índice registrou aumento de 2,4%. Com esses resultados, no acumulado dos últimos 12 meses, o IMEC apresenta crescimento de 9,5%, enquanto que, no acumulado do ano, o crescimento é de 10,7%.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



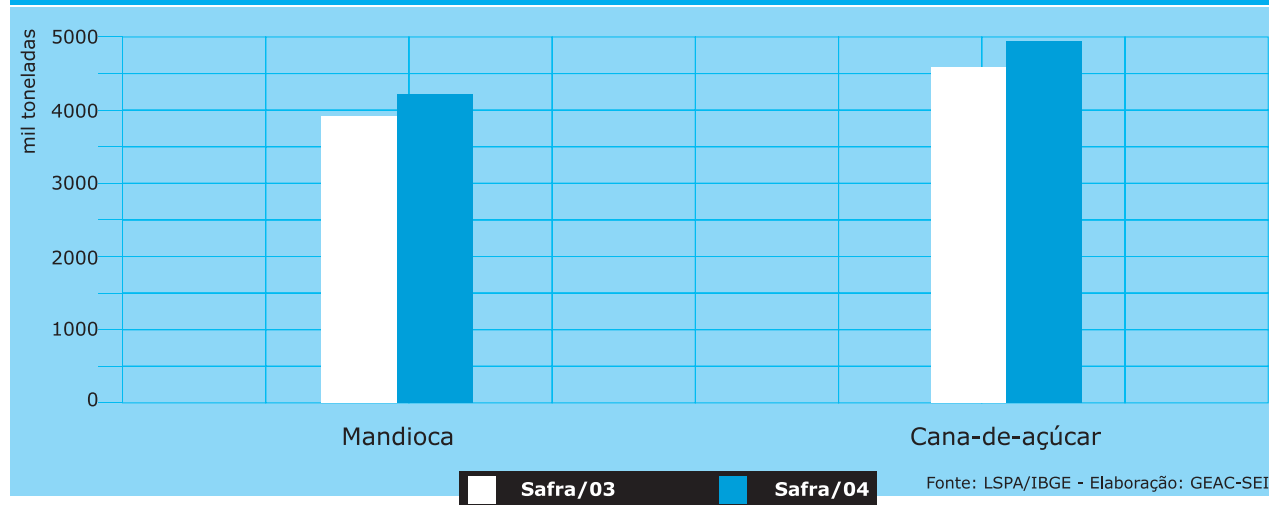
O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou, no mês de novembro, taxa de 0,85%, superior ao resultado alcançado em outubro (0,2%). Já no acumulado dos doze meses, o índice fechou em 7,2%, abaixo do acumulado dos últimos 12 meses até o mês de outubro (6,8%), indicando recuo dos preços em Salvador. Nesta comparação, os grupos transporte e comunicação (12,3%) e alimentos e bebidas (4,0%) foram os que mais pressionaram o índice; já o grupo artigos de residência (4,2%) foi o que menos pressionou, no mesmo período.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



No mês de novembro, transporte e comunicação (2,9%), alimentos e bebidas (0,9%) e habitação e encargos (0,7%) obtiveram os maiores aumentos de preços. Dentro desses grupos, os subítem combustíveis (6,3%), carnes (3,8%) e habitação (1,2%) apresentaram as maiores altas. O grupo artigos de residência teve deflação de 0,1%. A maior queda, neste grupo, ficou por conta do subitem aparelhos elétricos (-1,7%).

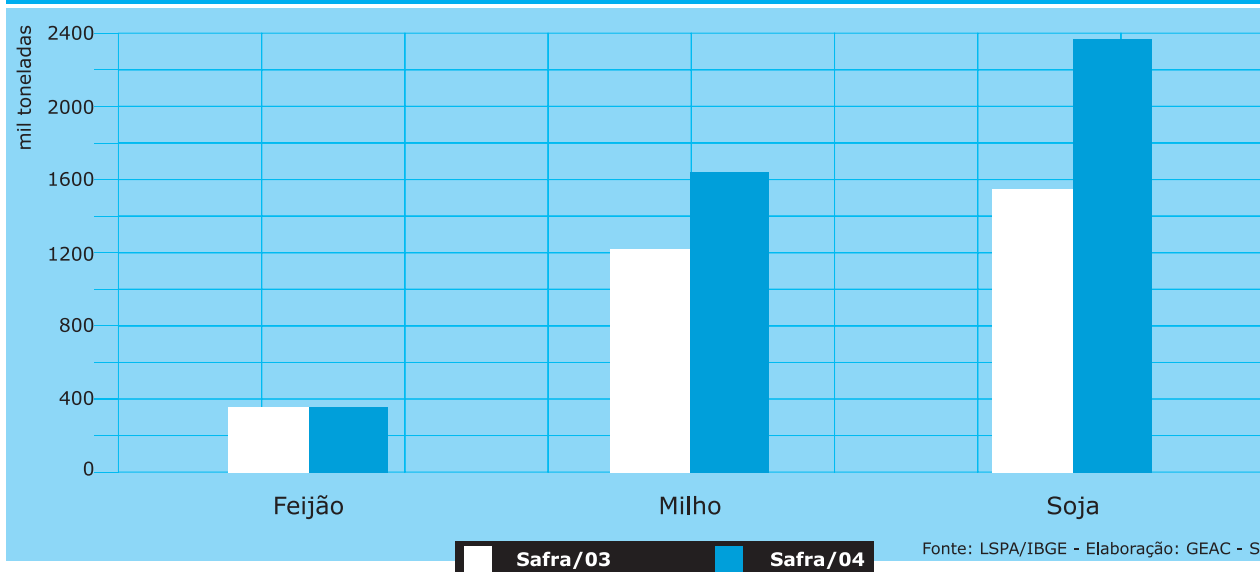
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



As estimativas da safra 2004, do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, do IBGE, realizadas em novembro, mantêm a elevação de 7,5% na produção baiana de mandioca.

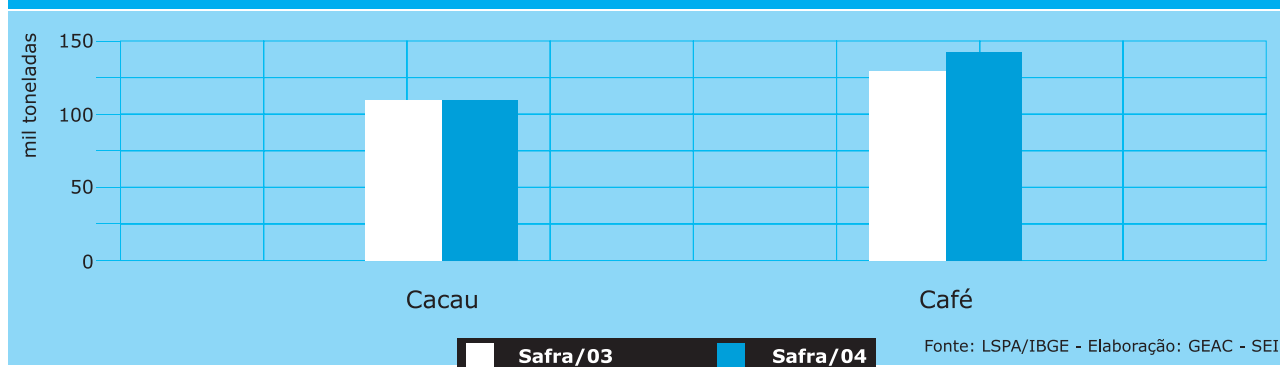
Os resultados da lavoura continuam influenciados pela dinâmica dos preços da tonelada da raiz e da farinha, embora se verifiquem expansões modestas para as áreas plantada e colhida (0,6% e 1,6%, respectivamente). Para a cana-de-açúcar, estima-se aumento de 8,4% da produção em 2004. Esse resultado deve-se, particularmente, ao rendimento da lavoura por hectare, que apresenta expansão de 4,6%, segundo o LSPA.

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



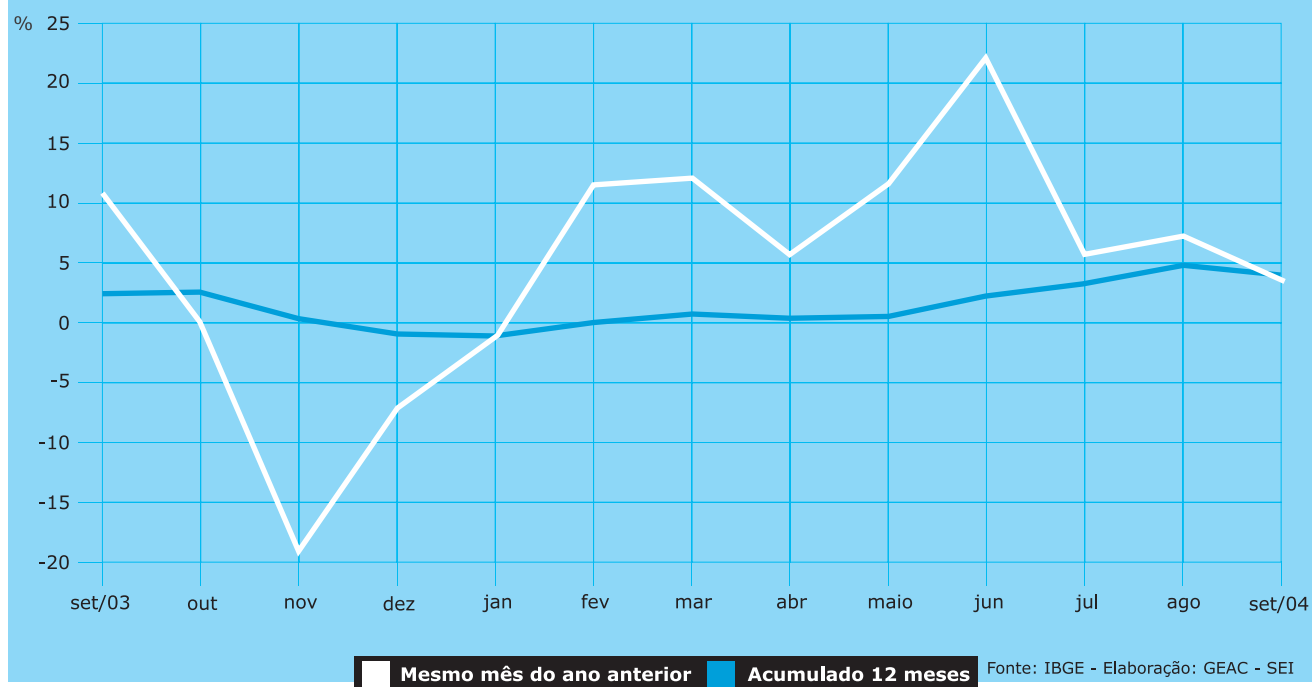
O LSPA/IBGE aponta elevação de 0,9% para a safra de feijão em 2004. A estimativa ainda reflete as chuvas irregulares durante os tratos culturais das lavouras. Para o milho, a previsão é de expansão de 34,1% da produção. Esse resultado, reafirmando análises anteriores, combina o aumento de 44,6% do milho 1ª safra e a queda de 7,0% no milho 2ª safra. Para a soja, tem-se aumento de 52% da produção. A principal lavoura de grãos do estado, com aproximadamente 2,4 milhões de toneladas em 2004, reflete o dinamismo da agricultura empresarial do oeste baiano.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



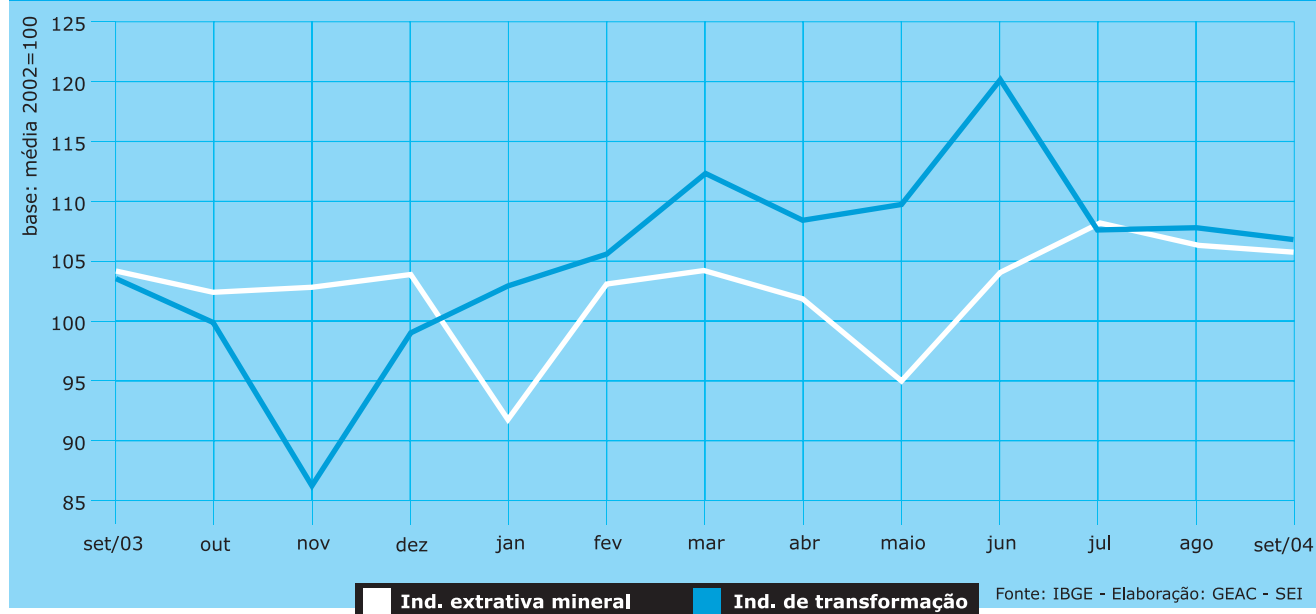
Segundo o LSPA/IBGE de novembro, reafirma-se a queda das estimativas de produção do cacau (0,7%) em 2004. Repetem-se as causas para tal desempenho da lavoura: endividamento dos produtores, as oscilações de preços e a vassoura-de-bruxa. Para o café, tem-se a elevação de 10% da produção. Segundo o IBGE, destacam-se as crescentes exportações brasileiras de cafés de alta qualidade, justificadas pelos esforços dos produtores na busca de novos nichos de mercados, mais lucrativos, contrapondo-se ao mercado passivo do café commoditizado.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



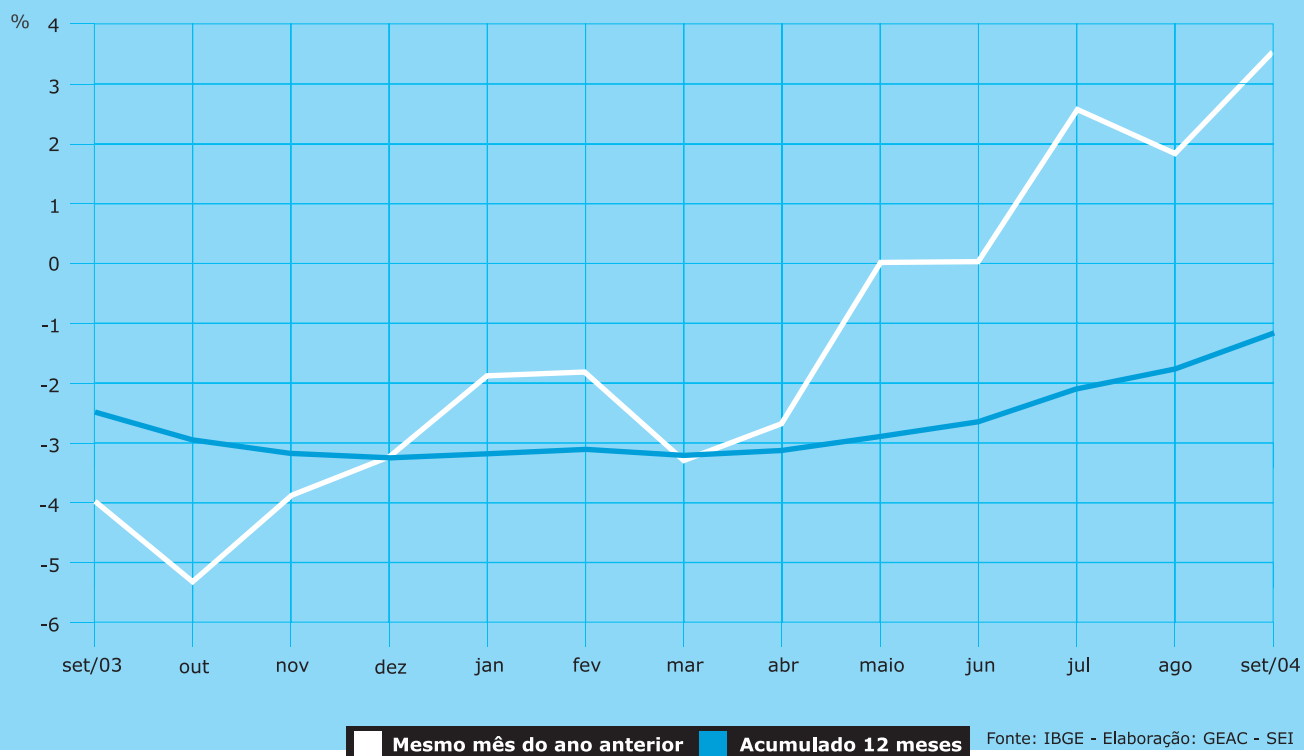
A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostra que, em setembro, a produção industrial do setor de transformação baiano registrou crescimento de 3,6%, na comparação com o mesmo mês de 2003, mantendo a trajetória de expansão iniciada em fevereiro. Esse resultado fez com que a taxa acumulada nos 12 meses atingisse 4,1%. O desempenho recente da indústria de transformação revela que o setor encontra-se em recuperação, derivada, sobretudo, pelo bom desempenho dos setores de refino de petróleo e produção de álcool (4,0%), alimentos e bebidas (0,2%) e metalurgia básica (13,6%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

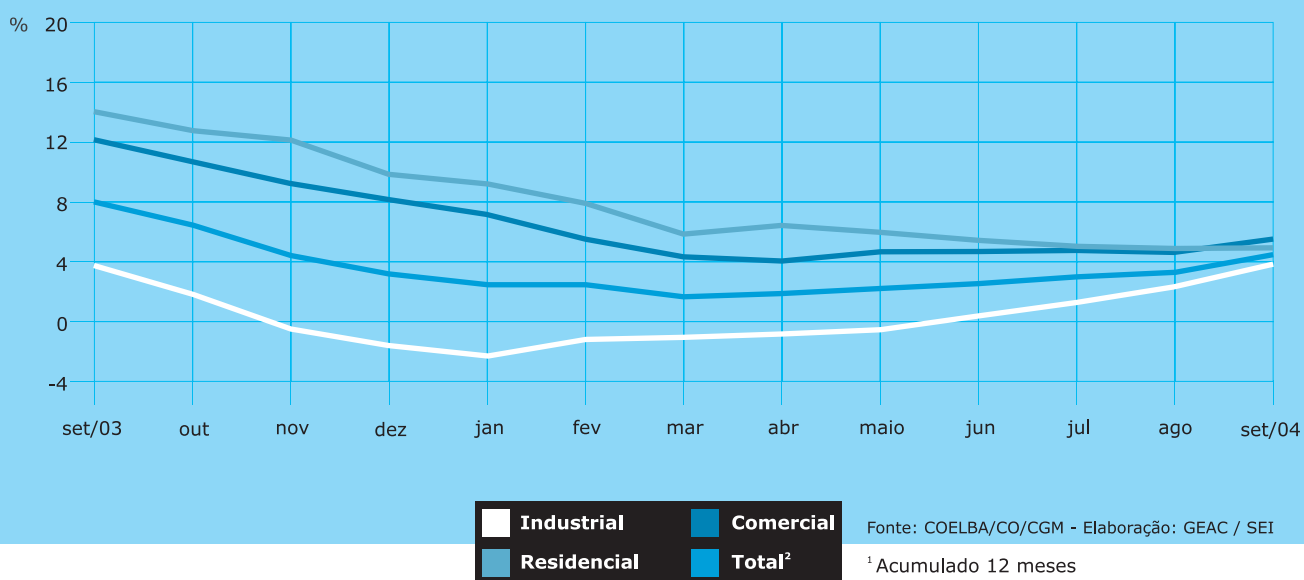


A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em setembro, mostrou recuo de 0,5%, com relação ao mês de agosto. Os segmentos que apresentaram taxas negativas no mês foram produtos químicos (-0,8%) e borracha e plástico (-7,2%). Todos os demais segmentos registraram variação positiva no período. O setor extrativo mineral obteve decréscimo, entre agosto e setembro, de 0,6%, em decorrência do recuo na produção de gás natural e óleos brutos de petróleo.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



A indústria baiana de transformação aumentou o número de contratações no mês de setembro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, do IBGE. No indicador mensal, os setores que apresentaram os maiores aumentos de pessoal ocupado foram fabricação de meios de transporte (45,2%) e produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (22,4%).

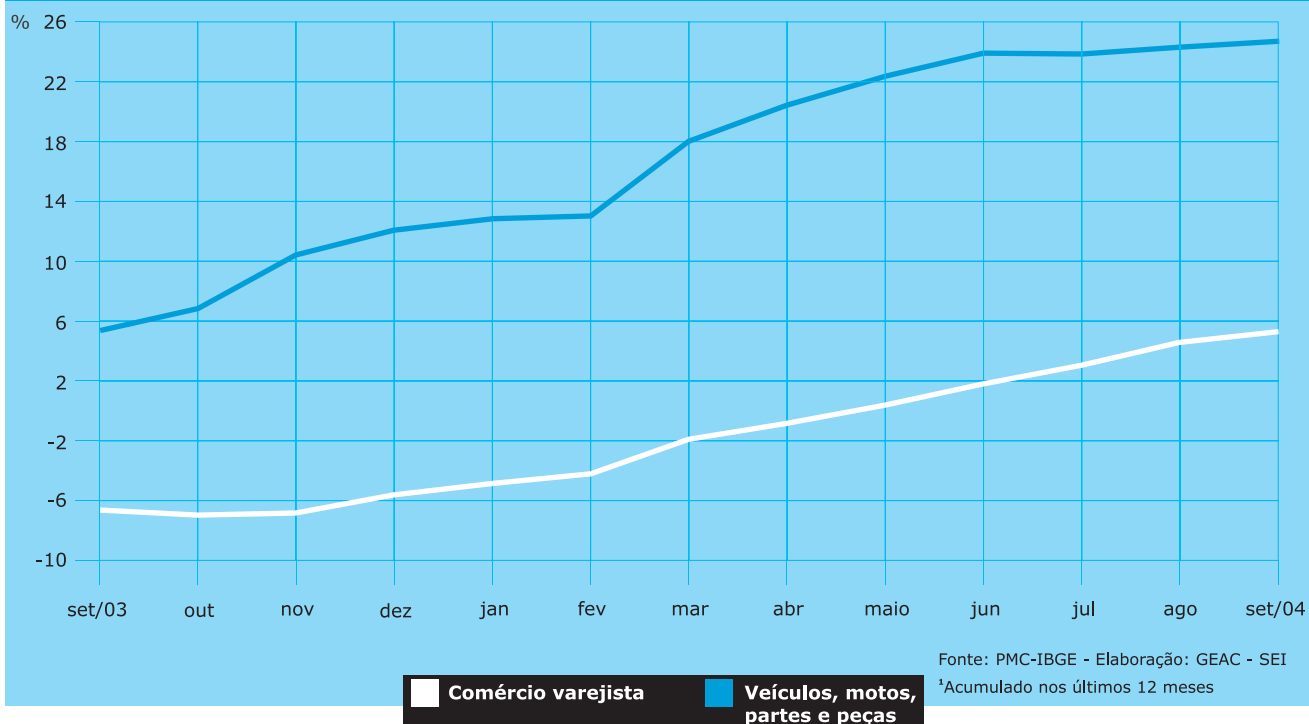
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

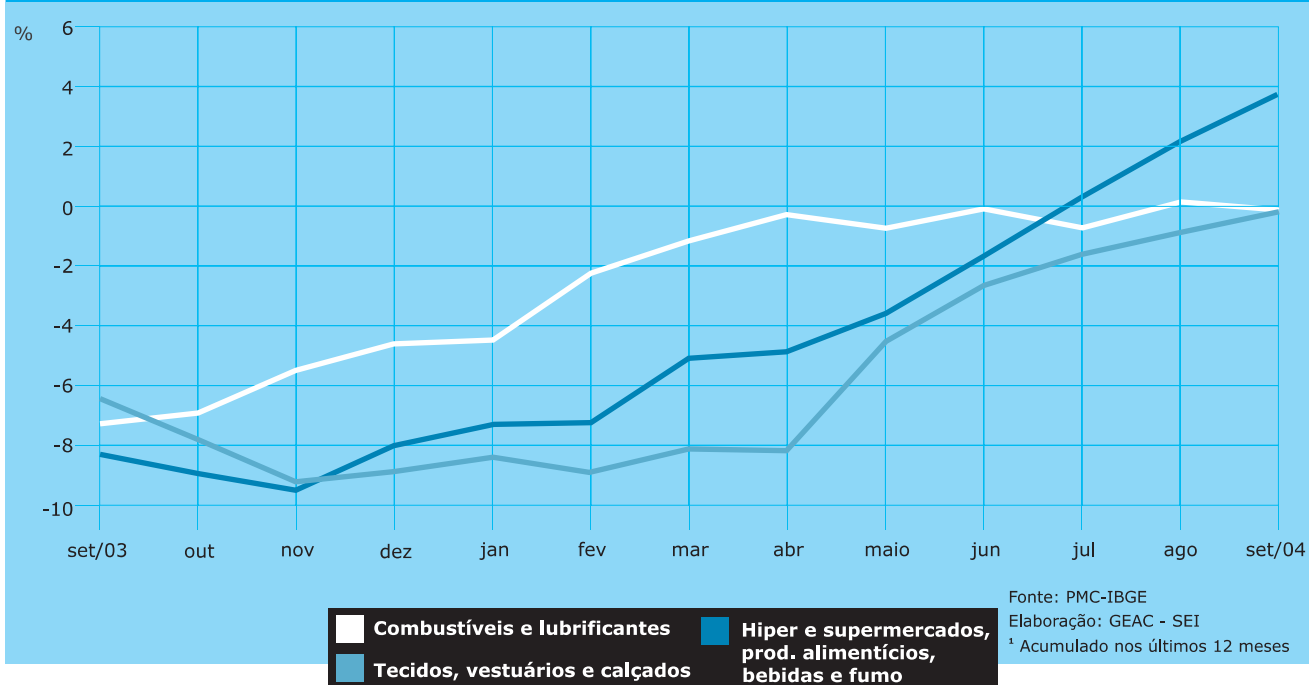
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de setembro, crescimento de 14%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O destaque no crescimento dos últimos doze meses foi o segmento comercial, que cresceu 5,5%; já o consumo industrial registrou, no mesmo período, um crescimento de 3,9%.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



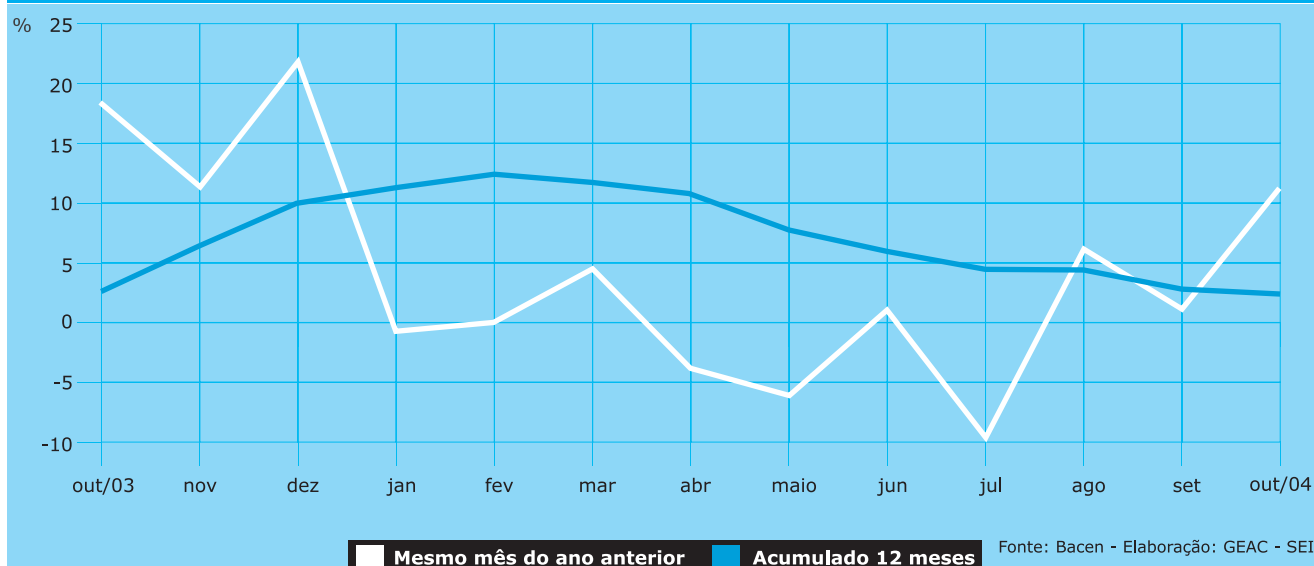
Segundo dados da Pesquisa do Comércio (IBGE), em setembro o volume de vendas do varejo registrou mais um resultado positivo (7,1%), comparado com setembro de 2003, encerrando o terceiro trimestre com taxas satisfatórias. No acumulado do ano, o crescimento verificado foi de 7,1% em relação ao mesmo período do ano passado. As vendas do segmento de veículos, motos e peças apresentaram acréscimo de 22,4% em relação a setembro de 2003.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



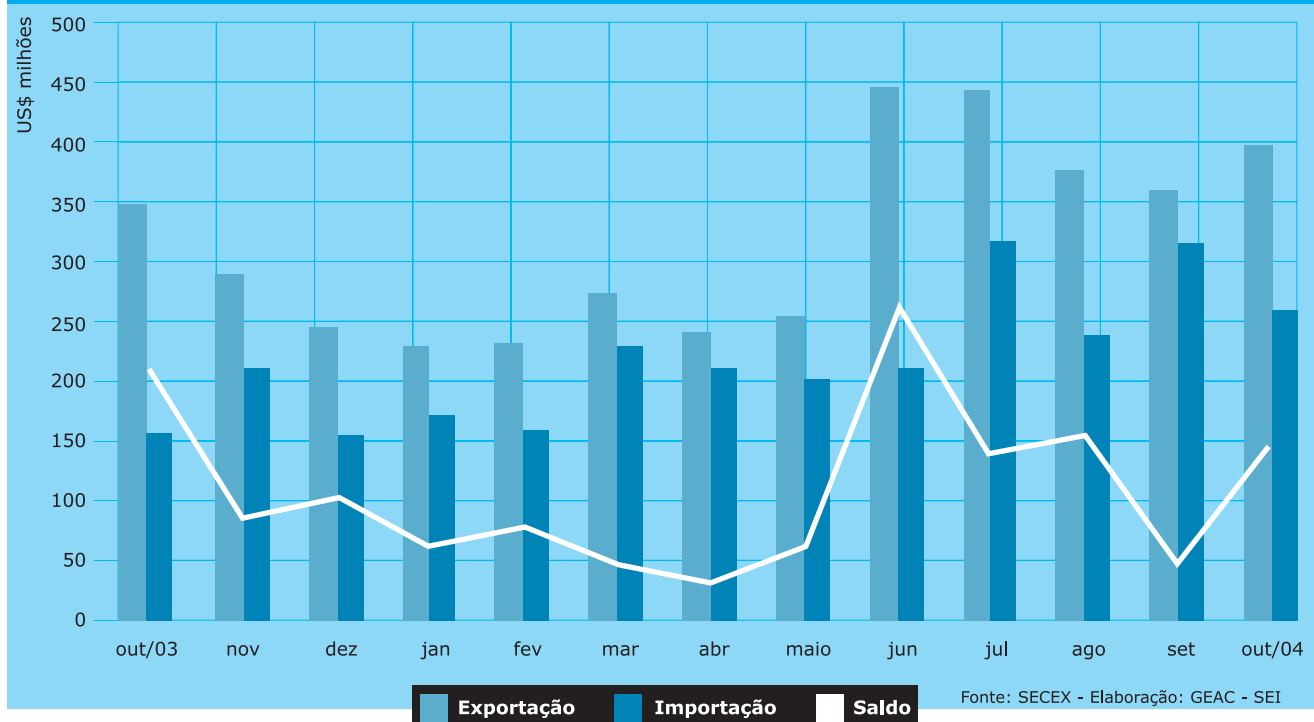
No mês de setembro de 2004, das cinco atividades do varejo cuja base foi definida pela amostra selecionada em 2000, quatro registraram aumento no volume de vendas em relação a setembro de 2003. O destaque foi, novamente, do segmento de móveis e eletrodomésticos que apresentou incremento de 21,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, embora em ritmo de crescimento mais lento.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



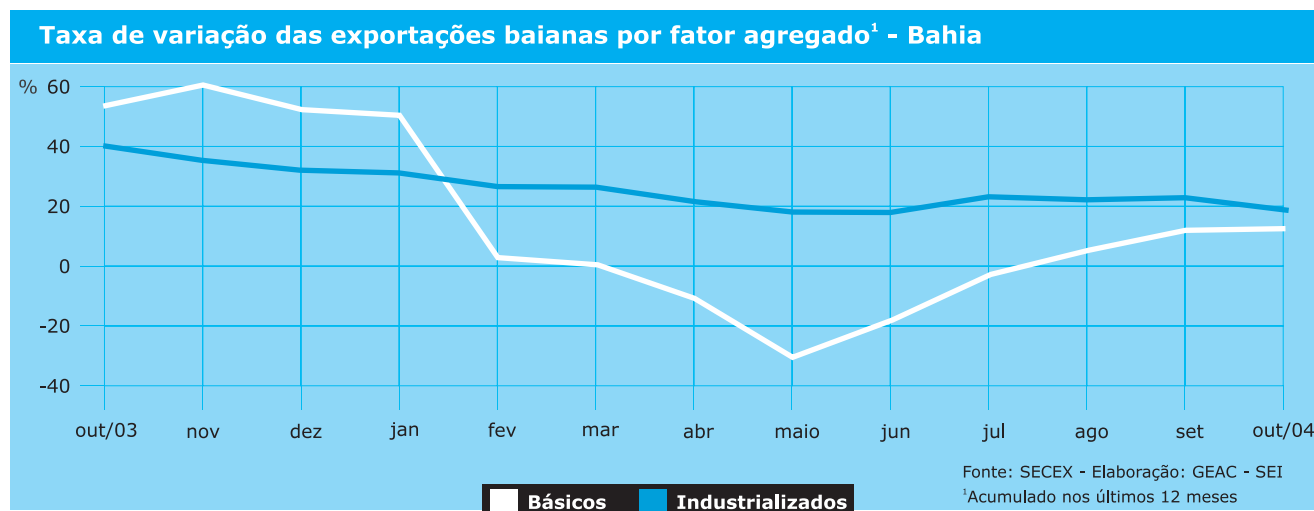
Em outubro, o volume de cheques sem fundos emitidos na Bahia apresentou crescimento de 11,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em setembro, o resultado apontou crescimento de 1,3%. Ao todo, foram emitidos 450.700 cheques sem fundos. Apesar do crescimento significativo nesse mês, a taxa, que vinha apresentando uma tendência de queda, sofreu uma reversão nos últimos três meses do ano. Ao passo que, no acumulado dos últimos doze meses, o crescimento alcançou 2,7%, com uma tendência de queda.

Balança comercial - Bahia

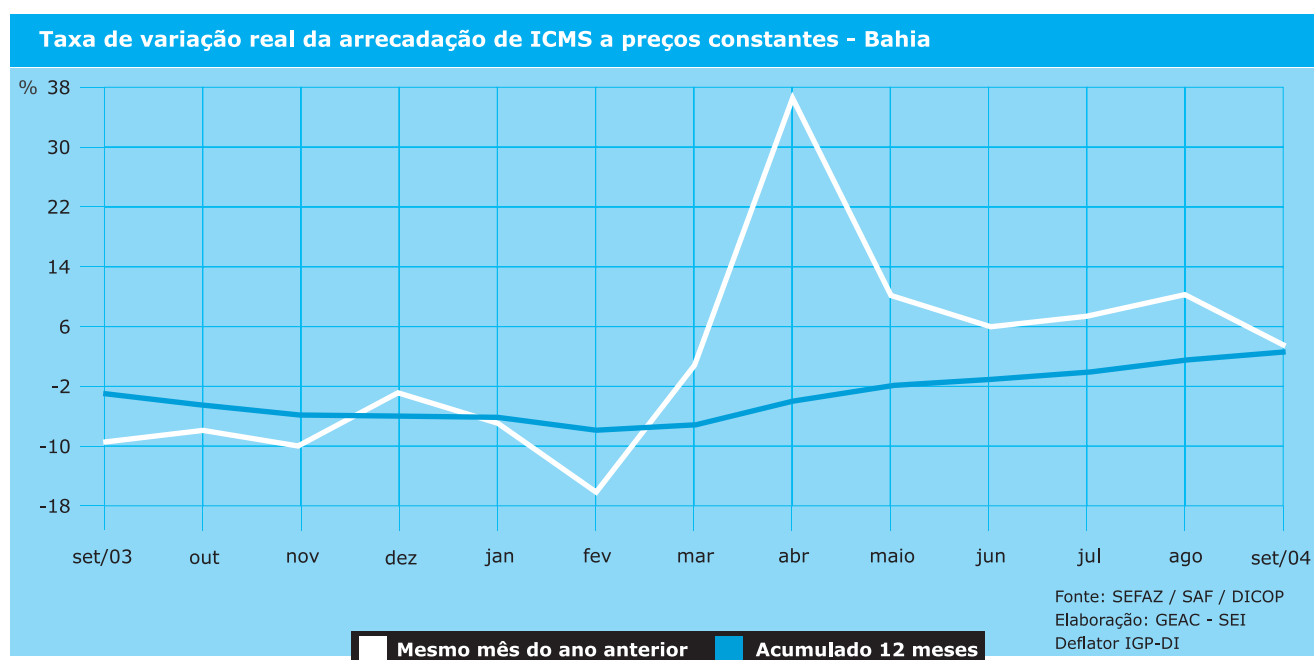


A balança comercial da Bahia registrou, em outubro de 2004, um saldo superavitário de US\$ 135,8 milhões: as vendas externas alcançaram US\$ 395,4 milhões e, as importações, US\$ 259,6 milhões.

As exportações registraram crescimento de 13,6% em relação a outubro de 2003, ao passo que as importações apresentaram taxa bem acima, de 66,0%. Esse desempenho do comércio exterior baiano confirma a tendência de retomada de crescimento da economia nacional, registrado, principalmente, no acréscimo das importações de máquinas e equipamentos e matérias-primas.

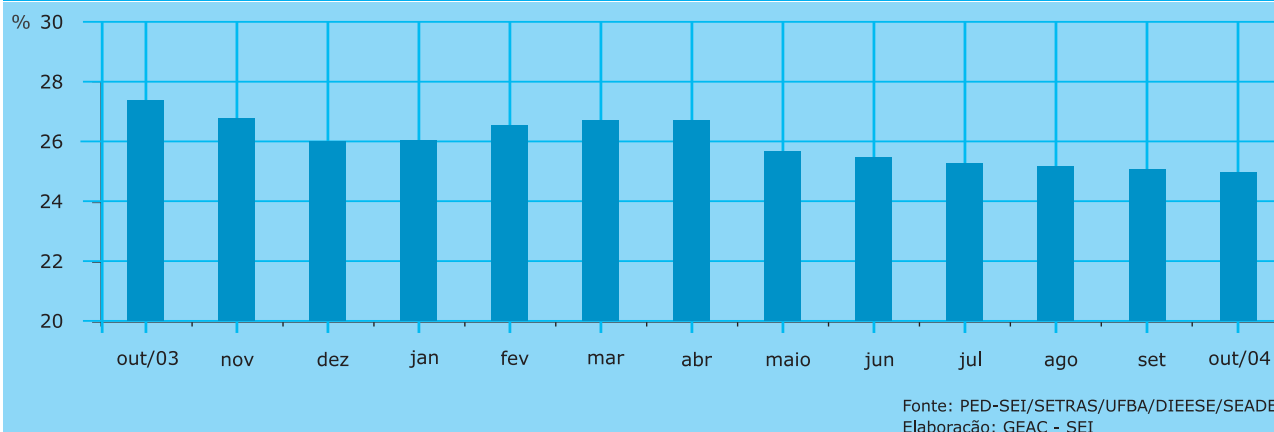


As exportações baianas por fator agregado, nos últimos doze meses, para os produtos básicos, registraram uma taxa positiva de 12,5%, apresentando uma recuperação das vendas externas de matérias-primas. Os produtos industrializados apresentaram uma variação positiva nas vendas de 19,5%, com destaques para os automóveis, os derivados de cobre e petróleo e os produtos químicos.

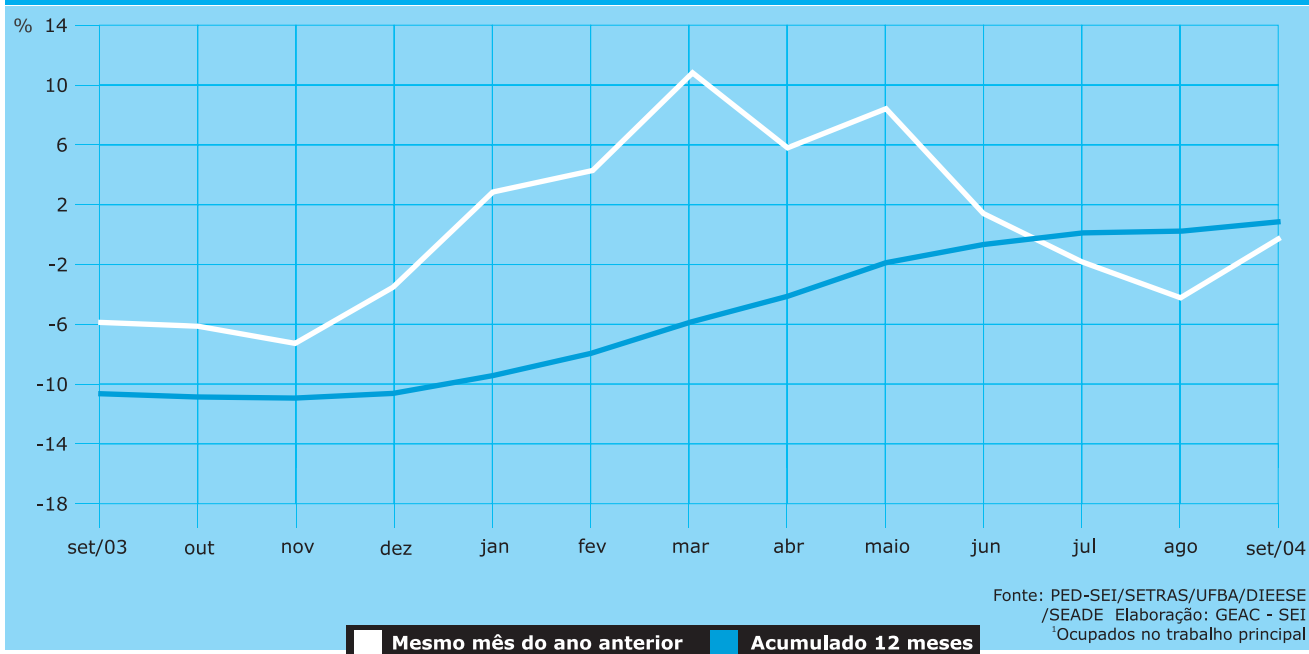


No mês de setembro, a arrecadação real de ICMS, no estado da Bahia, apresentou crescimento de 3,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No período, a arrecadação atingiu um total de R\$ 567,2 milhões, registrando, no ano, um crescimento de 5,6% na comparação com o mesmo período de 2003. No acumulado dos doze meses, após 12 meses registrando taxas negativas, a arrecadação cresceu 2,5%, totalizando, no período, R\$ 4,8 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS



Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a taxa de desemprego total na RMS alcançou 25% da População Economicamente Ativa, cerca de 1.706 mil pessoas, em outubro/04, revelando-se estável em relação a setembro do mesmo ano. Esse resultado é explicado pela criação de 4 mil novos postos de trabalho, número igual ao de pessoas que entraram no mercado de trabalho no período. Essa é a menor taxa desde março/2001. O contingente de desocupados foi estimado em 427 mil pessoas e, o contingente de ocupados, em 1.279 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou decréscimo de 0,14% em setembro/04, comparando-se a setembro/03; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se taxa positiva de 0,81%, até setembro/04. Em termos nominais, o rendimento médio auferido pelos ocupados situou-se em R\$ 669. Esse resultado reflete uma queda na renda do trabalhador, facilmente compreendida pelo avanço da inflação do período que, segundo o IPC/SEI, registrou crescimento de 5,9% no ano.

Desequilíbrios e incertezas globais: a reeleição de Bush e suas consequências sobre o Brasil e o mundo*

Breno Lobo**

Ivan Tiago M. Oliveira**

Valores morais, a vitória do Presidente George W. Bush nas últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos os teve, pelo menos no discurso, como pano de fundo principal. A preocupação com a situação econômica ficou em segundo plano. Não se tratou de uma vitória abissal, apesar de ser a mais expressiva em termos absolutos de todos os tempos, mas com certeza decisiva. Não somente desta vez ele se elegeu sem recorrer à Suprema Corte, de perfil fortemente conservador, mas o Partido Republicano também conta, agora, com maiorias ainda mais confortáveis em ambas as câmaras do Congresso. Bush tem credibilidade para seguir sua política messiânica em termos domésticos e globais. A recente saída do Secretário de Estado Collin Powell do governo Bush, o qual era conhecido como “a voz moderada do governo”, e a indicação para seu lugar de Condoleezza Rice, ultraconservadora, pode nos indicar o que nos espera. Viu-se ocorrer, nessa eleição, a consolidação de uma ideologia da direita moral, ratificando o que alguns analistas das relações internacionais já vinham observando há algum tempo. Como relatou Ricupero (2004):

[...] Tanto em matéria política quanto econômica, social e cultural em geral, a opinião norte-americana vem-se movendo há décadas, rumo a posições cada vez mais à direita, repudiando muitos dos valores e crenças que continuam a sustentar o sistema multilateral. A evolução é sensível no declínio da ala liberal do Partido Democrata, na transformação dos Republicanos em partido quase sempre majoritário, não só no Executivo e Congresso federais, mas nos Esta-

dos e no próprio movimento do Partido Democrata em direção à centro-direita [...]

Levar questões ligadas a valores e religião à pauta da campanha foi o caminho da vitória para Bush. O apoio “fundamentalista” cristão à reeleição de Bush fez toda a diferença. Os EUA são um país essencialmente religioso. Metade da população reza antes das refeições. De acordo com o noticiário, muitos entre os donos do poder, inclusive Bush, acreditam que seu país tem uma “missão divina”. Nesse contexto, Bush estaria fazendo, na Casa Branca, o trabalho de Deus. Parece até a volta à legitimação divina do poder dos tempos do absolutismo. Será?

Em termos geopolíticos, a tentativa de construção de uma ordem cosmopolita continuará certamente inter-

Em termos geopolíticos, a tentativa de construção de uma ordem cosmopolita continuará certamente interrompida por tempo indeterminado.

* Texto para discussão na reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) do dia 24/11/2004. O texto foi escrito sob a orientação de Celeste Maria Philigret Baptista, professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e coordenadora do NEC, e Paulo Balanco, professor da FCE/UFBA e membro do NEC.

** Graduandos em Economia (FCE/UFBA) e bolsistas do NEC. (brenolobo@ig.com.br; ivantiago@hotmail.com).

rompida por tempo indeterminado. Assim, é deixado de lado o necessário *aggiornamento* do sistema internacional, através do qual poder-se-ia enfrentar o desafio do “congelamento do poder mundial”, isto é, o anacronismo das estruturas decisórias de alcance mundial, buscando inserir questões que afligem as regiões mais pobres do mundo numa nova agenda global.

Os mercados reagiram de forma favorável à reeleição do presidente George Bush. As ações subiram em muitas das bolsas do globo, um pouco pela dissipação da incerteza, dada a expectativa de que o segundo mandato traga mais do mesmo. No caso das bolsas norte-americanas, a animação provém igualmente da promessa de Bush de mais das mesmas medidas ditas pro-business, entre as quais o tratamento tributário favorável aos ganhos de capital e aos pagamentos de dividendos. Os mercados esperam, aliás, muito mais das mesmas medidas tributárias – esperam, de fato, que parte dos cortes, inicialmente aprovados em caráter temporário, tornem-se permanentes. Reza o noticiário que também parceiros comerciais importantes sentiram-se aliviados, dada a possibilidade de maior protecionismo numa presidência Kerry. Mais difícil é saber se a equipe de Bush tem resposta à altura dos desafios à sustentação do crescimento norte-americano.

As intenções do senhor Bush não foram muito bem detalhadas no plano econômico. Prometeu reduzir pela metade o déficit público – que bateu recorde de US\$ 415 bilhões no ano fiscal 2003/04 – nesse seu próximo mandato, mas não mostrou como, exatamente, conseguiria atingir tal meta, ainda mais com suas intenções de tornar permanentes as reduções de impostos. Ademais, existe a idéia de revisar o sistema tributário no intuito de abolir o imposto progressivo em troca de um imposto com taxa fixa. Ou seja, o fim da redistribuição, para o deleite dos endinheirados. O sistema de seguridade social também deve ser reformado durante o segundo mandato de Bush. Sua intenção é de criar contas privadas de capitalização, ligadas à Seguridade Social, no intuito de liberar os segurados para utilizarem suas “poupanças” para a compra de ações e títulos no mercado financeiro. Contudo, o grande problema sobre a seguridade social continua sem resposta: como continuariam a ser pagos benefícios plenos aos aposentados, sem aumentar o rombo nas contas públicas, se parte das receitas previdenciárias forem parcialmente desviadas para contas privadas de capitalização?

EUA, China e desequilíbrios globais

Diante do quadro político que se apresenta, cenários desde os mais otimistas aos mais pessimistas são traçados para a economia mundial em seu futuro próximo. Em tais cenários estão contidas, no centro da análise, as perspectivas de como se dará o pouso chinês, assim como o caminho a ser seguido pelos EUA na tentativa de redução dos hiper-déficits fiscal e em conta corrente, ligado, pois, ao comportamento do dólar no mercado cambial.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório *World Economic Outlook*, de setembro último, apesar do crescimento mundial substancial, de cerca de 5% em 2004, o crescimento do Produto Interno Bruto global deve cair para cerca de 4,3% em 2005, devido a fragilidades emergentes no cenário global. A possibilidade de aumentos adicionais nos preços do petróleo, num contexto de crescimento acelerado da demanda e baixa capacidade ociosa na produção e no refino, é a primeira e óbvia fragilidade a ser destacada. A instituição destaca, também, a hipótese de que pressões inflacionárias superiores às esperadas suscitem respostas de política monetária que venha a afetar de forma adversa a demanda, particularmente no caso dos vários países nos quais parece transcorrer uma bolha imobiliária. Para o FMI, o principal desafio de curto prazo consiste em administrar a transição rumo a taxas de juros mais elevadas, considerando que, em vários países desenvolvidos e emergentes, as dívidas públicas e privadas são consideravelmente elevadas. O relatório também chama a atenção para os “desequilíbrios globais” – uma expressão que designa o rombo no déficit corrente norte-americano e suas possíveis implicações em termos de volatilidade do dólar – e recomenda a necessidade de maior colaboração asiática no que diz respeito ao manejo das taxas de câmbio.

O déficit em conta corrente dos EUA deve atingir cerca de 5,7% em relação ao PIB, em 2004, e poderá chegar a 7%, em 2005. O crescimento mais acelerado dos EUA, em relação a seus parceiros importantes – como Japão e Europa –, ajuda a explicar a depreciação crescente do dólar, que já se desvalorizou cerca de 30% em relação ao euro desde 2001, quando Bush iniciou seu primeiro mandato. De fato, a política do dólar forte foi totalmente deixada de lado pela atual administração. Vale também relatar que a

elasticidade-renda das exportações dos EUA (em relação à renda do resto do mundo) é muito inferior à de suas importações (SILVA, 2004). Tal fato nos leva a inferir que se faria necessário que os EUA crescessem mais lentamente do que os demais países, para que se produzisse uma redução do déficit comercial. Contudo, com o freio da locomotiva, o trem global tende também a reduzir seu ritmo de crescimento. Um outro ponto que deve ser lembrado, quando da análise da deterioração das contas externas norte-americanas, é o aumento em seu passivo externo líquido. Apesar das remessas de lucro das multinacionais norte-americanas superarem, em boa margem, as remessas efetuadas por multinacionais em operação nos Estados Unidos, as demais remessas de rendimentos, que consistem fundamentalmente em pagamentos realizados pelo governo norte-americano (juros), tendem a crescer, trazendo problemas relativamente ao balanço de rendas. Com o aumento em curso dos juros norte-americanos – agora em 2% a.a. –, a conta poderá tornar-se negativa num futuro próximo.

Mais da metade do rombo na conta corrente norte-americana é financiada por capital asiático, que investe em títulos do tesouro americano. Consiste, basicamente, da compra de dólares por parte dos Bancos Centrais dos países asiáticos para compor suas reservas internacionais e, assim, melhorar a margem de manobra de seus países na consecução de suas políticas econômicas, através da redução de suas vulnerabilidades externas. O Japão tem cerca de US\$ 830 bilhões em suas reservas internacionais e, a China, cerca de US\$ 515 bilhões. Durante o governo Bush Jr., 92%, dos quase US\$ 1 trilhão de aumento na dívida pública, foi financiado por capital estrangeiro. Se não fosse tal o interesse asiático, o dólar já teria caído ainda mais. O déficit em conta corrente dos EUA suga cerca de 75% do excesso de poupança do Japão, China e Alemanha.

No front chinês, o governo decidiu, diante de uma desaceleração ainda muito tímida (a expansão do PIB no terceiro trimestre foi de 9,1%, depois de 9,6% no segundo e 9,8% no primeiro), ir além das medidas administrativas, e elevou a taxa básica de juros de 5,31% para 5,58% ao ano, pela primeira vez em 10 anos. Tal fato nos leva ao segundo ponto crucial para a economia global. Como se dará o “pouso do dragão”? Especula-se que o superaquecimento chinês pode não se arrefecer tanto, o que poderia influir em um aumento da inflação mundial, em um contexto de au-

mento das taxa de juros internacionais, o que deixaria a periferia do sistema em maus lençóis.

Alguns economistas afirmam que o rombo na conta corrente dos EUA pode ser sustentado por, pelo menos, mais uma década, sem uma queda abrupta do dólar. Segundo os mesmos, a China estaria, conjuntamente com outras economias asiáticas, disposta a financiar “alegremente” o déficit americano. Fala-se em algumas semelhanças com o sistema de Bretton Woods. As economias asiáticas teriam escolhido manter suas moedas desvalorizadas em relação ao dólar, através de compras pesadas de reservas em dólar. Querendo manter suas exportações baratas, para dar suporte ao crescimento rápido, elas estariam ciosas em manter a compra de dólares indefinidamente. Por outro lado, ao comprar os títulos do tesouro americano, elas reduzem as taxas de juros, as quais fomentam o gasto do consumidor norte-americano, que continuaria a comprar os produtos asiáticos. O equilíbrio, então, estaria traçado (The Economist, 2004).

Contudo, muitas reservas devem ser feitas nessa comparação. Uma primeira que aparece diz respeito à posição dos EUA, quando o sistema Bretton Woods funcionava, e hoje. Na década de 1960, os EUA eram superavitários em conta corrente e eram, também, credores líquidos do resto do mundo. Hoje, os EUA apresentam um déficit estupendo em conta corrente e são os maiores devedores líquidos do mundo, o que poderia levantar novas discussões sobre o papel do dólar enquanto moeda âncora internacional.

Outros economistas advogam que uma queda abrupta do dólar nos próximos anos poderá ocorrer com grande probabilidade. Por exemplo, o ex-presidente do FED, Paul Volcker, acredita que o dólar sofrerá uma queda abrupta nos próximos 5 anos, com probabilidade de 75%. Entretanto, alguns acreditam, como Alan Greenspan, que, caso se tenha uma correção no déficit fiscal norte-americano, com aumento da poupança interna e conseqüente queda do déficit em conta corrente, o dólar poderia se estabilizar sem grandes dis-

Hoje, os EUA apresentam um déficit estupendo em conta corrente e são os maiores devedores líquidos do mundo.

túrbios para a economia global. Entrementes, nada indica que tais acontecimentos, tão otimistas, venham, de fato, a acontecer.

Enfim, em meio à dúvida, em termos geopolíticos, com a reeleição de George W. Bush e todo um espectro de desequilíbrios emergentes na economia global, a conjuntura internacional se apresenta nebulosa e incerta. O trem global pode encontrar trilhos tortuosos pela frente.

A reeleição de Bush e o Brasil

“O Brasil vai indo muito bem, e não foi mencionado por nenhum dos candidatos [Bush e Kerry]; de certa forma, isso pode ser visto como uma coisa boa”. A afirmação de John Danilovich (apud LEO, 2004, p.A11), embaixador dos Estados Unidos no Brasil, tenta esconder um fato óbvio da política externa norte-americana: os EUA não dão a mínima importância para o Brasil. Na realidade, os americanos tomam a sua relação internacional com todos os países da América Latina, em geral, como se a sua dominação sobre eles fosse um dado totalmente incontestável (o que não deixa de ser verdade, diante da desproporcionalidade de poder existente entre os EUA e os demais países). Mais do que nunca fica evidente o tratamento que concebe a América Latina como o “quintal” dos EUA. Entendendo-se essa visão que os americanos têm dos seus vizinhos menos abastados, que toma a relação ‘dominantes X dominados’ como dada¹, compreende-se por que todas as atenções de Bush voltam-se para a “expansão da democracia” no Oriente Médio e nos países do chamado “eixo do mal”. O imperialismo americano, já devidamente consolidado nas Américas, deve se expandir para o outro lado do

mundo, de preferência em regiões estratégicas, como é o caso do Oriente Médio.

A reeleição de Bush foi vista com bons olhos pela cúpula do governo Lula. À parte o bom relacionamento pessoal existente entre os dois presidentes, um governo republicano, pelo menos em teoria, é identificado a um maior liberalismo (ou menor protecionismo) nas relações comerciais, o que traria impactos positivos para a balança comercial brasileira, em que pese a forte proteção tarifária imposta pela administração de Bush a produtos agrícolas, como o algodão, por exemplo (protecionismo esse, recentemente contestado na Organização Mundial de Comércio, com vitória dos brasileiros) e siderúrgicos. Na realidade, porém, essa importância dada à relação comercial existente entre os dois países, que estaria sendo incrementada pela reeleição de Bush, é um tanto exagerada se comparada com um governo democrata.

Pelos dados da Tabela 1, que compara a segunda administração de Clinton, no governo americano (1997-2000), com o primeiro governo de Bush, que está se encerrando esse ano, percebe-se que, em termos de política comercial, o tratamento empreendido por democratas e republicanos é bastante semelhante (na realidade, a linha divisória que separa os democratas dos republicanos está muito mais ligada, pelo menos no discurso, a valores morais que a políticas públicas e macroeconômicas propriamente ditas). Tanto em relação ao total das exportações brasileiras quanto ao das importações, a participação relativa do comércio

¹ Há quem afirme que essa total submissão dos países latino-americanos frente à potência americana, acreditando não haver alternativas, é o principal responsável pela semi-estagnação econômica por que passa a região desde a década de 80 (PEREIRA, 2004).

Tabela 1 Comércio Exterior – Brasil X Estados Unidos						US\$ milhões	
	Exportações (destino: EUA)	Participação relativa	Importações (origem: EUA)	Participação relativa	Balança Comercial	Corrente de comércio	Participação relativa
1997	9.275,7	17,5%	13.706,2	22,9%	-4.430,5	22.981,9	20,4%
1998	9.740,9	19,1%	13.505,3	23,4%	-3.764,4	23.246,2	21,4%
1999	10.674,8	22,2%	11.726,8	23,8%	-1.052,0	22.401,6	23,0%
2000	13.180,5	23,9%	12.864,2	23,1%	316,3	26.044,7	23,5%
2001	14.189,6	24,4%	12.893,6	23,2%	1.296,0	27.083,2	23,8%
2002	15.354,0	25,4%	10.285,2	21,8%	5.068,8	25.639,2	23,8%
2003	16.692,4	22,8%	9.564,1	19,8%	7.128,3	26.256,5	21,6%
2004*	16.578,0	21,0%	9.459,0	18,5%	7.119,3	26.036,5	20,0%

Fonte: FUNCEX

* dados acumulados até outubro

com os EUA não apresenta diferenças significativas entre os períodos de governo dos democratas e republicanos, a despeito da tendência atual de diminuição da importância relativa das exportações e importações americanas para o comércio exterior brasileiro.

De fato, a corrente de comércio entre os dois países, indicador mais relevante para analisar a evolução do comércio Brasil X EUA, manteve-se próxima dos 20% do total da corrente de comércio brasileira, durante os últimos oito anos, com picos de 23,5% durante o governo Clinton e 23,8% durante o de Bush². “A verdade é que hoje, em matéria de comércio exterior, a elite internacionalista do partido democrata não é muito diferente do ‘mainstream’ republicano” (POWER, 2004, p.A13).

Esses valores, apesar de comprovarem a importância da situação econômica dos EUA para as exportações brasileiras, não chegam a configurar-se numa total subordinação da economia nacional frente às compras americanas, como ocorre com o México, por exemplo, o que não deixa de ser um aspecto positivo para o Brasil.

Portanto, pela análise dos dados apresentados percebe-se que, em termos comerciais, a reeleição de Bush pouco significou para o Brasil. Se nada de extraordinário acontecer nos próximos quatro anos, a relação comercial entre os dois países deve permanecer estável, mais ou menos do mesmo jeito em que se encontra atualmente. Talvez o único aspecto mais imediato que possa afetar as relações comerciais entre Brasil e EUA refira-se à evolução das negociações para a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Mais quatro anos de poder nas mãos dos republicanos significa um desenvolvimento da ALCA nos moldes que o governo Lula deseja: com acordos multilaterais restritos a assuntos unânimes entre os países e total liberdade para a negociação de acordos bilaterais (a chamada ALCA “light”, que não entra em assuntos controversos). Como os principais estados americanos, que são a base política de Bush,

têm uma atividade agrícola bastante forte, uma ALCA mais ampla poderia trazer perdas significativas. De outro lado, como os democratas representam a ala mais moderna e industrial da sociedade americana, que seria muito beneficiada por uma maior liberalização comercial, talvez a pressão por uma ALCA “verdadeira” fosse mais intensa.

De qualquer maneira, a análise das consequências da reeleição de Bush para o Brasil deve se ater menos às questões comerciais do que às implicações macroeconômicas derivadas da política dos Estados Unidos. Como já foi relatado, apesar do discurso do presidente reeleito afirmar que o déficit fiscal norte-americano cairá pela metade nos próximos quatro anos, a situação só tende a piorar. A continuidade do intervencionismo externo unilateral, através da luta contra o eixo do mal (ou seria terrorismo de Estado contra nações soberanas?), certamente manterá, ou até mesmo ampliará, os gastos militares. Ao mesmo tempo, a reforma da seguridade social norte-americana (que significará elevados custos de transição do regime atual para o novo), e a provável manutenção permanente dos cortes de impostos efetuados no primeiro mandato, são postos como prioridades para os próximos quatro anos, o que poderá resultar em redução das receitas do governo. Ou seja, é bem provável que o déficit fiscal dos Estados Unidos não diminua, mas, sim, se amplie. Caso esse déficit orçamentário – que significa uma ampliação da demanda agregada – comece a provocar pressões inflacionárias na economia americana, uma medida possível e plausível para conter uma eventual inflação de demanda seria a elevação mais acentuada da taxa básica de juros do país.

Do outro lado, o déficit em transações correntes também não deve se modificar muito, o que pode intensificar o processo de desvalorização do dólar. Enquanto os países asiáticos, principalmente Japão e China, confiarem na moeda americana e permanecerem financiando esse déficit, a engrenagem do sistema continuará funcionando e a economia mundial permanecerá num ritmo estável de crescimento. A partir do momento em que a desvalorização do dólar alcance um ponto em que seu papel de reserva de valor in-

Talvez o único aspecto mais imediato que possa afetar as relações comerciais entre Brasil e EUA refira-se à evolução das negociações para a implementação da ALCA.

² Apenas a título de curiosidade, tanto as exportações americanas com destino ao Brasil quanto as importações de origem brasileira representam apenas cerca de 1% do total exportado e importado pelos EUA.

ternacional comece a ser questionado, não restará alternativa ao governo americano senão elevar abruptamente sua taxa básica de juros, a fim de se criar um mecanismo substituto de financiamento externo.

Ou seja, a manutenção ou ampliação do duplo déficit americano pode desembocar numa situação em que seja imprescindível uma elevação das taxas de juros internacionais. Esse sim é um aspecto bastante relevante da reeleição de Bush para o Brasil. Dada a inserção internacional da periferia latino-americana no sistema capitalista mundial, de ampla subordinação à situação macroeconômica dos países centrais do sistema e aos fluxos internacionais de capitais, uma deterioração das condições de financiamento externo, por causa de uma elevação das taxas de juros internacionais, pode levar o país a uma nova crise cambial, com todas as suas maléficas consequências sobre o nível interno de produção, emprego e renda.

Portanto, as consequências da reeleição de Bush para o Brasil vão muito além de meras questões comerciais. O aspecto central a ser percebido é a relação de poder existente entre os países, no plano mais geral do sistema capitalista de produção. A forma de inserção do Brasil nesse sistema coloca o país numa situação de ampla dependência frente à conjuntura econômica dos Estados Unidos. Ou seja, a continuação das políticas macroeconômicas americanas, com

o segundo mandato de Bush, pode trazer desastrosas consequências para a economia brasileira.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O falso império. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. B2, 08 nov. 2004.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World economic outlook*: setembro de 2004. Disponível em: www.imf.org. Acesso em: 15 out. 2004.

LEO, Sérgio. Alca será retomada, afirma embaixador dos EUA. *Valor Econômico*, São Paulo, p. A11, 04 nov. 2004.

POWER, Timothy J. Bush ou Kerry: faz diferença para o Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A13, 01 nov. 2004.

RICUPERO, Rubens. *A ordem cosmopolita*: uma construção interrompida? In: SEMINÁRIO POR UMA GOVERNANÇA GLOBAL DEMOCRÁTICA, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2004. Disponível em: www.ifhc.org.br. Acesso em: 10 nov. 2004.

SILVA, Antonio Carlos Macedo e. Norte-americanos, chineses e a alegria do mundo. *Política Econômica em Foco*, Campinas, n. 4, maio-out. 2004. Disponível em: www.econ.unicamp.br. Acesso em: 20 nov 2004.

THE WOLF at the door. *The Economist*, Londres, 28 out. 2004. Disponível em: www.economist.com. Acesso em: 05 nov. 2004. ■



Desemprego juvenil: características, causas e consequências

Ana Cristina Lima Couto*

Ao se analisar a estrutura do desemprego por faixa etária observa-se que as maiores taxas incidem mais significativamente sobre os jovens: este artigo tem como objetivo apresentar algumas contribuições da literatura que tentam explicar as características, as causas e as consequências desse grave problema social.

A primeira característica do mercado de trabalho, no que se refere ao desemprego do jovem, é a sua superioridade em relação ao do adulto. Isso é constatado para a maioria dos países, desenvolvidos ou não¹. Estudos constataram que, em geral, quando ocorre um aumento de 1% na taxa de desemprego dos adultos, a do jovem tende a elevar-se em 2% (ILO, 1999).

No Brasil, uma análise sobre o comportamento das taxas de desemprego também mostra que os jovens apresentam maiores taxas relativamente aos adultos. De acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que leva em conta informações produzidas para seis regiões metropolitanas², a taxa de desemprego por faixa etária, em 2003, era de 38,15% para os jovens de 15 a 17 anos e 23,25% para os jovens de 18 a 24 anos. Já entre a população adulta, esse indicador registrou taxas bem menores: 9,38% para aqueles de 25 a 49 anos e 5,2% para aqueles com mais de 50 anos.

A segunda característica consiste na observação de que as taxas de desemprego, tanto para os jovens quanto para os adultos, estão positivamente relacionadas, variando na mesma direção. O'Higgins (1997, p. 6), desenvolve um estudo em que analisa tais taxas para homens e mulheres por idade, em alguns países europeus³ e constata uma forte relação entre as taxas de desemprego adulto e jovem. Esse autor também cita um estudo realizado por Gaude (1997), em que se estimou a elasticidade do desemprego juvenil (15 a 24 anos) com respeito ao desemprego adulto (25 a 54 anos)⁴. Na maioria deles foi encontrado um R² superior a 0,9 e uma elasticidade da taxa de desem-

prego juvenil, com respeito à taxa de desemprego adulto, perto de 1.

Isso significa que, nesses países, as variações na taxa de desemprego juvenil são diretamente proporcionais aos movimentos na taxa dos adultos. Assim, como as taxas dos jovens são relativamente maiores, tais variações são, em termos absolutos, mais substanciais para estes.

A terceira característica refere-se à constatação de que as taxas de desemprego dos jovens são maiores do que a taxa de desemprego total. Pochmann (1998, p. 36) apresenta a evolução desse indicador de 1960 até 1997, em algumas economias desenvolvidas (Gráfico 1), e comprova que durante todo esse período o desemprego dos jovens sempre se manteve superior ao desemprego total. Além disso, a diferença entre essas taxas foi ampliando-se no decorrer dos anos.

No Brasil, a evolução das taxas de desemprego total e dos jovens, para o período compreendido entre os anos de 1980 e 1997, mostra que essa característica também é válida para cá (Ibid., p. 46). Mais recentemente, em 2003, enquanto a taxa de desemprego total registrada pela PME foi de 12,3%, a dos jovens, conforme já ressaltado, foi de 38,15% (15 a 17 anos) e 23,35% (18 a 24 anos). Neste período, os movimentos de elevação, redução e estabilização da taxa de desemprego total ocorreram simultaneamente com a taxa de desemprego dos jovens.

* Professora colaboradora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (adcouto@ig.com.br).

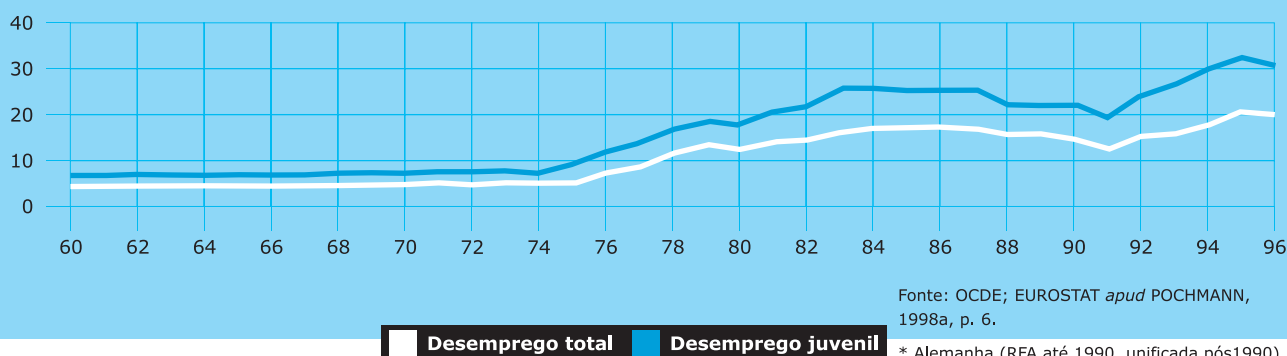
¹ Ver as taxas de desemprego adulto e juvenil para diversos países em O'Higgins (1997, p. 05).

² Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte.

³ Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Espanha e Suécia.

⁴ Gaude estima a seguinte relação: $\ln(YUR)_t = a + b\ln(AUR)_t + et$, onde YUR_t é a taxa de desemprego jovem, AUR_t é a taxa de desemprego adulto e $\ln$ indica o logaritmo natural. O modelo foi analisado separadamente para alguns países: Austrália, Canadá, Finlândia, França, Alemanha, Indonésia, Irlanda, Japão, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Portugal, Singapura, Espanha, Suécia e Estados Unidos, além de Hong Kong.

Gráfico 1
Evolução das taxas médias de desemprego total e juvenil (15 a 24 anos) para 10 países selecionados da OCDE*



* Alemanha (RFA até 1990, unificada pós1990), Canadá, Espanha, Estados Unidos, Japão, Reino Unido (jovens de 16 a 24 anos), Finlândia, França, Itália (jovens de 14 a 24 anos) e Suécia.

Causas do desemprego juvenil⁵

Quando se discutem as causas do desemprego juvenil, deve-se levar em conta dois fatores: o primeiro refere-se às questões ligadas à oferta, as quais se revestem de um forte caráter sociológico; o segundo diz respeito às questões econômicas mais inclinadas para o lado da demanda por trabalho. No entanto, apesar das especificidades que caracterizam o desemprego juvenil, acredita-se que a sua principal causa seja a mesma que a do adulto, ou melhor, do desemprego de modo geral, qual seja, a geração insuficiente de postos de trabalho para absorver o total de desempregados.

A literatura internacional apresenta diversas causas para explicar o elevado desemprego dos jovens. Evidentemente é necessário levar em conta a importância relativa desses fatores, que tendem a variar em função dos distintos países e do seu nível de desenvolvimento. Ademais, convém ainda destacar que não há um consenso entre as diferentes explicações, uma vez que elas não são totalmente satisfatórias.

As interpretações econômicas do desemprego juvenil

Do conjunto de causas que explica o desemprego dos jovens, as interpretações econômicas estão relacionadas com o lado da demanda por trabalho. Refere-se à existência de mercados de trabalho internos (segmentação do mercado de trabalho), ao custo do trabalho do jovem, às práticas discriminatórias, ao baixo dinamismo econômico e às regulamentações do mercado de trabalho.

Do conjunto de causas que explica o desemprego dos jovens, as interpretações econômicas estão relacionadas com o lado da demanda por trabalho.

A primeira explicação de ordem econômica para o elevado desemprego entre os jovens – muito embora possa estender-se a outros grupos vulneráveis do mercado de trabalho, como as mulheres casadas, imigrantes, minorias étnicas etc. – deve-se à existência de mercados de trabalho internos (SANCHIS, 1997), que se constituem em um grande obstáculo para o jovem obter um posto de trabalho, sobretudo para aquele que está na batalha pelo primeiro emprego, visto que

(...) a maioria ou a totalidade dos postos com alguma qualificação são preenchidos por promoção interna e que ao mercado de trabalho propriamente dito, ou externo, só se recorre para preencher os hiatos que se produzem nos escalões mais baixos da pirâmide de trabalho. Em épocas de expansão geral do nível de emprego, o mercado interno deve ser insuficiente para satisfazer as necessidades de mão-de-obra, mas em circunstâncias como as atuais lhe basta e sobra, e as empresas tendem a reciclar os antigos empregados para adaptá-los às novas exigências

⁵ Essa parte foi realizada com base em Pais (1991), O'Higgins (1997), Sanchis (1997), ILO (1999) e Medina (2001).

tecnológicas e produtivas antes que a contratar novos trabalhadores. É um fenômeno que se justifica em parte por circunstâncias objetivas – por exemplo, a impossibilidade de adquirir as qualificações necessárias fora da própria empresa (...)” (SANCHIS, 1997, p. 128-9).

Uma análise da literatura mostra que o objetivo geral de muitas das políticas de inserção profissional voltadas para os jovens estão muito concentradas em reduzir o custo do trabalho desse segmento, ao invés de atuar no sentido de dar-lhes a qualificação que a demanda de trabalho exige atualmente. Entretanto, a relação entre nível salarial e nível de emprego ainda permanece objeto de muita polêmica entre os estudiosos do assunto. Sabe-se que, apesar da existência de um salário mínimo legal, há um contingente muito grande de jovens que trabalham em troca de um salário abaixo desse mínimo.

Para Sanchis (1997), o problema do custo do trabalho juvenil deve ser analisado mais em termos relativos do que em termos absolutos, considerando-se essa questão em dois sentidos: em relação ao custo do trabalho adulto e em relação à produtividade esperada do trabalho dos jovens. No primeiro caso, a literatura considera que os salários dos trabalhadores jovens são muito elevados em virtude da existência da legislação sobre o salário mínimo. E, quando os salários pagos aos jovens se aproximam daqueles pagos aos adultos, é provável que o empregador prefira contratar um trabalhador de mais idade. Isso porque o jovem possui baixo capital humano, menos experiência profissional e menor produtividade relativamente aos adultos. Além disso, acredita-se que estes tenham um comportamento menos instável do que o jovem.

Não necessariamente esta teoria se sustenta, já que não é comum a equivalência de salários entre trabalhadores jovens e adultos. Em diversos países da OCDE, assim como em países menos desenvolvidos, as taxas de salário relativo dos jovens caíram substancialmente nos anos 1990, ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego dessa categoria elevou-se. Portanto, esse fato demonstra que o pagamento de salários mais baixos aos jovens não contribui para a redução do seu desemprego.

Considerando-se a dimensão macroeconômica, há uma relação direta entre a dinâmica geral da economia e o nível de emprego. Assim, o crescimento

econômico é visto como um elemento essencial para a criação de empregos, devendo fazer parte de qualquer estratégia para reduzir o desemprego, sobretudo o dos jovens.

Quando se trata da década de 1990, o baixo dinamismo econômico que caracterizou diversas nações teve impacto negativo sobre o funcionamento dos seus mercados de trabalho, através da redução na geração de postos de trabalho, visto que foram reduzidos os níveis de investimento e dos gastos públicos. Contudo, em alguns países em que houve expansão econômica, esta não necessariamente tem se traduzido em queda da taxa de desemprego desse grupo. Esse fato pode estar relacionado a problemas de ordem estrutural enfrentados por esses países.

A existência de mercados de trabalho internos, conforme salientado anteriormente, é uma forma de se considerar a discriminação como causa do desemprego dos jovens. Há uma posição de inferioridade da mão-de-obra jovem em relação à adulta, diante dos processos de seleção colocados em prática pelos empregadores: processos que se fortalecem à medida que existe uma oferta superabundante.

Adicionalmente, pode-se afirmar que a discriminação, além de favorecer o alto desemprego juvenil, também contribui para o maior subemprego dessa categoria. Os jovens socialmente menos favorecidos não têm acesso a uma boa educação básica e encontram maiores dificuldades para conseguir uma colocação. Além disso, são discriminados por razões de classe social, cor e sexo e, portanto, estão mais propensos ao desemprego (ILO, 1999).

No que se refere às regulamentações do mercado de trabalho, a literatura afirma que elas podem contribuir para o aumento do desemprego do jovem, à medida que tornam o seu trabalho caro. Em alguns países defende-se o uso de contratos de emprego por tem-

Há uma posição de inferioridade da mão-de-obra jovem em relação à adulta, diante dos processos de seleção colocados em prática pelos empregadores.

po determinado para os trabalhadores jovens, com o objetivo de excluí-los da proteção da legislação trabalhista. Entretanto, essa experiência tem mostrado que, apesar do aumento do uso desse tipo de contrato de trabalho, são poucas as repercussões no sentido de diminuição do desemprego. Na França, por exemplo, conforme estudos da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 1999) o efeito da redução da proteção do emprego para os jovens foi a criação de uma nova categoria de desemprego, qual seja, o desemprego recorrente. Assim, ao invés de permanecer um longo período desempregado, o jovem passou a viver a situação de freqüentes períodos de desemprego de curta duração.

O desemprego juvenil do lado da oferta: valores e atitudes dos jovens diante do trabalho

Analisar o desemprego juvenil pela ótica da oferta de mão-de-obra é uma forma de estudar esse problema levando-se em consideração os valores e atitudes dos jovens diante do trabalho, fato esse que se reveste de um forte caráter sociológico. Assim, segundo essa vertente, além dos fatores de ordem demográfica, da evolução das taxas de participação ou do baixo nível de escolaridade, seriam os próprios jovens que se auto-excluiriam do emprego, devido a uma suposta rejeição, por parte destes, da disciplina trabalhista e sua pouca motivação para o trabalho⁶.

Os empregadores acreditam que a maioria dos jovens possui atitudes negativas em relação ao valor do trabalho. Eles são considerados como trabalhadores instáveis e irresponsáveis que, além de apresentarem baixo desempenho, costumam registrar muitas faltas ao trabalho. Essas atitudes explicariam as maiores barreiras para a contratação de jovens. Essa forma de analisar o problema do desemprego juvenil é muito comum na sociedade em geral e não apenas nos meios empresariais, conforme salientado por Sanchis (1997).

Todavia, a rejeição ao trabalho pelos jovens não deve ser generalizada, visto que não existe uma homogeneização de comportamentos e atitudes. Como afirma Pais (1991), o mercado de trabalho juvenil não é homogêneo. Os jovens que estão concorrendo a uma vaga diferenciam-se em razão do gênero, de sua origem social, do grau de escolaridade e dos seus projetos profissionais. Assim, uma mesma situação eco-

nômica ou o mesmo emprego pode ter significados variados em razão das características sociológicas de quem o ocupa. Dessa maneira, as diferentes atitudes diante do emprego/desemprego e suas diversas estratégias de inserção profissional dependem desses condicionantes.

Na verdade, os jovens não rejeitam o trabalho. Alguns deles são mais seletivos e podem enfrentar sem grandes problemas um período maior de inatividade ou de desemprego. De modo geral, esse comportamento é próprio dos jovens originários das classes sociais mais favorecidas, que se mostram mais exigentes na busca por uma ocupação. Procuram uma atividade que lhes proporcione alguma realização profissional e não encaram o trabalho apenas pelo seu caráter instrumental. Aqueles que possuem cursos de nível superior rejeitariam mais facilmente os empregos considerados de baixa qualidade e de menor prestígio social e esperariam por uma oportunidade mais condizente com sua escolaridade e com seus interesses. Já os jovens com menor nível de escolaridade, assim como aqueles provenientes dos estratos sociais mais baixos, teriam menor capacidade de escolha e seriam levados a aceitar o emprego que estivesse disponível (PAIS, 1991).

Numa pesquisa realizada sobre os jovens belgas e italianos, diferentes autores concluíram que a recusa ao trabalho aparece apenas entre uma minoria deles. Segundo esses estudiosos, o trabalho ainda é um elemento central na vida dos jovens, mas atualmente eles o encaram de outra forma, procurando combiná-lo com elementos de liberdade e autonomia, no sentido de buscar a realização profissional, além da redução do tempo dedicado ao trabalho (MARTINS, 2001, p. 65).

Há outros estudos que explicam a persistência de altas taxas de desemprego entre os jovens em fun-

⁶ Os jovens veriam o trabalho como algo penoso, uma obrigação desagradável, fonte de tédio. Por isso, é importante lembrar aqui que trabalho tem origem etimológica de *tripalium*, palavra que se referia a um objeto com três pés, utilizado para submeter um condenado à tortura. Em toda a tradição cultural judaico-cristã, o trabalho está muito associado à idéia de sofrimento. De acordo com Gênesis, o trabalho aparece como um castigo, vinculado ao pecado original e à expulsão do Éden, onde não era necessário trabalhar para sobreviver. Já São Paulo considerava o trabalho como uma obrigação moral: quem não trabalha não come (SANCHIS, 1997, p. 163-4). Foi através de Max Weber, influenciado pela ética calvinista, que o trabalho passou a ser visto como valor central na vida do indivíduo. É normal que o homem trabalhe. Assim, conforme Molitor (1993, p. 294), "a riqueza do homem é sua força de trabalho (ou sua qualificação) e deve obter por ela uma remuneração justa. O trabalho deve realizar-se dentro do marco de condições decentes de emprego. Este enobrece o homem e lhe assegura dignidade e status social. O trabalho é também uma forma de participar das ações de transformação coletiva da sociedade (...)".

ção de certas características próprias da juventude, tais como onipotência e intermitência. É comum entre os jovens o descompasso entre a formação profissional adquirida e a procura por um trabalho atraente. Acreditando que tudo podem, eles buscam ocupações distantes da sua realidade, incompatíveis com os requisitos que possuem. Além disso, costumam ter pretensão salarial não condizente com os salários pagos no mercado (CENTERFOR/OIT apud MADEIRA & RODRIGUES, 1998, p. 458).

Sob diversos contextos culturais, o trabalho é considerado como um dos aspectos mais importantes nas relações entre as diversas gerações e, através dele, se acentuam os mecanismos de socialização dos jovens para os papéis da vida adulta, além de desenvolver-se o próprio processo de reprodução econômica e social (CHIESI & MARTINELLI, 1997, p. 110). Portanto, não tem fundamento aceitar a idéia de que o jovem recuse a ética do trabalho, apesar dos empregadores acreditarem nisso e usarem esse argumento para justificar sua resistência à contratação de trabalhadores jovens. A rejeição do trabalho pelos jovens pode ser, no máximo, um fenômeno limitado a um grupo muito pequeno.

Outras causas do desemprego juvenil do lado da oferta de trabalho

É amplamente propagado na literatura que fatores demográficos (elevação do tamanho da coorte jovem) e educacionais (qualificação e empregabilidade dos jovens) também causam forte impacto no nível de desemprego juvenil.

Em relação ao tamanho da coorte jovem, a elevada taxa de desemprego deve-se ao fato de que tal coorte é muito superior à da população em idade adulta. Desse modo, quanto maior a quantidade de jovens pressionando o mercado de trabalho em relação ao número de adultos, maior a taxa de desemprego dos jovens. Porém, esta explicação não é satisfatória, pois

o tamanho da coorte jovem, ou seja, a proporção dessa categoria na população total, vem diminuindo na maioria dos países durante as décadas de 1980 e 1990. Isso deveria ter se traduzido em menores taxas de desemprego para esse grupo etário.

Quanto ao problema da qualificação e empregabilidade, é muito difundida a idéia de que o baixo nível de educação e qualificação dos jovens também têm repercussões sobre o seu alto nível de desemprego, especialmente com as maiores exigências próprias desta nova era tecnológica. As mudanças no processo de trabalho e a adoção de modernas técnicas organizacionais contribuíram para o surgimento de novas qualificações ou especializações dos trabalhadores. Assim, exige-se um “novo” tipo de profissional, que necessita de um nível de escolaridade cada vez maior, embora isso não represente maiores salários.

De modo geral, os jovens não possuem as qualificações que as empresas necessitam. Não obstante, a tese de que a elevação do nível educacional e da qualificação seria suficiente para reduzir o alto desemprego, não só dos jovens, mas também dos adultos, não é totalmente válida. Deve-se ressaltar que uma elevação dos níveis de escolaridade pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma ocupação. Em países como o Brasil, por exemplo, observa-se que têm sido justamente os trabalhadores com maior escolaridade e qualificação os mais atingidos pelo desemprego⁷. O maior desemprego entre os jovens somente em parte é um problema dos que não freqüentam escola, que têm baixos níveis de escolaridade ou pouca qualificação. Todavia, não há como negar que bons níveis de educação e formação contribuem de forma positiva para facilitar a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

⁷ Segundo Pochmann (2001, p. 73), observa-se que “no Brasil, têm sido justamente os trabalhadores com maior escolaridade os mais atingidos pelo desemprego. Nos anos 1990, por exemplo, o desemprego para pessoas com mais de 8 anos de instrução subiu 620%, enquanto para pessoas com menos de um ano de instrução, o aumento foi de 189%”. Ainda segundo Pochmann (2002, p. A3), dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, mostram que, “em 2001, para o total de seis regiões metropolitanas, a maior taxa de desemprego foi registrada entre os que possuíam de 9 a 11 anos de estudo (8,2% da população economicamente ativa), superior aos que possuíam até 4 anos de estudo (4,6%) e entre 5 e 8 anos (7,3%). Ainda que, entre os desempregados que possuíam 12 anos ou mais de estudo, a taxa seja a menor (3,1%), foi entre estes que se registrou o segundo maior crescimento da taxa de desemprego entre 1994 e 2001 - 29% -, ficando atrás somente do grupo com 9 a 11 anos de estudo, cujo aumento da taxa foi de 36% no mesmo período”.

É amplamente propagado na literatura que fatores demográficos e educacionais também causam forte impacto no nível de desemprego juvenil.

Consequências do desemprego juvenil

Independentemente da causa do desemprego do jovem, é inegável que a exclusão desse segmento do mundo do trabalho é motivo de grande preocupação social, que pode trazer sérias consequências, principalmente quando o cenário econômico não oferece possibilidades de melhora e retomada do nível de atividade. Quanto maior o tempo de procura por trabalho, maiores o desânimo, o sentimento de desvalorização social e a dificuldade de encontrar uma ocupação, uma vez que se perdem habilidades e a auto-estima. Segundo uma pesquisa realizada pela OIT (ILO, 1999, p. 9-10), há três razões principais que indicam por que o desemprego do jovem pode ser prejudicial:

- a) O desemprego no começo da carreira profissional de uma pessoa pode prejudicar permanentemente sua capacidade produtiva futura;
- b) As dificuldades de encontrar um emprego podem impedir a transição normal dos jovens à vida adulta, a qual implica a organização de uma casa e o estabelecimento de uma família. Há estudos que mostram alguma relação entre o desemprego dos jovens e graves problemas de ordem social, tais como abuso de drogas, marginalização etc;
- c) A nível agregado, as altas taxas de desemprego do jovem podem conduzi-lo à alienação em relação à sociedade e aos processos políticos democráticos que, por sua vez, podem causar transtornos sociais.

Conforme ressaltado por Pochmann (1998, p. 36), acrescenta-se que a elevada incidência do desemprego entre os jovens, além de excluí-los do acesso ao emprego e à renda, constitui-se numa possibilidade de perda potencial de expansão da produção e renda de cada país.

Considerações finais

A entrada do jovem no mercado de trabalho sempre foi um momento complicado, marcado por dificuldades adicionais em relação aos adultos. Conforme visto, a literatura apresenta algumas concepções teóricas que justificam tais dificuldades; mas nenhuma delas parece ser satisfatória. Além disso, os problemas enfrentados pelos jovens quando da oferta de

mão-de-obra no mercado de trabalho são os mesmos compartilhados pelos adultos. O problema é que os jovens, por possuírem certas características específicas, como menor experiência profissional, além dos estereótipos negativos que comumente lhes são atribuídos, diferenciam-se dos trabalhadores adultos e sofrem com mais intensidade os problemas do mercado de trabalho.

Acredita-se, não obstante, que os problemas enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho devem-se mais aos problemas de escassez de empregos do que a problemas relativos aos seus estereótipos. Em um ambiente marcado por um bom desempenho econômico, certamente haveria estímulos positivos sobre o mercado de trabalho, o que implicaria uma menor seletividade desse mercado, favorecendo a absorção dos trabalhadores, sobretudo dos jovens.

A problemática do desemprego vivida pelos jovens, tanto nacional quanto internacionalmente, levanta questões a respeito da “exclusão juvenil”, isto é, da impossibilidade de uma parcela significativa da população jovem alcançar um lugar na sociedade através das vias normais do mercado de trabalho. Isso traz algumas importantes repercussões sobre sua emancipação, pois a dificuldade em conseguir um emprego regular e estável implica ausência de renda (através do trabalho), postergando a tão esperada independência financeira, além da constituição de sua própria residência e da formação de uma nova família.

Diante do exposto, vale destacar, como sempre, que os jovens necessitam de uma maior atenção por parte do governo, no sentido de desenvolvimento de políticas que facilitem sua entrada no mercado de trabalho, contribuindo assim para afastá-los da marginalidade e das drogas. Além disso, eles possuem um importante papel econômico e social, pois representam a capacidade produtiva potencial do nosso país e são os principais agentes de mudança da nossa sociedade.

Referências

- CHIESI, Antonio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha e oportunidade. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED, especial, n. 5 e 6, p. 110-125, maio-ago. e set.-dez. 1997.
- ILO. International Labor Organization. Employment youth. Promoting employment-intensive growth. Geneve: ILO, 1999, 93 ps.

MADEIRA, Felícia Reicher. Youth in Brazil: old assumptions and new approaches. *Cepal Review*, n. 29, p. 56-78, ago. 1986.

MADEIRA, Felícia Reicher; RODRIGUES, Eliana Monteiro. Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998, v. 2, p. 427-496.

MARTINS, Heloísa Helena T.S. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo. v. 13, n. 2, p. 61-87, nov. 2001.

MEDINA, Rafael Diez de. Jóvenes y empleo em los noventa, Cinterfor/OIT, 2001. Disponível em www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/diez/index.htm. Acesso em 06 de maio de 2001.

MOLITOR, Michel. Jóvenes trabajadores en situación precaria y modelo cultural de trabajo. *Economía & Trabajo*, Chile, n. 2, p. 291-306, julio-diciembre 1993.

O'HIGGINS, Niall. The challenge of youth unemployment. *Employment and training papers*. Geneve: ILO, n. 7, 1997, 93 ps.

PAIS, José Machado. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses e novos modelos de vida. *Análise Social*, Lisboa, v. 26, n. 114, p. 945- 987, 1991.

POCHMANN, Márcio. Inserção ocupacional e o emprego do jovem. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), v. 6, 1998 (Coleção ABET/Mercado de Trabalho).

POCHMANN, Márcio. A década dos mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2001, 182 ps.

POCHMANN, Márcio. Inclusão juvenil como estratégia pública. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 abr. 2002, p. A3.

QUADROS, Waldir José de. O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa. *Cadernos do CESIT*. Campinas, n. 31, dez. 2001.

SANCHIS, Enric. Da escola ao desemprego. Rio de Janeiro: Agir, 1997, 426 p. ■



A informalidade: alternativa de inserção no mercado de trabalho pela exigüidade do número de empregos formais

Inácio José Bessa Pires*

O mercado de trabalho do Brasil passa pela fase do despertar político dos gestores públicos, na perspectiva de amenizar as questões pertinentes ao desemprego, que assola todos os trabalhadores, independente da categoria ocupacional, do sexo, da idade, da cor etc.

Pela inexpressiva geração de novos empregos formais, cujo déficit tem se acumulado nos últimos anos, aflui como alternativa de sobrevivência a busca por uma ocupação no setor informal da economia. No tocante à dimensão do setor formal da economia, o Ministério do Trabalho e Emprego dispõe do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que são fontes de informação de características administrativas que possibilitam identificar, em nível de município, todos os movimentos do mercado formal do país. Já no que se refere ao setor informal, depara-se, inicialmente, com a desinformação do seu tamanho e do conceito do que seria esse segmento de mercado. Especificamente, no que se refere ao conceito, defronta-se com um problema de razoável amplitude, posto que a dicotomia formal vis-à-vis informal já não se mostra de forma tão evidente, diante das constantes transformações que vem passando o mundo do trabalho, agravando-se no momento pós-globalização.

Diante do exposto, vamos proceder a uma imersão ao longo da história, para melhor compreender a razão de tanta desinformação. No início da década de 80, iniciaram-se as pesquisas domiciliares, com periodicidade mensal, com vistas ao acompanhamento dos indicadores de ocupação e desemprego. Nesse contexto, inclui-se a Fundação IBGE, que foi a pioneira no trato dessas pesquisas, em nível de regiões metropolitanas no Brasil, no ano de 1980, seguida pelo SINE/CE, cuja pesquisa, com abrangência específica para o município de Fortaleza, teve início no ano de 1984 e, finalmente, a Fundação SEADE/DIEESE,

que só veio implementar os estudos dessa natureza no ano de 1985, em algumas regiões metropolitanas do país. Das três instituições mencionadas, somente o SINE/CE, já trazia a experiência de uma pesquisa domiciliar, realizada no ano de 1979, em todo o estado do Ceará, denominada Oferta de Mão-de-Obra, e arriscou-se a conceituar e iniciar um processo de mensuração do setor informal da economia na cidade de Fortaleza. No tocante aos segmentos da força de trabalho integrantes do referido setor, foram incluídos os trabalhadores sem vínculo empregatício; os autônomos, exceto os profissionais liberais; e o trabalhador familiar e o pequeno produtor, ou seja, aquele que gerencia e participa da produção. A partir desses conceitos, que têm a necessidade de serem repensados, haja vista as transformações no mundo do trabalho, que se deram de forma mais expressiva na década de 90, foi desenvolvida uma série de estudos na perspectiva de conhecer as características peculiares da mão-de-obra ocupada no referido setor, que apontam, de maneira geral, para atividades que provocam tanto o subemprego como, também, contribuem para a precarização das ocupações, tendo como fator determinante os aspectos relativos ao rendimentos da venda da força de trabalho. Uma outra preocupação foi acompanhar os movimentos do mercado de trabalho, tendo como referência o comportamento de inserção da força de trabalho nos setores formal e informal da economia. É mister acrescentar que, no ano de 1988, a pesquisa, que tinha como abrangência restrita o município de Fortaleza, foi ampliada para os municípios de médio porte (Crateús, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Quixadá e Sobral). Já no ano de 2001,

* Estatístico, pós-graduado em Métodos Quantitativos e Gestão Pública; professor da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, nas Áreas de Economia e Hotelaria; consultor nas Áreas de Pesquisa de Mercado e Mercado de Trabalho. Autor dos livros: A Estatística à Luz do Cotidiano, Globalização e Mercado de Trabalho no Estado do Ceará, Conceitos e Indicadores do Mercado de Trabalho: uma visão estatística e A Pesquisa Sob o Enfoque da Estatística (no prelo).

considerando o processo de industrialização que se deu no estado do Ceará, consolidando a interiorização das atividades econômicas, a pesquisa passou por outro processo de ampliação, vindo a integrar, o painel amostral, os seguintes municípios: Aracati, Barbalha, Canindé, Caucaia, Euzébio, Itapajé, Itapipoca, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Quixeramobim, Russas, Santa Quitéria, São Gonçalo do Amarante, Uruburetama e Nova Jaguaribara. Com a inclusão desses municípios, formando uma base de 25 localidades, pode-se admitir que o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, é a única instituição no país que tem condições de produzir, anualmente, os indicadores de ocupação e desemprego, em nível de estado, incluindo-se nesse contexto a medição do setor informal da economia.

Antes de apresentar alguns resultados relativos ao perfil da população ocupada no setor informal de Fortaleza, serão destacadas algumas estatísticas, em nível nacional, que mostram a maior demanda dos trabalhadores pelo setor informal, em razão da exigüidade de novos empregos formais gerados no Brasil, nos últimos anos. Em seguida, para propiciar melhor entendimento no tocante à estrutura do mercado de trabalho, dispõe-se um diagrama detalhando os principais indicadores demográficos e os de mercado de trabalho, descrevendo, inicialmente, o conceito de cada um desses indicadores.

- No Brasil, no período de 1989 a 1997, a população economicamente ativa – PEA, ocupada, cresceu 13,50%, enquanto que a PEA total cresceu 19,89%;
- Nos anos 90, foram abertos, anualmente, 982,8 mil postos de trabalho, sendo insuficientes para atender o ingresso de 1.450,5 mil pessoas na idade ativa;
- Nas décadas de 40 a 70, de cada 10 postos de trabalho gerados, 8 eram empregos assalariados, dos quais 7 com carteira assinada. Na década de 90, de cada 10 empregos, 2 são assalariados, porém sem vínculo empregatício formal;
- A taxa de ocupação na década de 80 cresceu 2,80%, enquanto que, na década de 90, esse crescimento foi da ordem de 1,60%; e
- A taxa de desemprego na década de 80 cresceu 3,80%, enquanto que, na década de 90, esse crescimento foi da ordem de 15,40%.

Segmentos demográficos

População Total (PT)

Número de pessoas residentes, presentes ou ausentes temporariamente, numa determinada localidade.

População em Idade Ativa (PIA)

Pessoas com 10 ou mais anos de idade.

População em Idade Não-Ativa (PINA)

Pessoas com idade abaixo de 10 anos.

Segmentos do mercado de trabalho

População Economicamente Ativa (PEA)

Pessoas ocupadas ou desocupadas, pressionando o mercado de trabalho, através de medidas concretas de procura, em busca de uma ocupação.

População Não Economicamente Ativa (PNEA)

Pessoas desocupadas que não estão pressionando o mercado de trabalho em busca de uma ocupação. Inclui-se nesse segmento as donas de casa, os estudantes, os aposentados etc.

População Ocupada (PO)

Pessoas que têm uma ocupação e que são remuneradas em espécie, ou, excepcionalmente, os trabalhadores familiares, cujo rendimento pelo trabalho se dá em bens ou mercadorias.

População Ocupada Setor Formal (POF)

Pessoas ocupadas com vínculo empregatício.

População Ocupada Setor Informal (POI)

Neste segmento incluem-se as seguintes categorias ocupacionais: trabalhador sem vínculo empregatício,

trabalhador familiar, pequeno produtor (aquele que gerencia e participa da produção).

Subemprego visível

A condição de subemprego se dá tanto para os trabalhadores do setor formal como os do setor informal da economia. Especificamente sobre o subemprego visível, inclui-se nessa categoria pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana e desejam trabalhar mais.

Subemprego invisível

Pessoas cuja soma do(s) rendimento(s) do seu(s) trabalho(s) é menor do que um salário mínimo.

Subemprego pleno

Pessoas que, ao mesmo tempo, estão na condição de subemprego visível e invisível.

Desemprego aberto

Pessoas desocupadas que, no período de referência da pesquisa (30 dias), estavam pressionando o mercado de trabalho, em busca de uma ocupação. O desemprego aberto é formado por duas parcelas, quais sejam: primeiro emprego (desemprego não cessante) e reemprego (desemprego cessante).

Desemprego oculto por trabalho precário

Pessoas que têm uma ocupação de pouca monta (atividades não-agendáveis), porém pressionaram o mercado de trabalho, no período de referência da pesquisa (30 dias), em busca de uma ocupação.

Desemprego potencial

Pessoas que não pressionaram o mercado de trabalho, no período de referência da pesquisa (30 dias), por motivo de ordem superior; no entanto, nos últimos 6 meses, anteriores ao de referência da pesquisa, tomaram medidas concretas de procura por uma ocupação.

Desemprego oculto por desalento

Pessoas que não pressionaram o mercado de trabalho, no período de referência da pesquisa (30 dias),

por achar que não tinham oportunidade de conseguir uma ocupação; porém, nos últimos 6 meses anteriores ao de referência da pesquisa, tomaram medidas concretas de procura por uma ocupação.

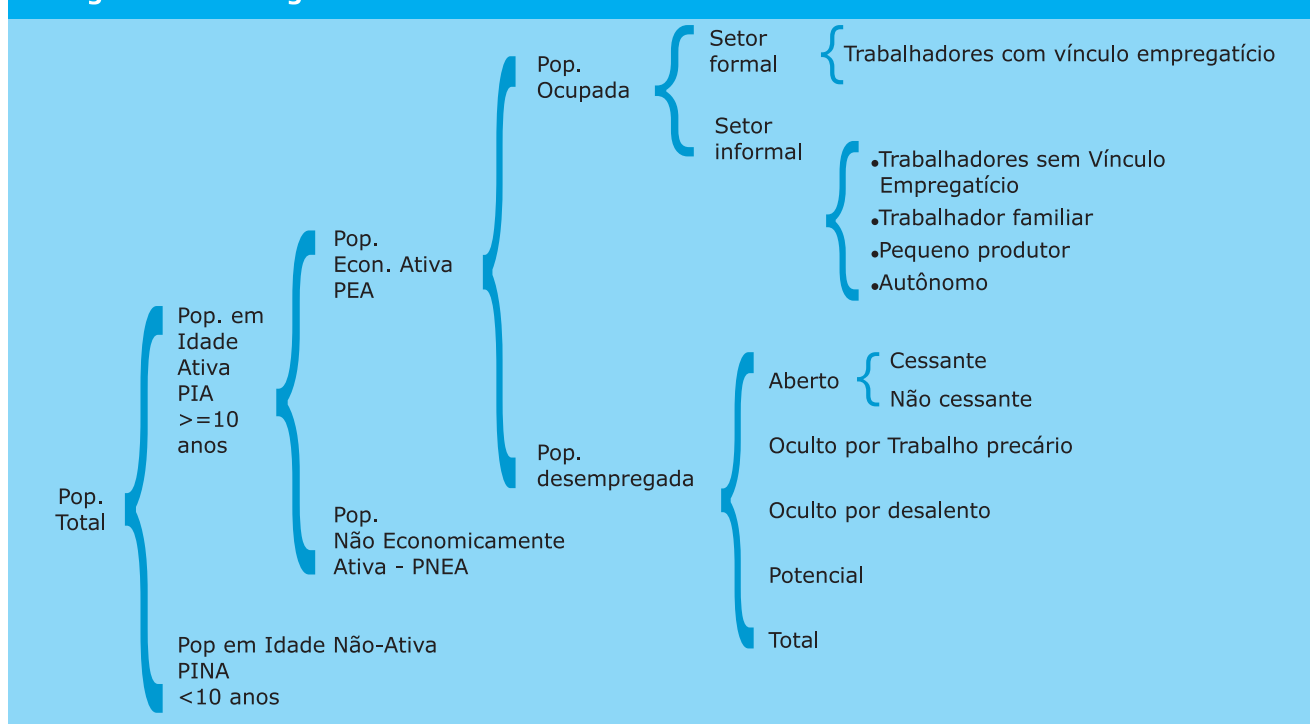
O diagrama a seguir apresenta a composição dos vários segmentos demográficos e de mercado de trabalho, no tocante à oferta de mão-de-obra. Nesse diagrama, observa-se que as pessoas com menos de 10 anos de idade não estão inseridas no conjunto das variáveis específicas do segmento do mercado de trabalho. É importante acrescentar a complementaridade dos segmentos do mercado de trabalho, ou seja: a população em idade ativa corresponde à soma da população economicamente ativa com a população não economicamente ativa; a soma da população ocupada com a população desempregada equivale ao tamanho da população economicamente ativa; somando o contingente de pessoas do setor formal com aquelas do setor informal, tem-se o total da população ocupada; o desemprego aberto é a soma do desemprego cessante com o não cessante; o subemprego total corresponde à soma do subemprego visível com o invisível, decrescido do número de pessoas integrantes do subemprego pleno; e o desemprego total seria a soma do desemprego aberto com o desemprego oculto, por trabalho precário, mais o desemprego potencial acrescido ao desemprego por desalento.

Dando início à análise do perfil da população ocupada no setor informal de Fortaleza, o Gráfico I dispõe a composição dos setores formal e informal em valores anuais, no período de 1984 a 2002. Até o final da década de 90, o contingente de ocupados no setor formal superou o do setor informal, destacando-se o ano de 1984, onde o setor formal representava 57,88%, contra a participação de 44,12% do informal.

A partir do ano de 1991 o quadro se inverte, talvez em consequência de um resultado citado anteriormente, onde, em nível nacional, nas décadas de 40 a 70, de cada 10 postos de trabalho gerados, 8 eram empregos assalariados e 7, com carteira assinada. Na década de 90, de cada 10 empregos, 2 são assalariados,

Até o final da década de 90, o contingente de ocupados no setor formal superou o do setor informal.

Segmentos demográficos e de mercado de trabalho



porém sem carteira assinada. À luz dos números da pesquisa, na década de 90, o setor informal alcança a maior pontuação no ano de 1995, com representação de 54,99% sobre o total de ocupados. Ratifica-se esse resultado em função do fato de que o ano de 1995 foi o mais promissor da década em questão, como produto dos efeitos do plano real e que, especificamente sobre o setor informal, amplia-se de forma expressiva o contingente de pessoas na categoria dos autônomos, sendo essa categoria a de maior representação sobre as demais, ou seja, com participação superior a 50%; conseqüentemente, deve ter contribuído para o crescimento da atividade informal.

Considerando o período de 1995 a 2002, afere-se uma tendência declinante da participação do setor informal, alcançando, no final do interstício em questão, uma participação de 50,51%. Em síntese, considerando o período de 1984 a 1995, a taxa do setor informal alcança crescimento acumulado da ordem de 14,48%.

Analisando mais especificamente o perfil da população ocupada no setor informal, definiu-se como referência as estatísticas anuais dos anos de 1991, 1996 e 2002. Observando os resultados atinentes à variável sexo, a Tabela 2 mostra a supremacia do sexo masculino sobre o feminino. A título de ilustração, no ano de 2002 o contingente de homens trabalhando

no setor informal foi de 52,50% contra a participação de 47,50% de pessoas do sexo feminino.

Ainda sobre os resultados presentes na Tabela 2, confere-se que a participação da mulher no setor informal, ao longo do período, foi ascendente, apontando para um crescimento acumulado da ordem de 3,15%. Já para os homens, o comportamento de tendência foi inverso, posto que se registra, no período, uma redução de participação da ordem de 2,68%.

No início da década de 90, a maioria das pessoas ocupadas no setor informal tem idade na faixa etária de 15 a 24 anos (Tabela 3). Nos anos de 1996 e 2002, verifica-se que são as pessoas de 30 a 39 anos que marcam maior presença no referido setor, apesar da participação, no ano de 2002, ser inferior a do ano de 1996. Outro resultado de destaque é a tendência crescente do número de trabalhadores com idade superior a 50 anos ocupados no setor informal. Esses números mostram que, diante do encolhimento dos empregos formais, agravado nos primeiros anos da década de 90, e mais a seletividade do mercado de trabalho no tocante à preferência pela mão-de-obra mais jovem, a tendência, ao longo dos anos, é que as pessoas na faixa etária acima de 40 anos, interessadas em ingressar no mercado de trabalho, terão maiores chances no setor informal.

Tabela 1
Indicadores médios anuais da população ocupada nos setores
formal e informal: Fortaleza 1984-2002

Anos	Ocupado	
	Formal	Informal
1984	55,88	44,12
1985	54,72	45,28
1986	54,30	45,70
1987	56,00	44,00
1988	51,66	48,34
1989	50,79	49,21
1990	50,90	49,10
1991	49,82	50,18
1992	48,41	51,59
1993	46,96	53,04
1994	45,19	54,81
1995	45,01	54,99
1996	46,53	53,47
1997	46,06	53,94
1998	46,57	53,43
1999	46,46	53,54
2000	48,57	51,43
2001	50,00	50,00
2002	49,49	50,51

Fonte: Pesquisa Direta - IDT

Gráfico 1
Indicadores médios anuais da população ocupada nos setores
formal e informal: Fortaleza, 1984 - 2002

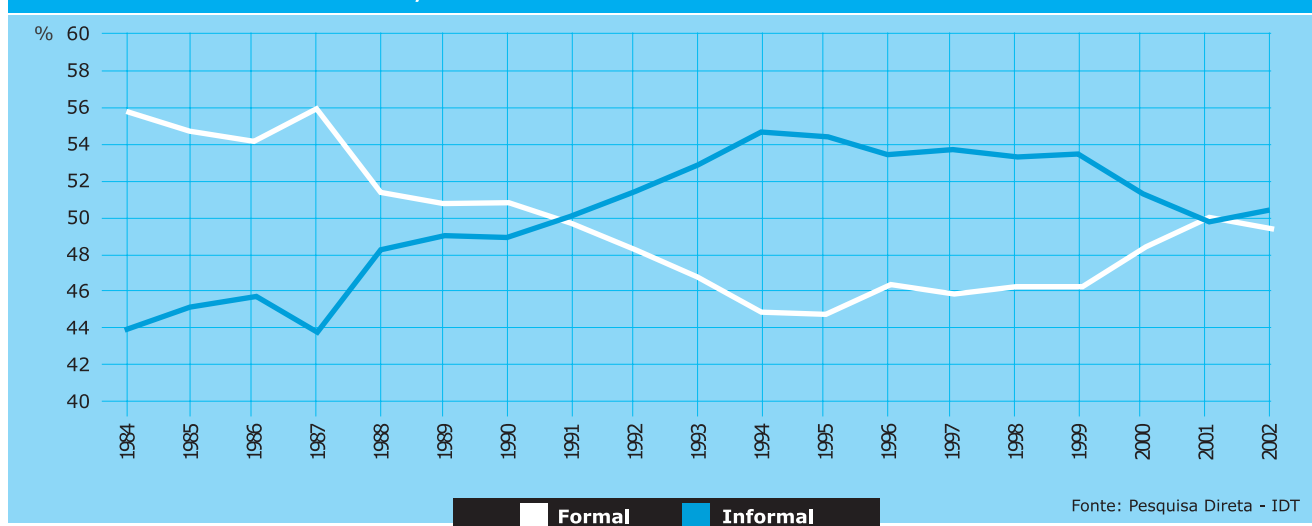


Tabela 2
População ocupada no setor informal,
segundo o sexo: Fortaleza, 1991/1996/2002

Sexo	Anos		
	1991	1996	2002
Masculino	53,95	53,10	52,50
Feminino	46,05	46,90	47,50

Fonte: Pesquisa Direta - IDT

A Tabela 4 apresenta a população ocupada no setor informal, segundo o grau de instrução. Dentre os vários níveis de escolaridade, o destaque é para o ensino fundamental que, no ano de 1991, apresentava participação na distribuição da ordem de 62,58%, declinando em 2002 para uma frequência de 50,31%.

Observando de maneira em geral a distribuição, constata-se que, ao longo do interstício 1991/2002, declina a participação dos ocupados no setor informal daquelas pessoas com os níveis de escolaridade analfabeto, alfabetizado e ensino fundamental. Por outro lado, registra-se crescimento acentuado da participação daqueles de níveis de ensino médio e superior. Sobre o crescimento do número de trabalhadores com a escolaridade de nível médio, que foi inferior ao do nível superior, observa-se que, em 2002, comparativamente ao ano de 1996, a evolução foi de 61,37%. Fazendo a mesma relação com a participação registrada no ano de 1991, registra-se crescimento da ordem de 92,45%. Essa mesma tendência se faz presente, de forma mais intensa, para os trabalhadores de nível superior, na medida em que a comparação com o ano de 1996 mostra uma evolução de 78,86% e, com o ano de 1991, uma escalada para 98,95%. Esses resultados indicam que, também no setor informal da economia, as pessoas

mais escolarizadas são as que têm mais facilidade de acesso ao mercado de trabalho.

A Tabela 5 dispõe a população ocupada de acordo com a categoria ocupacional. Em todos os anos do período considerado, a categoria dos autônomos destaca-se com maior participação na distribuição, seguida pelo empregado particular, que vem evoluindo desde o ano de 1991, ou seja, alçou, no período, crescimento da ordem de 14,69%. Especificamente sobre essa categoria, que corresponde aos empregados que trabalham em empresas, porém sem vínculo empregatício, esse crescimento é preocupante na medida em que, nessas condições de trabalho, a vantagem é somente para o empregador, posto que estão livres dos encargos sociais; no entanto, o trabalhador, fica ao largo dos benefícios da previdência e do seguro desemprego, sem considerar outros aspectos no tocante à qualidade da ocupação, visto que, sem a carteira assinada ou outro tipo de vínculo, fica o risco da remuneração do trabalho ser menor do que um salário mínimo, o que não é permitido pela legislação trabalhista.

Dando continuidade aos aspectos relativos ao rendimento do trabalho, o quadro a seguir mostra a

Tabela 3
População ocupada no setor informal,
segundo a faixa etária: Fortaleza, 1991/1996/2002

Faixa etária	Anos		
	1991	1996	2002
10-14	2,52	1,93	0,88
15-24	28,08	24,93	23,04
25-29	14,53	13,50	11,85
30-39	22,75	25,18	24,25
40-49	16,95	19,04	20,91
≥50	15,17	15,42	19,07

Fonte: Pesquisa Direta - IDT

Tabela 4
População ocupada no setor informal,
Segundo o grau de instrução: Fortaleza, 1991/1996/2002

Grau de instrução	Anos		
	1991	1996	2002
Analfabeto	10,33	9,18	5,86
Alfabetizado	7,42	5,71	5,79
Ensino fundamental	62,58	61,88	50,31
Ensino médio	16,82	20,06	32,37
Ensino superior	2,85	3,17	5,67

Fonte: Pesquisa Direta - IDT

Tabela 5
População ocupada no setor informal,
Segundo a categoria ocupacional: Fortaleza, 1991/1996/2002

Categoria ocupacional	Anos		
	1991	1996	2002
Empregado público	2,97	2,82	1,96
Empregado doméstico	11,94	10,85	11,34
Empregado particular	27,02	29,65	30,99
Trabalhador familiar	3,01	2,45	2,69
Trabalhador autônomo	55,06	54,23	53,02

Fonte: Pesquisa Direta - IDT

Tabela 6
Renda da atividade principal,
segundo os setores formal e informal: Fortaleza, 2000

Sexo	Setor formal		Setor informal		%
	Até 1 S.M.	Mais de 10 S.M.	Até 1 S.M.	Mais de 10 S.M.	
Masculino	13,92	3,24	32,75	1,86	
Feminino	20,97	1,99		0,55	

Fonte: Pesquisa Direta - IDT

preponderância dos salários dos homens, comparativamente ao das mulheres e os do setor formal sobre o informal. Analisando inicialmente a composição salarial do setor formal por gênero, atesta-se, para o sexo masculino, participação de 13,92% de trabalhadores com rendimento de até 1 salário mínimo. Já para as mulheres, a representação na referida faixa é de 20,97%. Focando o outro lado da distribuição, ou seja, rendimentos superiores a 10 salários mínimos, atesta-se representação de 3,24% de pessoas do sexo masculino contra 1,99% do feminino. Considerando as informações relativas

ao setor informal, vê-se claramente a baixa qualidade da ocupação, posto que, para os homens, registra-se frequência de 32,75% auferindo até 1 salário mínimo, enquanto que para as mulheres essa representação atinge 55,19%. No extremo superior da distribuição, onde se concentram os trabalhadores de melhor remuneração, a participação dos homens é de 1,86% e, a das mulheres, 0,55%. Os números apresentados demonstram o nível de precariedade dos rendimentos daqueles que trabalham no setor informal da economia, evidenciando-se, numa situação mais grave, as mulheres. ■

O investimento português no Brasil: o case da Portugal Telecom

Manoel Justiniano Melo da Fonseca*

No contexto de intensificação geral do movimento internacional de capitais aliado à abertura dos mercados e ao processo de privatização brasileiros, nos anos 90, situa-se a recente entrada de investimento direto português no Brasil. Diante deste contexto, o objetivo do presente artigo é analisar os investimentos realizados pela empresa Portugal Telecom (PT) no setor de telecomunicações brasileiro. Para tanto, percorreu-se o seguinte caminho: analisou-se os componentes desses investimentos através alguns indicadores da Telesp Celular Participações (TCP) e seus rebatimentos nos indicadores da Portugal Telecom; pesquisou-se a constituição da Brasilcel, a Joint Venture da Portugal Telecom com a Telefônica Móveis no Brasil, que controla a Vivo, a maior operadora de telefonia móvel da América do Sul. Por último, tem-se as considerações finais, nas quais foram salientados os principais argumentos conclusivos elaborados ao longo do trabalho.

O Grupo Portugal Telecom é um dos grupos empresariais portugueses de maior projeção nacional e internacional, sendo o maior no ramo das telecomunicações e multimídia em Portugal, oferecendo um conjunto de produtos e serviços no setor da infocomunicação, com uma oferta que vai desde o serviço telefônico local ao serviço de longa distância e internacional, comunicações móveis, dados e Internet, televisão por cabo e interativa, conteúdos e sistemas de informação, soluções empresariais, jornais, revistas e entretenimento, contando com 33,5 milhões de clientes, no final de 2003. Sempre apostando nos serviços de elevado crescimento e de grande expansão internacional, estando no Brasil, em termos de sua recente internacionalização, a grande aposta da Portugal Telecom.

As maiores empresas do Grupo PT em Portugal são a PT Comunicações e a TMN, com um contributo para o EBITDA (Resultados Operacionais + Amortizações) da PT, em 2003, de respectivamente 40,0% e 30,4%.

A PT Comunicações é a herdeira dos serviços de telefonia fixa, nascida da experiência comprovada da antiga Portugal Telecom, resulta da reorganização do

Grupo em unidades de negócio e foi criada em setembro de 2000. A PT Comunicações dispõe da maior infra-estrutura de telecomunicações do País, de que são exemplos a rede fixa 100% digitalizada, a maior base de clientes no setor das telecomunicações com 4,2 milhões de telefones instalados, tendo uma participação de 90% no mercado de telefonia fixa. Sempre atenta a inovação, os serviços da empresa vão desde a comunicação por rede fixa, comunicações internacionais, comunicações de dados, teledifusão, videoconferência e soluções de banda larga.

A Telecomunicações Móveis Nacionais (TMN), criada em Março de 1991, é a operadora de comunicações móveis do Grupo PT, foi pioneira no mercado português, inicialmente com uma rede analógica, e depois com uma rede digital GSM¹, está lançando a terceira geração de telefone celular com a tecnologia UMTS². As principais linhas de atuação da TMN são a inovação e a orientação voltadas para o cliente, com a oferta de novos produtos e serviços e uma atitude de orientação para o cliente concretizada pela diversificação contínua de soluções sob medida.

A aquisição da Telesp Celular Participações

Torna-se então necessário uma análise dos processos de compra do controle da Telesp Celular e da aquisição de uma participação significativa na Telesp (tele-

* Mestre em Economia Internacional, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Analista de Processos Organizacionais da Companhia de Processamento de Dados da Prefeitura Municipal de Salvador (PRODASAL) e Professor da Faculdade Integrada da Bahia (FIB). manoelfonseca@pms.ba.gov.br

¹ GSM (Global System For Mobile). Rede de telefonia móvel digital. Norma pan-europeia de telefones celulares digitais móveis. Esta norma, também adotada em países não europeus, permite o acesso a novas facilidades e o estabelecimento de comunicações com telefones móveis situados em outros países.

² A rede de 3.ª geração é a rede de acesso e comutação do UMTS (Universal Mobile Telecommunications System) está sendo desenvolvida com o objetivo de suportar uma oferta "multi-serviço" em dois domínios: o Circuit Switch, de transmissão ATM (Asynchronous Transfer Mode), e o domínio Packet Switch, transportado via IP (Internet Protocol).

fonía fixa), as duas grandes operadoras que atuavam no mercado de São Paulo, à época das privatizações das telecomunicações brasileiras.

Todos os investimentos realizados pela Portugal Telecom no Brasil, em 1998, estão consolidados na Tabela 1, a seguir.

O início do maior investimento realizado pela Portugal Telecom no Brasil, ocorreu durante o leilão de privatização do Sistema Telebrás, em 29 de julho de 1998, no qual a PT assegurou o controle acionário da Telesp Celular S.A., através da aquisição de 51,8% das ações com direito a voto - que representavam 19,3% do capital total da holding Telesp Celular Participações S.A., a qual detinha a Telesp Celular.

A aquisição da Telesp Celular Participações foi realizada pela Portelcom Participações S.A., empresa detida em 64,2% pela Portugal Telecom, cujos restantes 35,8% eram detidos pela Telefônica de Espanha. O valor total desta aquisição, ao câmbio da data da operação, foi de aproximadamente 562 milhões de contos, (2.803 milhões de euros; 3.085 milhões de dólares; 3.588 milhões de reais), sendo que a parcela da Portugal Telecom foi de aproximadamente 362 milhões de contos (1.806 milhões de euros; 1.980 milhões de dólares; 2.300 milhões de reais).

A aquisição da Telesp Celular Participações foi financiada em 40% por capitais cedidos pelos acionistas

da Portugal Telecom (A parcela da PT, através de um empréstimo em dólares americanos) e em 60% por um empréstimo concedido pelo Estado brasileiro, através do BNDES a Portelcom Participações S.A., em reais brasileiros, com vencimento previsto em duas parcelas, para serem pagas em 04/08/1999 e 04/08/2000.

No mesmo leilão, do dia 29 de julho de 1998, a Tele Brasil Sul S.A. - TBS (empresa controlada pela Telefônica, em que a Portugal Telecom detinha 23%) adquiriu o controle da Telesp Participações S.A., empresa holding de telefonia fixa do Estado de São Paulo, a qual detinha o controle da operadora Telesp. O valor total da operação de compra, ao câmbio da data, foi de aproximadamente 906 milhões de contos (4.519 milhões de euros). Podemos visualizar o peso de cada investimento realizado pela Portugal Telecom no Brasil, em 1998, através do Gráfico 1.

Em 01/10/1998, a Portugal Telecom assinou um contrato com o Estado brasileiro, subscrevendo Títulos da Dívida Pública Brasileira (Fixed Rates Notes - FRN), no valor de US\$ 1.265 milhões (212 milhões de contos, ao câmbio da data de operação; 1.057,5 milhões de euros, considerando a taxa de 31/12/1998) emitidos através do BNDES, tendo em vista a oportuna liquidação da dívida em Reais, assumida nos leilões de privatização com o próprio BNDES, referentes à aquisição das participações na Telesp Celular e na Telesp (Telefonia Fixa).

Tabela 1 Investimentos da Portugal Telecom no Brasil - 1998				Em milhões de euros¹, exceto*	
Data/ semestre	Ativos e/ou participações adquiridas	Valor total dos investimentos* (em milhões de contos)	Valor total dos investimentos financeiros	Desembolsos dos investimentos	
				Pagamento de 40% no leilão de privatização	Financiamento de 60% através do BNDES²
1º sem/98	Ações da Telebrás ³	14,5	72,3	-	-
25/06/1998	CRT ⁴	69,0	344,2	-	-
29/07/1998	Controle da TCP ⁵ (Leilão)	362,0	1.805,6	722,3	1.083,4
29/07/1998	Telesp - Fixa ⁶ (Leilão)	208,4	1.039,4	415,8	623,6
Total dos investimentos		653,9	3.261,5	1.138,0	1.707,0

Fonte: Relatórios e Contas Consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A

¹ A taxa de conversão utilizada Euro/Escudo para o ano de 1998 é a taxa de 31/12/1998, ou seja, 1 euro/200.482 escudos

² Empréstimos concedidos pelo Estado brasileiro, em Reais, através do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor total de R\$ 2.180.151.600, com juros de 12% a.a., e vencimento previsto em duas parcelas para 04/08/99 e 04/08/00.

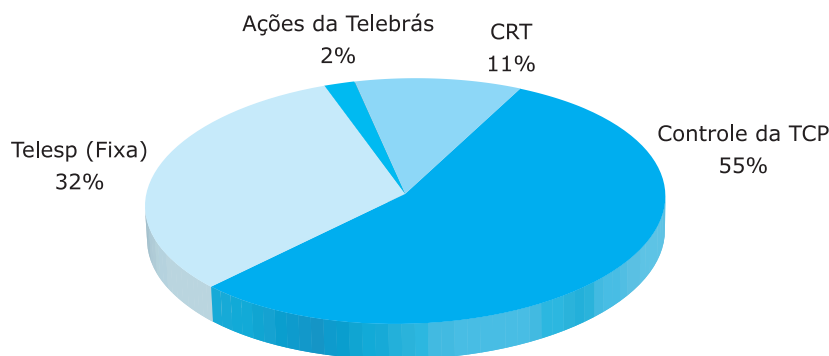
³ Ações ordinárias da Telebrás e em empresas do antigo Sistema Telebrás (Telesp Fixa e da Telesp Celular)

⁴ CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, S.A. (Telefonia fixa e celular do Estado do Rio Grande do Sul)

⁵ TC Participações S.A., holding do Estado de São Paulo que detém a Telesp Celular (Aquisição, realizada pela Portelcom Participações, S.A., de 51,79% das ações ordinárias da TCP, constituindo-se em 19,26% do seu capital. A Portugal Telecom possuía 64,2% do capital da Portelcom Participações, sendo os restantes 35,8% detidos pela Telefônica). O valor total da aquisição foi de 562 milhões de contos

⁶ Telesp Participações S.A., holding de telefonia fixa do Estado de São Paulo (Aquisição realizada pela Tele Brasil Sul, S. A. - TBS, empresa controlada pela Telefônica e em que a Portugal Telecom detinha, à época, uma posição de 23%). O valor total da aquisição foi de 906 milhões de contos.

Gráfico 1
Participação dos investimentos da Portugal Telecom no Brasil - 1998



Fonte: Elaborado a partir da Tabela 1

A liquidação da referida dívida foi efetuada antecipadamente, em 27 de janeiro de 1999, no valor de 2.180.151.600,00 Reais, através da apresentação pela Portugal Telecom dos referidos Títulos da Dívida Pública, emitidos pelo Estado brasileiro no valor correspondente a US\$ 1.265 milhões, após a imensa desvalorização da moeda brasileira, o Real, ocorrida em janeiro de 1999, quando o governo brasileiro decidiu eliminar as bandas de flutuação cambial do Real. O excedente desta operação no valor de US\$ 74.938.805 foi pago pelo Brasil, através do BNDES, em 3 de fevereiro de 1999.

Com esta operação, segundo a PT, “foi otimizado o financiamento das aquisições no Brasil” e reduzido o seu custo em aproximadamente 649,5 milhões de euros (1.707,0 - 1.057,5 milhões de euros), que é a diferença entre o valor financiado pelo BNDES, em Reais, durante o leilão de privatização, ver Tabela 1, e o custo da aquisição dos Títulos da Dívida Pública Brasileira comprados também do BNDES. Também, segundo o Releases “PT reduz custos das aquisições no Brasil”, de 28 de janeiro de 1999, publicado no site da PT, é dito que com a operação de quitação da dívida no Brasil, houve uma redução da dívida líquida em cerca de 140 milhões de contos (698 milhões de euros), ficando patente, dessa maneira, a forma encontrada pelo Estado brasileiro para o financiamento da privatização do setor de telecomunicações.

O investimento na Telesp Celular foi o de maior relevância já efetuado pela PT fora de Portugal.

Evolução dos investimentos da Portugal Telecom na Telesp Celular Participações

O investimento na Telesp Celular foi o de maior relevância já efetuado pela PT fora de Portugal, na realidade a maior operação de aquisição já realizada no estrangeiro por qualquer outra empresa portuguesa, e a que mais tem exigido esforços no acompanhamento de sua gestão.

O ano de 2001 foi caracterizado pelo início da expansão e consolidação da PT no setor da telefonia móvel do Brasil, este ano foi marcado pelos investimentos na aquisição e fortalecimento da Global Telecom S.A. (GT). Com a aquisição da GT, por 205,9 milhões de euros em fevereiro de 2001, operadora que detinha a concessão de exploração da telefonia móvel na banda B, definida como operadora “espelho”³ pela Anatel, para atuar nos estados do Paraná e Santa Catarina, a TCP, passou a deter 49% das ações com direito a voto (ON) e 100% das ações preferenciais (PN), detendo assim um interesse econômico de 83% das holdings que controlam a Global Telecom, e acessando uma das regiões mais ricas do Brasil, com uma taxa de penetração baixa (quociente entre o número de celulares ativos e a população), em torno de 13%.

³ Concessão de operação na banda B, objetivando a criação de empresa para propiciar a competição no mercado de telefonia com as operadoras existentes que atuam na banda A.

Tabela 2
Telesp Celular Participações - Investimentos - 1998 - 2002

Em milhões de euros¹

Ano	Telesp Celular Participações						Outros investimentos da PT no Brasil ^{3 5 6}	Δ %	Total dos investimentos da Portugal Telecom no Brasil ⁷	Δ %
	Investimento financeiro ^{2 3}	Δ %	CAPEX	Δ %	Investimento consolidado ⁴	Δ %				
1998	1.806		36		1.842		1.456		3.298	
1999	90	-95	96	164	186	-90	365	-75	551	-83
2000	1.015	1.034	432	350	1.447	680	775	112	2.222	304
2001	1.309	29	458	6	1.767	22	346	-55	2.113	-5
2002	232	-82	88	-81	320	-82		-100	320	-85
Total	4.451		1.111		5.562		2.942		8.504	

Fonte: Relatórios e Contas Consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

¹ A taxa de conversão utilizada Euro/Escudo para o ano de 1998 é a taxa de 31/12/1998, ou seja, 1 euro/200.482 escudos

² Valor calculado para o ano de 2002

³ Considerando que os investimentos financeiros nas aquisições da Telesp Celular e na Telesp (Fixa)

foram totalmente realizados em 1998, haja vista que a liquidação do empréstimo junto ao BNDES, ocorrida em 27/01/1999, no valor de R\$ 2.180.151.600, foi feita com a apresentação por parte da PT dos Títulos da Dívida Brasileira adquiridos em 01/10/1998.

⁴ Valores calculados para os anos de 1998, 1999 e 2002

⁵ Valores calculados para os anos de 1998, 1999 e 2000

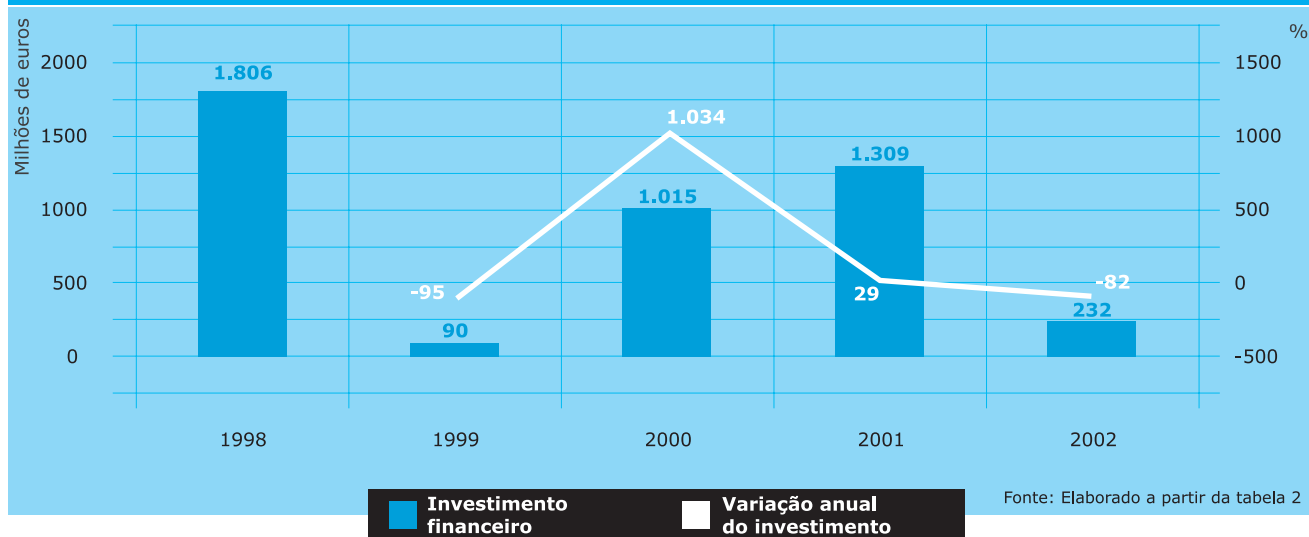
⁶ Aquisição de participações na Telebrás, CRT, Telesp (Telefonia fixa) no ano de 1998; Telesp (Fixa) e CRT em 1999; Zip.net, Banco1.net, Investnews e BUS em 2000; Zip.net/UOL em 2001

⁷ Valores calculados para os anos de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002

O Gráfico 2, abaixo, mostra a evolução do investimento financeiro realizado pela Portugal Telecom na Telesp Celular Participações no período de 1998 a 2002.

bém, para o fechamento do acordo com a Telefônica para a criação da Brasilcel, holding que agrupou os ativos móveis de ambas as empresas no Brasil.

Gráfico 2
Telesp Celular Participações - Investimento financeiro (1998-2002)



A curva de sua variação anual evidencia claramente a desaceleração dos investimentos financeiros na Telesp Celular Participações, com taxas decrescentes a partir de 2001, tendo ocorrido em 2002 uma redução significativa do investimento financeiro, em sintonia com a estratégia de maximização do cash flow, preparando o ambiente para novas aquisições sem a necessidade de novas inversões pela Portugal Telecom, como tam-

Como podemos observar, no Gráfico 3, abaixo, o Investimento Corpóreo e Incorpóreo (CAPEX) teve um crescimento nos anos de 2000 e 2001, pois, durante esses anos foram realizados, na Telesp Celular, investimentos na expansão da capacidade da rede digital, aumentando a cobertura e qualidade dos serviços prestados, bem como no reposicionamento estratégico levado a cabo a partir de maio de 2001, no sentido

de um crescimento rentável e sustentável, mudando a política de crescimento da base de clientes a qualquer custo, cumprindo assim, as obrigações assumidas durante o processo de privatização brasileiro, o qual estabeleceu metas para a universalização e qualidade do atendimento.

Com o Gráfico 4, a seguir, pode-se visualizar o Total dos Investimentos da PT no Brasil, no período estudado, observando-se que a grande inversão se deu na aquisição da TC, em 1998, com sua curva de variação anual, a partir de 2001, demonstrando a desaceleração dos investimentos, seguindo a orientação maior da PT, citada no Relatório e Contas Consolidadas de

2002, de reforço do empenho na melhoria do retorno dos investimentos realizados no Brasil.

Na Tabela 2, da página 6, também constatamos que, em 2002, cessaram os outros investimentos do Grupo PT no Brasil nas empresas (.com) ligadas a internet, com a Portugal Telecom redirecionando seus ativos para o mercado de telefonia móvel brasileiro.

Na Tabela 3, a seguir, temos a contribuição de cada área de negócio para o EBITDA (Resultados Operacionais + Amortizações) consolidado da Portugal Telecom, em 2002.

Gráfico 3
Telesp Celular
Participações - CAPEX (1998-2002)

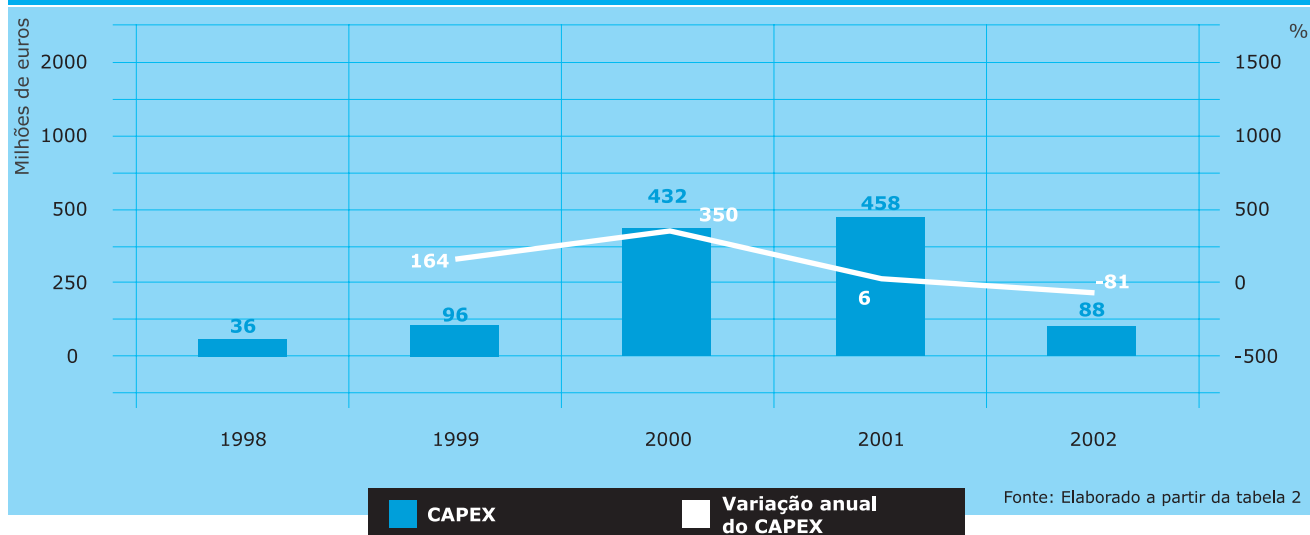


Gráfico 4
Portugal Telecom
Total dos investimentos no Brasil (1998-2002)

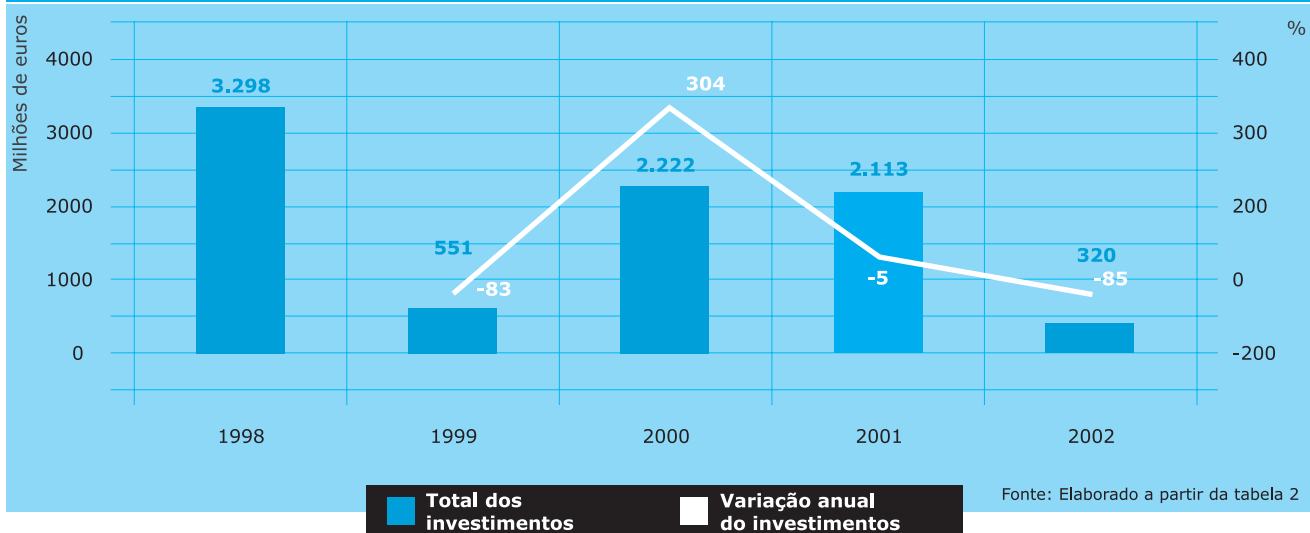


Tabela 3
Portugal Telecom - Estrutura do EBITDA
2002 Em milhões de euros, exceto *

Principais Empresas do Grupo	EBITDA (Resultados Operacionais + Amortizações)	Participação no Grupo * (%)
PT Comunicações	957	42,9
PT Prime	32	1,4
TMN	623	27,9
Telesp Celular Participações	513	23,0
PT Multimedia	76	3,4
Outras	29	1,3
Total do EBITDA	2.230	100,0

Fonte: Relatórios e Contas Consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Observa-se, assim, a importância crescente da Telesp Celular Participações, com um contributo de 23% para o EBITDA do Grupo PT em 2002.

Vivo: a Joint Venture da Portugal Telecom com a Telefônica para o mercado móvel brasileiro

Em 24 de janeiro de 2001 foi anunciada a constituição de um acordo estratégico, com a Telefônica de Espanha, tendo em vista a criação de uma empresa para os serviços móveis no Brasil. Em 8 de abril de 2003, a Portugal Telecom anunciou o lançamento da marca única "Vivo" para sua Joint Venture, detida em partes iguais, com a Telefônica Móveis para os negócios móveis no Brasil e que o lançamento da Vivo representa mais um passo na consolidação do maior operador móvel da América do Sul.

A Vivo foi concebida para ser uma operadora a nível nacional, somando esforços para poder competir com outras operadoras do mercado móvel brasileiro, como a Telecom Italy Mobili - TIM, outro grande grupo europeu das telecomunicações, que já vinha com uma perspectiva de abrangência nacional.

Com uma população de aproximadamente 179 milhões de habitantes, o Brasil alcançou na telefonia móvel, no mês de agosto de 2004, uma taxa de penetração de 31,83%, contando com 57 milhões de celulares ativos. A Vivo está atualmente presente em 19 estados e no Distrito Federal, cobrindo as áreas

O Brasil alcançou na telefonia móvel, no mês de agosto de 2004, uma taxa de penetração de 31,83%, contando com 57 milhões de celulares ativos.

urbanas de 85% do território brasileiro. Contando, no final do primeiro semestre de 2004, com 23,5 milhões de clientes, a Vivo é líder no país, possuindo 54,5% de participação de mercado nos estados onde ela opera no Brasil, utilizando-se da tecnologia CDMA.

Considerações Finais

Os investimentos da PT na aquisição do controle da Telesp Celular, posteriormente da Global Telecom, bem como o acordo estratégico realizado com a Telefônica, que resultou na Vivo, tem sido um case de sucesso, tendo todas as condições (tecnológicas, mercadológicas e financeiras) para se manter na liderança do mercado brasileiro, com excelentes possibilidades de crescimento e do retorno dos investimentos realizados no Brasil.

Uma das principais conclusões que se pode chegar neste trabalho, é que apesar da importância do papel desempenhado pela TCP para o Grupo PT, até 2002, e o da Vivo que, em 2003, participou com 1.361,5 milhões de euros, correspondente a 23,6% das receitas operacionais da Portugal Telecom, há uma clara orientação na redução dos investimentos no Brasil, a partir de 2002, com todas as curvas de variação anual, evidenciando esta desaceleração, tanto no investimento financeiro realizado nas aquisições dos ativos das companhias, como nos investimentos cor-póreos e incorpóreos das mesmas.

Esta redução dos investimentos está em sintonia com a estratégia de maximização do cash flow e do aumento do (EBITDA menos CAPEX) da Portugal Telecom, que tem, no caso brasileiro, servido para fazer caixa nas operadoras aqui instaladas, de modo a realizar novas aquisições no mercado brasileiro, em Reais, como é o caso da aquisição da Tele Centro Oeste (TCO), ocorrida em 2003, cujo investimento financeiro foi o pagamento inicial equivalente a 59 milhões de euros.

Dessa maneira, a PT continua crescendo e se expandindo pelo Brasil, tanto em faturamento como no número de clientes, apesar da redução de sua exposição líquida (ativo menos passivo), ou seja, sem novas inversões em euros no mercado brasileiro. Esta situação foi favorecida pelo tipo de padrão de financiamento das privatizações adotado pelo governo brasileiro.

Referências

COSTA, Carla Guapo. Factores de Atracção do Investimento Português no Brasil – Uma Análise Exploratória. PROSPECTIVA E PLANEAMENTO, 9 (n. especial), p. 123-145, 2003.

MENEZES, Ana Maria Ferreira. O Processo de Privatização no Brasil: algumas questões sobre produtividade, eficiência e competição. Caderno do CEAS, n° 159, setembro/outubro - 1995, pp. 38-49.

NUNES, Carlos. Os Sectores Infra-Estruturais na Internacionalização da Economia Portuguesa. PROSPECTIVA E PLANEAMENTO, 9 (n. especial), p. 147-220, 2003.

PORTUGAL TELECOM. Relatório e Contas Consolidadas. 2002, 2001, 2000, 1999, 1998, 1997, Resultados Relativos ao 3o Trimestre e Primeiros Nove Meses de 2003, Third Quarter & Nine Month 2003 Results. Capturado no site: <http://www.portugaltelecom.pt>, entre julho a setembro de 2002 e entre agosto a novembro de 2003.

SILVA, Joaquim Ramos. Significado e Perspectivas do Re-encontro Económico entre Brasil e Portugal. BAHIA ANÁLISE E DADOS, Salvador, v. 13, n. 1, p. 23-29, jun. 2003.

SILVA, Joaquim Ramos e FERNANDES, Francisco Chaves. Os Novos Fluxos de IDE para o Brasil desde 1995. PROSPECTIVA E PLANEAMENTO, 9 (n. especial), p. 57-68, 2003. ■

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só clic

**Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.**



Investimentos na Bahia

Complexo madeireiro concentra 56% dos investimentos previstos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2004-2008, totalizaram um volume da ordem de R\$ 21,9 bilhões agregando 266 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Em relação ao complexo de atividade econômica verificou-se que 56% encontra-se alocado no complexo Madeireiro, representando um volume de R\$ 12,3 bilhões em 14 projetos. Isto se deve principalmente a instalação de empresas produtoras de celulose no sul do estado, como a Veracel e Bahia Sul Celulose. Os demais complexos agregam um volume na ordem de R\$ 9,5 bilhões alocados em 252 projetos, destacando-se os complexos Químico-petroquímico (17%), Transformação petroquímica (13%) e Metal-mecânico (4%).

Analisando os investimentos quanto à localização, indicado pelos eixos de desenvolvimento, os eixos Extremo Sul (56%) e Metropolitano (33%) concentram cerca de 89% dos investimentos, o que corresponde a um volume de 19,5 bilhões em 147 projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos de cerca de R\$ 2,4 bilhões, representando 11% do total de investimentos e 45% dos projetos, com destaque para o eixo Grande Recôncavo que detém 7% dos investimentos em 48 projetos.

No que se refere à situação destes investimentos, 57,2 % estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R\$ 12,5 bilhões e 224 projetos. Enquanto que 42,8% estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 9,4 bilhões e 45 projetos.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 64,1 mil postos de trabalho, sendo que os complexos Calçados/Têxtil/Confecções (21%), Agroalimentar (19%) e Metal-mecânico (15%) concentram 55% do total dos empregos diretos, totalizando 35.476 novos postos de trabalho. Os demais complexos são responsáveis por cerca de 45% dos empregos, destacando-se os complexos madeireiro, que é responsável por 14% dos empregos e Transformação petroquímica que responde por cerca de 12% destes.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2004, encontra-se a Baplast, a Iplanor Indústria de Plásticos do Nordeste Ltda e a Duoflex Indústria e Comércio Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2004/2008

Complexo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Agroalimentar	873.736	53
Atividade mineral e beneficiamento	74.523	11
Calçados/Têxtil/Confecções	394.857	28
Complexo madeireiro	12.372.491	14
Eletroeletrônico	118.361	30
Metal-mecânico	913.792	39
Químico-petroquímico	3.657.798	42
Reciclagem	4.628	3
Transformação petroquímica	2.895.146	37
Outros	620.243	9
Total	21.925.576	266

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/04

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2004/2008

Eixo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Baixo Médio São Francisco	7.041	1
Chapada Norte	59.799	9
Chapada Sul	6.378	3
Extremo Sul	12.300.310	10
Grande Recôncavo	1.613.994	48
Mata Atlântica	311.685	30
Médio São Francisco	30.000	1
Metropolitano	7.244.676	137
Nordeste	25.187	4
Oeste do São Francisco	198.000	4
Planalto Sudoeste	106.244	14
A Definir	22.262	5
Total	21.925.576	266

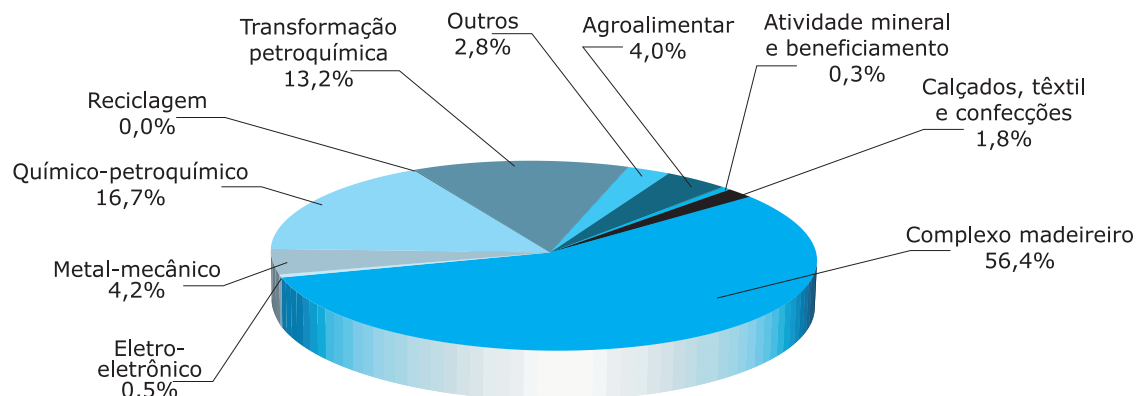
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/11/04

Investimentos industriais previstos para a Bahia - 2004/2008

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais diversos
Elaboração: GEAC/SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

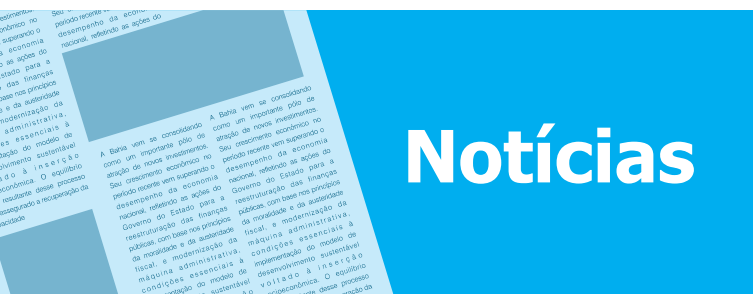
A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

Conheça os serviços que vão
Impulsionar
a economia
da RMS

Leia a SEP 70 - **Serviços Estratégicos na RMS** e fique por dentro das tendências para as economias metropolitanas nos próximos anos. A publicação identifica, na Região Metropolitana da Salvador, os segmentos do setor de serviços mais dinâmicos e com maior poder de geração de riqueza na atualidade. Confira já, no site www.sei.ba.gov.br.



Notícias

Negócios

Salvador é porta de entrada da Gol no mercado internacional

A Bahia vai ganhar, a partir do mês de dezembro, oito novas frequências semanais internacionais. Serão sete vôos (um a cada dia) para Buenos Aires, Argentina, da companhia aérea Gol, e um para Santiago, no Chile, sob a responsabilidade da Lan Chile. A Gol - que faz sua estréia no mercado internacional - passa a disponibilizar as novas frequências semanais (a rota é Salvador-São Paulo-Buenos Aires), a partir do dia 22 de dezembro, com horário de saída sempre às 6h20, enquanto a Lan Chile inicia as operações do novo vôo no dia 26.

Através de sua assessoria de imprensa, a Gol informou que a empresa optou pela Bahia para a sua estréia no mercado estrangeiro "por conta do constante incremento que o setor turístico baiano vem sofrendo e também pela crescente demanda da Bahia por vôos internacionais".

Sete meses depois de lançar na Bahia o vôo com destino a Santiago (aos sábados), a Lan Chile lança mais uma frequência semanal, dessa vez aos domingos. Para se ter uma idéia, os nossos vôos de sábado têm registrado uma ocupação de mais de 95%", ressalta o promotor de vendas da Lan Chile, Ricardo Damasceno.

Com a chegada das oito novas frequências semanais, os vôos internacionais regulares semanais devem registrar um incremento de 241,66% em um intervalo de apenas um ano na Bahia, segundo a Bahiatursa, o que representa o maior crescimento da história recente do turismo no estado. Em dezembro de 2003, existiam 12 vôos, enquanto no mesmo mês deste ano esse número deve saltar para 41.

Salvador vai receber mais oito vôos internacionais por semana. Correio da Bahia, 22/11/2004.

Vibrac System começa a ser construída em janeiro de 2005

Fábrica baiana do grupo Vibrac System, produtor de isoladores termoacústicos para automóveis, começará a ser construída em Camaçari "no máximo até janeiro", conforme informaram hoje (24) conselheiros e diretores da empresa. Em audiência com o governador Paulo Souto, na Governadoria, os executivos do grupo confirmaram o investimento de R\$ 10 milhões. A Vibrac System firmou há cerca de um mês um protocolo de intenções com o governo baiano.

No próximo mês, a empresa já inicia a operação, em Lauro de Freitas, de um centro de distribuição de produtos que vai empregar 12 pessoas. Quando a fábrica estiver pronta, no final do próximo ano, serão 50 empregos diretos. A Vibrac System vai se integrar ao complexo automotivo da Ford, já começando a operar com a montadora a partir do centro de distribuição.

Fábrica da Vibrac System em Camaçari começa a ser construída até janeiro. Diário Oficial, 25/11/2004.

Investimento de R\$ 14 milhões ampliará a atuação do Cimatec

O primeiro vídeo endoscópio flexível com tecnologia 100% brasileira foi desenvolvido pelo Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec), unidade do Senai - Ba. Referência em todo o sistema Senai, o Cimatec foi construído há dois anos e meio para dar suporte às empresas nacionais visando a inovação tecnológica. O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Jorge Lins Freire, reuniu-se com representantes do centro e com a imprensa, na sede do complexo, na Avenida Orlando Gomes, para anunciar novo aporte de investimento, no valor de R\$14 milhões, para a ampliação de suas áreas de competências.

Os dois novos prédios, cada um com quatro pavimentos, terão área construída de 6,5 mil metros quadrados, duplicando as atuais instalações do Senai Cimatec. A previsão é que as obras civis sejam iniciadas entre fevereiro e março do próximo ano, com previsão de conclusão no prazo de 16 meses. Os três núcleos, juntos, vão abrigar um total de dez laboratórios, preparados para atuar na oferta de serviços de tecnologia e consultoria, além de permitir a criação de cursos de formação de técnicos e tecnólogos. De um total de 12 salas de aula, o Cimatec terá 32 salas dedicadas a cursos de capacitação.

Um dos diferenciais do Senai Cimatec, em relação às demais unidades do restante do Brasil, é a integração de diferentes áreas e competência, oferecendo ao mercado soluções globais. Além da oferta dos serviços tecnológicos e de capacitação, o Cimatec, a partir de sua ampliação, vai atuar nas áreas de microeletrônica e eletrônica embarcada, micro-mecânica e engenharia automotiva. “Hoje temos um centro que está fazendo diferença. A gente só pode competir com pesquisa aplicada”, destacou o presidente da Fieb.

Investimento de R\$ 14 milhões ampliará a atuação do Cimatec. Correio da Bahia, 25/11/2004.

Indicadores

Exportações baianas crescem 19% no acumulado do ano

As exportações baianas acumularam, de janeiro a outubro deste ano, um montante de US\$ 3,2 bilhões, o mesmo valor alcançado durante todo o ano de 2003. Com esse resultado, as vendas externas do estado apresentam um incremento de 19% em relação ao período de janeiro a outubro do ano passado.

Os dados são do levantamento mensal feito pelo Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia, vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM). Os números divulgados revelam que os fluxos de comércio exterior da Bahia continuam a registrar grande crescimento em relação ao ano passado.

No mês passado, as exportações baianas atingiram US\$ 395,4 milhões, 13,6% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior, enquanto as importações alcançaram US\$ 259,6 milhões - 62,9% acima do registrado em outubro de 2003. A estimativa é de um crescimento de 20% para o acumulado de todo o ano de 2004.

Em outubro, a recuperação das vendas de manufaturados deveu-se ao segmento de automóveis - US\$ 86 milhões em exportações -, ao bom desempenho das indústrias química/petroquímica, com embarques de US\$ 88,4 milhões, e de calçados, com US\$ 4,7 milhões. Entre os produtos básicos, o destaque no mês ficou com as exportações de soja e derivados, com US\$ 24,2 milhões; algodão (US\$ 9 milhões); café (US\$ 7,2 milhões) e uvas frescas que, com US\$ 15,3

milhões de vendas no mês, demonstra o vigor da agricultura irrigada no Vale do São Francisco.

Exportações baianas crescem 19% no acumulado do ano. Diário Oficial, 18/11/2004.

Número de vôos internacionais cresce 241,66% em 2004

Os vôos internacionais regulares semanais registraram um incremento de 241,66% em um intervalo de apenas um ano na Bahia, o que representa o maior crescimento da história recente do turismo no estado. Em dezembro do ano passado existiam 12 vôos, enquanto no mesmo mês de 2004 esse número saltará para 41, ligando Salvador diretamente a seis cidades da Europa, América do Sul e do Norte.

Atualmente, a Bahia possui 33 vôos internacionais regulares saindo semanalmente de Salvador, o que, se comparado com novembro do ano passado, quando havia 12 vôos, significa um aumento de 175%. Para melhorar ainda mais a privilegiada situação do estado, no próximo mês entram em operação mais oito, perfazendo um total de 41 vôos.

A Bahia se mantém como a terceira principal porta de entrada para o turismo internacional no Brasil, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Ano passado, o estado recebeu 535 mil turistas estrangeiros e a previsão é de que feche 2004 com cerca de 560 mil. A expectativa é de que em 2005 o fluxo de visitantes, na melhor das hipóteses, apresente mais 8% de elevação.

Vôos internacionais crescem 241,66% em um ano na Bahia. Tribuna da Bahia, 16/11/2004.

Ação Governamental

Bahia cria novas linhas de crédito especial para APLs

Modelo busca redução de custo, dar sustentabilidade e competitividade aos negócios, estimulando o desenvolvimento regional. Os empresários que atuam nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do estado passam a dispor de programa de crédito diferenciado, direcionado às suas necessidades específicas. As linhas do Programa de Apoio Creditício aos APLs (CrediAPL) oferecem condições especiais de crédito para capital de giro, investimento fixo, capacitação, promoção co-

mercial, desenvolvimento de mercados e adequação de processos e técnicas às normas ambientais e sanitárias. Os novos recursos foram disponibilizados esta semana, autorizadas a partir de decreto assinado pelo governador da Bahia, Paulo Souto (PFL).

O programa será operado pela Agência de Fomento da Bahia (Desenbahia), que desenvolveu os estudos técnicos para a criação das novas linhas a partir de trabalho que durou cerca de um ano, constando de levantamento, junto ao APL de confecções do bairro do Uruguai, em Salvador, das necessidades e capacidades creditícias. "Exatamente por isto, este arranjo funcionará como piloto para o programa, que posteriormente deverá ser estendido a outros APLs do estado", comentou o presidente da Desenbahia, Vladson Menezes. O lançamento oficial do CrediAPL ocorrerá amanhã, às 9h, em cerimônia a ser realizada no Outlet Center, shopping que integra os produtores de confecções do bairro do Uruguai.

Paralelamente ao microcrédito, já operado pela Desenbahia, as novas linhas serão disponibilizadas de acordo com um modelo de financiamento inédito elaborado pela área técnica da agência, depois que ficou constatado que os produtos convencionais disponíveis no mercado financeiro não se adequavam às necessidades reais dos empresários de APLs. Este modelo privilegia os pagamentos à vista como forma de reduzir custos dos empresários e dar sustentabilidade e competitividade aos negócios, estimulando o seu desenvolvimento. Na linha de giro, por exemplo, os empréstimos concedidos serão sempre depositados pela Desenbahia na conta do fornecedor. Quando o tomador for o fabricante, o valor referente ao financiamento irá diretamente para a conta do fornecedor de matéria-prima ou insumo, a título de pagamento à vista; em geral, essas compras têm prazo de pagamento de 30 a 90 dias, o que acarreta juros e aumento de custos para o comprador. Ao realizar o pagamento "cash", será possível obter descontos que variam de 3% a 5% ao mês, segundo os estudos realizados. Mais à frente da cadeia, quando do repasse da mercadoria pronta a pequenos varejistas e vendedoras autônomas (as chamadas "sacoleiras") o financiamento será feito, em grande parte, com microcrédito. Mais uma vez, os recursos serão encaminhados diretamente ao fornecedor, que agora é o fabricante de roupas, conferindo aos compradores maior poder de barganha. Os descontos nesta etapa chegam a 10%. O modelo pode ser potencializado, tornando-se ainda mais

vantajoso, com a organização dos compradores de matérias-primas e de produtos finais em cooperativas e associações, já que, deste modo, ganharão escala, ampliando a sua margem de negociação.

Gazeta Mercantil 16/11/2004

Bahia investe R\$ 8 milhões em 19 projetos de inovação tecnológica

"A inovação é fundamental para o empreendedorismo, por que sem ela o empresário fica estagnado. Quem não inovar nesse mundo competitivo, vai ficar fadado a desaparecer". Foi o que declarou o representante da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) da região nordeste, Ruy Gregório, na assinatura do Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro do Edital Bahia Inovação.

A assinatura foi realizada na manhã de hoje (23), no auditório da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), e reuniu os 19 pesquisadores responsáveis pelos projetos contemplados.

O Bahia Inovação é uma parceria entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado (Secti), através da Fapesb, e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), através da Finep, e tem o objetivo de incentivar a criação de novos produtos e processos nas empresas locais.

O conjunto de projetos contemplados receberá R\$ 6,8 milhões. Juntamente com os R\$ 1,2 milhão da primeira fase do edital, os governos federal e estadual estão investindo um total de R\$ 8 milhões.

"O resultado desse investimento que o governo faz hoje vai gerar, num futuro próximo, uma arrecadação tributária anual maior do que a quantia investida. Dessa forma, essa ação não pode ser vista como um gasto de governo, mas como um investimento de alto retorno para a sociedade baiana e para Estado", destacou o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Rafael Lucchesi.

O diretor-geral da Fapesb, Alexandre Pauperio, felicitou os pesquisadores contemplados e ressaltou a expectativa que o governo e sociedade têm em relação ao retorno que os projetos apoiados precisam trazer para a sociedade.

Um dos contemplados, Humberto Poli, pesquisador parceiro da Policarbonatos do Brasil S.A, concordou

com o Lucchesi e Pauperio: “O Estado está na linha certa no investimento em ciência e tecnologia. Investir em C&T deve ser um pouco diferente do que tem sido feito, apenas dentro dos ambientes universitários. Agora, o apoio está sendo feito de forma que as empresas possam entrar com contrapartidas substanciais nos projetos”, afirmou o pesquisador. “Esse é um edital aplicado: gera resultados palpáveis, produtos que podem ser comercializados, gera emprego, renda, arrecadação de impostos, melhora a competitividade do Estado”.

O diretor do Sebrae, Paulo Manso Cabral, também ressaltou a importância do edital no que diz respeito ao estímulo às pequenas e médias empresas. Ele explicou que os benefícios do edital não se estendem apenas aos resultados alcançados pelas empresas diretamente beneficiadas, mas mostra para outros empreendedores formas alternativas de se chegar ao sucesso.

Para Cabral, “as empresas de vida longa, com certeza, serão aquelas que forem capazes de reinventar produtos, reinventar processos, recriar relacionamentos com a sociedade. Estas não engrossarão as estatísticas brasileiras de empresas que falem antes de completar o terceiro ano de existência”. Apostando no sucesso dos projetos, Ruy Gregório fez até um convite: “Esperamos que depois de concluídos os projetos, eles participem do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica”.

Gazeta Mercantil 24/11/2004

Governo firma parceria com Sebrae para fortalecer Cabra Forte

Com o objetivo de fortalecer as ações de capacitação, gestão e comercialização do Programa Cabra Forte, o governador Paulo Souto assinará, amanhã (25), às 15h, no Palácio de Ondina, um Acordo de Resultados com o Sebrae.

O acordo prevê o apoio às ações necessárias para a obtenção dos resultados previstos no programa, que foi criado pelo Governo do Estado para melhorar a qualidade de vida da população do semi-árido baiano, estimulando a produção agropecuária sustentável.

Conforme previsto no documento, o Sebrae vai investir R\$ 3 milhões para desenvolver diversas ações dentro do Programa Gestão Estratégica Orientada para Resultados. Dentre elas, a capacitação de produtores para gestão de suas propriedades, treinamento de

equipes de assistência técnica em gestão e formação de centrais de negócios para viabilizar a comercialização dos produtos da ovinocaprinocultura de forma associativa.

Diário Oficial 25/11/2004



Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.266, de 08 de novembro de 2004

– Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da Ucrânia sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação da Ucrânia em lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, concluído em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

Decreto nº 5.271, de 16 de novembro de 2004

– Altera os dispositivos do decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto nº 5.281, de 23 de novembro de 2004

– Estabelece a relação de máquinas, equipamentos e bens objeto da suspensão de que trata o art. 13 da medida provisória nº 206, de 06 de agosto de 2004, que institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO.

Decreto nº 5.283, de 24 de novembro de 2004

– Dá nova redação ao art. 3º do decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002, que transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – SECON-SIPAM, altera sua denominação e dá outras providências.

Decreto nº 5.284, de 24 de novembro de 2004

– Promulga o acordo básico de cooperação técnica e

científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 1982.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 10.964, de 28 de outubro de 2004 – Dá nova redação aos dispositivos das leis de nº 8.010, de 29 de março de 1990, e 8.032, de 12 de abril de 1990, para estender a cientistas e pesquisadores a isenção tributária relativa a bens destinados à pesquisa científica e tecnológica; e faculta a inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno porte – SIMPLES, das pessoas jurídicas que especifica.

Lei nº 10.970, de 12 de novembro de 2004 – Altera os dispositivos da lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Atos declaratórios

Ato declaratório executivo nº 51, de 22 de novembro de 2004 – Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto de Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

Instruções normativas

Instrução normativa nº 468, de 08 de novembro de 2004 – Dispõe sobre a contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre as receitas relativas a contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003.

Instrução normativa nº 469, de 10 de novembro de 2004 – Dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária aos bens relacionados com a visita ao país de dignitários estrangeiros.

Instrução normativa nº 470, de 12 de novembro de 2004 – Altera a instrução normativa SRF nº 285, de 14

de janeiro de 2003, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária.

Instrução normativa nº 472, de 18 de novembro de 2004 – Dispõe sobre a prestação de informações relativas à não incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) sobre movimentações financeiras de entidades e pessoas físicas sujeitas ao tratamento tributário estabelecido no inciso VI do art. 3º da lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, bem assim aprova programas geradores de declaração.

Instrução normativa nº 473, de 23 de novembro de 2004 – Aprova o programa e as instruções para preenchimento da declaração sobre operações imobiliárias, versão 6.0, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.

Banco Central do Brasil

Circulares

Carta circular nº 3.262, de 22 de novembro de 2004 – Acrescenta parágrafo único ao artigo 4º da circular nº 3.091, de 1º de março de 2002, que define as regras do recolhimento compulsório e do encaixe obrigatório sobre recursos a prazo.

Carta circular nº 3.263, de 23 de novembro de 2004 – Estabelece procedimentos para os depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças (DIM).

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.209 de 04 de novembro de 2004 – Procede à alteração nº 59 ao regulamento do ICMS e dá outras providências.

Decreto nº 9.221 de 10 de novembro de 2004 – Amplia os limites das despesas de custeio administrativo, de que trata o anexo único do decreto nº 9.035, de 30 de março de 2004, e dá outras providências.

Decreto nº 9.232 de 11 de novembro de 2004 – Aprova o regulamento do programa estadual de incentivo à cultura – Faz Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 9.234 de 22 de novembro de 2004 – Regulamenta a lei nº 9.013, de 25 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre a política estadual do idoso, e dá outras providências.

Decreto nº 9.235 de 22 de novembro de 2004 – Institui a comissão estadual de prevenção, preparação e resposta rápida a emergências ambientais que envolvam produtos químicos no estado da Bahia.

Decreto nº 9.249 de 23 de novembro de 2004 – Autoriza o parcelamento do recolhimento do ICMS devido por antecipação tributária parcial nas aquisições ocorridas no mês de outubro de 2004.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 511 de 23 de novembro de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o Orçamento Analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 517 de 25 de novembro de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Nov/2004						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas %		Índice acumulado	
	Nov/03	Nov/04	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,31	0,79	3,28	3,98	332793,3	223,09
Habitação e encargos	0,66	0,70	8,88	9,03	574175,5	459,15
Artigos de residência	1,09	-0,08	4,21	4,24	278925,4	233,13
Vestuário	0,45	0,08	5,49	6,24	299993,2	176,05
Transporte e comunicação	0,32	2,88	12,59	12,27	555219,4	600,88
Saúde e cuidados pessoais	-0,11	0,68	11,92	12,56	566868,9	302,02
Despesas pessoais	0,38	0,10	6,64	7,39	610775,7	350,23
Geral	0,41	0,85	6,79	7,24	428200,2	298,38

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Nov/2004					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	128,92	-1,95	-6,63	-5,37	53,69
Belém	149,30	0,15	6,20	7,16	62,18
Belo Horizonte	155,99	-7,57	3,59	13,64	64,97
Brasília	163,84	-3,18	5,51	2,23	68,24
Curitiba	158,13	-2,94	-0,67	-0,64	65,86
Florianópolis	157,45	-4,75	6,57	6,02	65,57
Fortaleza	124,68	-2,14	-2,40	-3,50	51,93
Goiânia	147,39	0,11	6,78	7,29	61,38
João Pessoa	128,14	-5,84	0,05	0,34	53,37
Natal	127,78	-3,74	-0,72	-0,61	53,22
Porto Alegre	171,37	-4,70	1,34	2,19	71,37
Recife	121,61	-1,78	-6,24	-4,69	50,65
Rio de Janeiro	164,18	-1,81	5,20	3,84	68,38
Salvador	123,65	-1,47	-5,23	-8,02	51,50
São Paulo	171,06	-3,43	3,80	4,60	71,24
Vitória	148,41	-2,26	6,56	6,56	61,81

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.658	4.946	6,2	4.658	4.946	6,2	0	0
Algodão herbáceo	86.303	202.644	134,8	85.744	202.644	136,3	559	0
Alho	1.666	988	-40,7	1.666	988	-40,7	0	0
Amendoim	5.869	7.025	19,7	5.869	7.025	19,7	0	0
Arroz total	18.018	28.712	59,4	18.018	28.712	59,4	0	0
Arroz sequeiro	nd	25.632	—	nd	25.632	—	—	0
Arroz irrigada	nd	3.080	—	nd	3.080	—	—	0
Batata-inglesa	3.134	4.100	30,8	3.134	4.100	30,8	0	0
Cana-de-açúcar	82.887	85.870	3,6	82.887	85.870	3,6	0	0
Cebola	6.516	5.847	-10,3	6.516	5.847	-10,3	0	0
Feijão total	803.835	849.622	5,7	730.940	730.075	-0,1	72.895	119.547
Feijão 1ª safra	409.723	423.850	3,4	336.865	330.978	-1,7	72.858	92.872
Sequeiro	nd	292.962	—	nd	215.630	—	—	77.332
Irrigado	nd	1.440	—	nd	1.440	—	—	0
Caupi	nd	129.448	—	nd	113.908	—	—	15.540
Feijão 2ª safra	394.112	425.772	8,0	391.802	399.097	1,9	2.310	26.675
Sequeiro	nd	402.123	—	nd	376.623	—	—	25.500
Irrigado	nd	9.937	—	nd	9.937	—	—	0
Caupi	nd	13.712	—	nd	12.537	—	—	1.175
Fumo	12.498	13.200	5,6	12.498	13.200	5,6	0	0
Mamona	125.188	149.364	19,3	125.188	149.364	19,3	0	0
Mandioca	335.414	337.544	0,6	330.614	335.786	1,6	4.800	1.758
Milho total	797.806	800.935	0,4	675.925	752.565	11,3	121.881	48.370
Milho 1ª safra	471.704	447.430	-5,1	351.428	431.630	22,8	120.276	15.800
Sequeiro	nd	431.390	—	nd	415.590	—	—	15.800
Irrigado	nd	16.040	—	nd	16.040	—	—	0
Milho 2ª safra	326.102	353.505	8,4	324.497	320.935	-1,1	1.605	32.570
Sequeiro	nd	353.125	—	nd	320.555	—	—	32.570
Irrigado	nd	380	—	nd	380	—	—	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo granífero	58.991	61.465	4,2	49.241	61.303	24,5	9.750	162
Tomate	5.194	4.643	-10,6	5.194	4.643	-10,6	0	0
Tomate de mesa	nd	4.643	—	nd	4.643	—	—	0
Tomate para indústria	nd	nd	—	nd	nd	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	51.541	53.572	3,9	51.136	53.572	4,8	405	0
Cacau	495.123	488.393	-1,4	486.285	488.393	0,4	8.838	0
Café	144.103	148.574	3,1	142.289	148.474	4,3	1.814	100
Castanha-de-cajú	19.544	20.048	2,6	19.544	20.048	2,6	0	0
Coco-da-baía	96.246	77.362	-19,6	96.246	77.220	-19,8	0	142
Dendê	41.466	nd	—	41.365	nd	—	101	—
Guaraná	5.938	5.911	-0,5	5.938	5.911	-0,5	0	0
Laranja	48.332	48.801	1,0	48.332	48.769	0,9	0	32
Mamão	15.968	15.464	-3,2	15.863	15.464	-2,5	105	0
Maracujá	9.106	nd	—	9.106	nd	—	0	—
Pimenta-do-reino	1.138	1.140	0,2	1.138	1.140	0,2	0	0
Sisal	207.274	211.114	1,9	207.274	211.114	1,9	0	0
Uva	2.911	3.322	14,1	2.911	3.322	14,1	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), novembro/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi	115.149	117.240	1,8	24.721	23.704	-4,1
Algodão herbáceo	276.337	689.302	149,4	3.223	3.402	5,6
Alho	13.903	7.300	-47,5	8.345	7.389	-11,5
Amendoim	7.576	11.518	52,0	1.291	1.640	27,0
Arroz total	31.120	62.586	101,1	1.727	2.180	26,2
Arroz sequeiro	nd	49.836	—	nd	1.944	—
Arroz irrigada	nd	12.750	—	nd	4.140	—
Batata-inglesa	91.020	132.000	45,0	29.043	32.195	10,9
Cana-de-açúcar	4.566.742	4.950.030	8,4	55.096	57.646	4,6
Cebola	147.522	125.733	-14,8	22.640	21.504	-5,0
Feijão total	354.582	357.838	0,9	485	490	1,0
Feijão 1ª safra	119.686	134.261	12,2	355	406	14,4
Sequeiro	nd	82.616	—	nd	383	—
Irigado	nd	3.961	—	nd	2.751	—
Caupi	nd	47.684	—	nd	419	—
Feijão 2ª safra	234.896	223.577	-4,8	600	560	-6,7
Sequeiro	nd	192.350	—	nd	511	—
Irigado	nd	22.852	—	nd	2.300	—
Caupi	nd	8.375	—	nd	668	—
Fumo	11.229	11.877	5,8	898	900	0,2
Mamona	73.656	132.699	80,2	588	888	51,0
Mandioca	3.908.276	4.201.587	7,5	11.821	12.513	5,9
Milho total	1.219.318	1.634.926	34,1	1.804	2.172	20,4
Milho 1ª safra	970.498	1.403.515	44,6	2.762	3.252	17,7
Sequeiro	nd	1.305.040	—	nd	3.140	—
Irigado	nd	98.475	—	nd	6.139	—
Milho 2ª safra	248.820	231.411	-7,0	767	721	-6,0
Sequeiro	nd	230.215	—	nd	718	—
Irigado	nd	1.196	—	nd	3.147	—
Soja	1.555.500	2.364.480	52,0	1.830	2.880	57,4
Sorgo granífero	74.055	114.525	54,6	1.504	1.868	24,2
Tomate	211.750	183.698	-13,2	40.768	39.565	-3,0
Tomate de mesa	nd	183.698	—	nd	39.565	—
Tomate para indústria	nd	nd	—	nd	nd	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	749.945	844.543	12,6	14.666	15.765	7,5
Cacau	110.392	109.602	-0,7	227	224	-1,3
Café	130.381	143.493	10,1	916	966	5,5
Castanha-de-cajú	5.444	5.611	3,1	279	280	0,4
Coco-da-baía ⁴	705.311	698.882	-0,9	7.328	9.051	23,5
Dendê	167.111	nd	—	4.039	nd	—
Guaraná	2.320	2.338	0,8	391	396	1,3
Laranja ⁵	770.275	788.292	2,3	15.937	16.164	1,4
Mamão ⁵	782.450	782.792	0,0	49.325	50.620	2,6
Maracujá ⁴	119.016	nd	—	13.070	nd	—
Pimenta-do-reino	2.715	2.702	-0,5	2.386	2.370	-0,7
Sisal	176.728	181.000	2,4	853	857	0,5
Uva	87.434	83.618	-4,4	30.036	25.171	-16,2

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), novembro/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Set/2004				%
Classes e gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria geral	-0,5	3,5	8,2	4,0
Extrativa mineral	-0,6	1,8	2,6	2,9
Indústria de transformação	-0,5	3,6	8,6	4,1
Minerais não-metálicos	1,5	12,4	3,5	0,2
Metalurgica básica	1,6	21,7	4,0	4,0
Papel, celulose e produtos de papel	12,6	4,7	13,1	0,7
Borracha e plásticos	-0,8	-4,9	5,8	4,0
Produtos químicos	-7,2	19,4	11,6	4,0
Veículos automotores	0,3	13,9	12,0	2,4
Alimentos e bebidas	1,6	3,0	12,6	13,6
Refino de petróleo e álcool	-	32,9	49,1	46,1

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Set/2003 - Set/2004				%
Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Setembro 2003	3,6	10,8	2,0	2,5
Outubro	-3,5	0,2	1,8	2,6
Novembro	-13,7	-18,9	-0,2	0,5
Dezembro	14,9	-6,9	-0,8	-0,8
Janeiro 2004	3,5	-1,0	-1,0	-1,1
Fevereiro	2,7	11,6	4,7	0,1
Março	6,4	12,2	7,3	0,8
Abril	-3,4	5,7	6,9	0,5
Maio	1,1	11,7	7,9	0,6
Junho	9,4	22,3	10,2	2,3
Julho	-10,4	5,8	9,6	3,3
Agosto	0,0	7,4	9,3	4,7
Setembro	-0,5	3,6	8,6	4,1

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Set/2004				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	3,3	12,9	10,4	12,3
Residencial	10,4	11,7	4,7	4,9
Industrial ¹	11,0	15,7	5,8	3,9
Comercial	12,0	13,7	5,4	5,5
Utilidades públicas ²	4,0	6,1	1,9	2,2
Setor público	13,2	14,7	4,8	5,9
Concessionária	8,5	3,2	-1,5	1,2
Total	10,1	14,0	5,5	4,6

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

² Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Set/2004				%
Classes e gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio varejista	-3,0	7,1	7,1	5,2
Combustíveis e lubrificantes	-4,2	-5,0	-1,3	-0,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,2	13,1	6,7	3,8
Hipermercados e supermercados	-3,0	13,0	8,4	4,9
Tecidos, vestuário e calçados	-0,4	1,8	3,5	-0,1
Móveis e eletrodomésticos	-15,3	21,1	37,6	30,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-5,8	nd	nd	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	-11,1	nd	nd	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-34,1	nd	nd	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-10,4	nd	nd	nd
Veículos, motos e peças	1,4	22,4	24,8	24,7

Fonte: IBGE / Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 - Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos registros² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
Total de cheques compensados - Bahia: Out/2003 - Out/2004

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Outubro 2003	-3,7	-7,4	-7,7	0,6	-22,2	-17,9
Novembro	-9,8	-10,4	-7,9	-9,5	-17,3	-17,8
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-16,3
Janeiro 2004	-11,0	-10,4	-10,4	-10,2	-6,4	-6,4
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-18,1	-14,0	-10,0
Março	22,8	4,4	-6,4	33,2	22,2	-0,1
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,2	2,8	0,6
Maio	2,5	-2,2	-5,2	4,9	8,5	2,1
Junho	-1,9	-3,6	-4,9	-2,0	10,4	3,4
Julho	1,8	-6,9	-5,2	2,9	7,1	4,0
Agosto	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Out/2004

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	25,0	24,7	26,4
Desemprego Aberto	14,5	13,9	17,3
Desemprego Oculto	10,5	10,8	9,1
Participação (PEA/PIA)	61,9	63,1	56,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Out/2004

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9
Janeiro 2004	62,4	63,3	14,9	14,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Out/2004

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270

Variação Mensal

Out04/Set04	0,2	0,3	0,0	0,3	0,0	-0,4
--------------------	------------	------------	------------	------------	------------	-------------

Variação no Ano

Out04/Dez03	0,7	2,0	-3,0	5,2	-1,6	-3,8
--------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação Anual

Out04/Out03	-0,1	3,1	-8,8	8,0	-2,8	-8,8
--------------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Out/2004

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão e teledifusão; Comércio, Administração de valores imobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Out/2004										
Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Set/2004							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ²			Assalariados ³			
	Valor absoluto ³		Índice	Valor absoluto		Índice	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2003	661	347	79,4	745	432	78,1	
Fevereiro	663	339	79,6	747	437	78,2	
Março	634	335	76,2	725	425	75,9	
Abril	635	332	76,3	710	422	74,4	
Maio	625	331	75,1	699	401	73,2	
Junho	661	346	79,4	742	427	77,8	
Julho	685	346	82,3	776	430	81,3	
Agosto	697	356	83,8	788	431	82,5	
Setembro	663	357	79,7	753	430	78,9	
Outubro	644	348	77,4	740	427	77,6	
Novembro	632	348	75,9	739	422	77,4	
Dezembro	655	357	78,7	756	439	79,2	
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9	
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9	
Março	702	361	84,3	803	446	84,1	
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5	
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5	
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9	
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2	
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8	
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9	
Variação Mensal							
Set04/Ago04	-1,0	-1,7	-1,0	0,0	-1,7	0,0	
Variação no Ano							
Set04/Dez03	1,2	-0,1	1,2	0,8	1,4	0,8	
Variação Anual							
Set04/Set03	-0,1	-0,2	-0,1	1,3	3,7	1,3	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Setembro 2004

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Set/2004					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2003	219	315	450	722	2.176
Fevereiro	220	315	423	712	2.218
Março	207	300	405	687	2.145
Abril	218	310	407	682	2.093
Maiο	206	316	409	670	1.966
Junho	227	322	425	676	2.050
Julho	239	329	424	701	2.050
Agosto	266	339	416	721	2.083
Setembro	265	344	396	718	1.989
Outubro	260	332	389	709	2.000
Novembro	255	323	402	691	1938
Dezembro	253	323	424	704	2005
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maiο	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Setembro 2004

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹**
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Set/2004
R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2003	618	771	538	616	688	411
Fevereiro	634	769	550	643	699	436
Março	618	841	506	606	697	384
Abril	612	784	479	610	682	391
Maio	595	791	483	579	669	363
Junho	616	861	477	607	692	382
Julho	646	952	485	625	734	382
Agosto	647	919	477	634	734	383
Setembro	626	823	493	618	704	381
Outubro	614	809	496	602	689	379
Novembro	611	796	488	600	686	380
Dezembro	620	880	486	598	699	389
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Setembro 2004

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Set/2004

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2003	111	227	340	667	1.360	227	278	423	778	1.473
Fevereiro	111	222	332	666	1.367	222	274	428	778	1.536
Março	109	219	328	652	1.316	219	266	416	751	1.474
Abril	108	217	325	652	1.316	217	261	413	751	1.503
Maio	107	217	324	644	1.304	217	260	393	742	1.413
Junho	107	253	339	645	1.480	253	268	418	794	1.587
Julho	105	253	339	690	1.581	253	276	421	843	1.634
Agosto	105	252	349	716	1.580	252	293	422	842	1.677
Setembro	105	249	350	663	1.555	249	284	421	818	1.580
Outubro	103	248	341	628	1.362	248	284	419	754	1.550
Novembro	103	247	341	622	1.343	247	287	414	775	1.544
Dezembro	103	246	350	668	1.439	246	288	431	820	1.544
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Setembro 2004

² Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2003 - Out/2004					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2003	26.502	6.877	-3.067	7.486	8.658
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004	54.649	15.013	1.670	10.184	16.211
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Nov03-Out04	53.346	14.377	-119	13.578	19.445

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Out/2004**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2003	5.746	317	-2.845	2.300	5.891
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004	17.881	4.617	1.525	3.856	8.831
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Nov03-Out04	21.295	4.812	357	5.445	11.505

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Set/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Ago-Set 2004 (B)	% (B/A)	Jan-Set 2004 (C)	% (C/A)	
Receitas Correntes	441.602.316	441.606.095	73.342.513	16,6	325.043.836	73,6	116.562.259
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	20.076.383	16,2	94.389.571	75,9	29.911.041
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	45.539.329	17,1	195.675.874	73,4	70.823.427
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	2.828.033	22,8	10.246.159	82,6	2.156.801
Receita Agropecuária	23.580	23.581	3.666	15,5	14.159	60,0	9.422
Receita Industrial	527.566	527.566	50.492	9,6	226.481	42,9	301.085
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	2.782.056	12,1	16.026.604	69,4	7.058.259
Transferências Correntes	243.477	247.255	43.002	17,4	150.869	61,0	96.386
Outras Receitas Correntes	14.519.957	14.519.957	2.019.552	13,9	8.314.119	57,3	6.205.838
Receitas de Capital	167.443.676	167.443.675	19.679.193	11,8	72.258.897	43,2	95.184.778
Operações de Crédito ¹	118.192.044	118.192.044	13.013.790	11,0	37.616.822	31,8	80.575.222
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	121.830	4,1	517.345	17,6	2.425.420
Amortizações de Empréstimos	23.228.585	23.228.585	2.124.056	9,1	12.956.683	55,8	10.271.902
Transferências de Capital	44.219	44.219	8.195	18,5	39.111	88,4	5.108
Outras Receitas de Capital	23.036.063	23.036.062	4.411.322	19,1	21.128.936	91,7	1.907.126
Subtotal das Receitas (I)	609.045.992	609.049.770	93.021.706	15,3	397.302.733	65,2	211.747.037
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	609.045.992	609.049.770	93.021.706	15,3	397.302.733	65,2	211.747.037

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

Demonstrativo das Despesas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Set/2004							
Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada (A)	Despesas realizadas				Saldo (A-C)
			Ago-Set 2004 (B)	% (B/A)	Jan-Set 2004 (C)	% (C/A)	
Despesas Correntes	475.518.442	480.641.802	69.577.820	14,5	302.690.304	63,0	177.951.498
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.038	87.789.688	14.317.258	16,3	61.282.947	69,8	26.506.741
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.461.169	9.717.884	8,3	54.954.365	46,8	62.506.804
Outras Despesas Correntes	273.628.650	275.390.945	45.542.678	16,5	186.452.992	67,7	88.937.953
Transf.a Estados, DF e Município	91.861.584	92.027.960	16.266.219	17,7	65.445.491	71,1	26.582.469
Benefícios Previdenciários ²	121.428.674	121.428.674	19.597.603	16,1	83.395.854	68,7	38.032.820
Demais Despesas Correntes	60.338.392	61.934.311	9.678.856	15,6	37.611.647	60,7	24.322.664
Despesas de Capital	111.524.500	125.521.387	10.133.347	8,1	59.440.341	47,4	66.081.046
Investimentos	12.370.012	13.037.900	928.318	7,1	2.159.877	16,6	10.878.023
Inversões Financeiras	33.249.350	35.045.685	3.683.957	10,5	12.156.241	34,7	22.889.444
Amortização da Dívida ¹	65.905.138	77.437.802	5.521.072	7,1	45.124.223	58,3	32.313.579
Reserva de Contingência	21.959.723	20.072.428	-	-	-	-	20.072.428
Subtotal das Despesas (I)	609.002.665	626.235.617	79.711.167	12,7	362.130.645	57,8	264.104.972
Superávit (II)	-	-	-	-	35.172.088	-	-
Total (I+II)	609.002.665	626.235.617	79.711.167	12,7	397.302.733	63,4	264.104.972

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

² Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Ago/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Jul/Ago	%	Até o bimestre	%	
		(A)	(B)	(B/A)	(C)	(C/A)	
Receitas Correntes	12.469.804	12.562.805	2.151.039	17,12	8.107.155	64,53	4.455.650
Receita Tributária	6.988.059	6.836.573	1.258.766	18,41	4.708.462	68,87	2.128.111
Impostos	6.793.395	6.641.909	1.219.129	18,36	4.575.838	68,89	2.066.072
Taxas	194.664	194.664	39.638	20,36	132.624	68,13	62.039
Receita de Contribuições	1.059.286	1.059.286	202.440	19,11	692.998	65,42	366.288
Contribuições Sociais	1.059.286	1.059.286	202.440	19,11	692.998	65,42	366.288
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.969	289.739	18.429	6,36	97.074	33,50	192.665
Receitas Imobiliárias	22.140	22.140	449	2,03	1.930	8,72	20.210
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	265.949	17.436	6,56	93.091	35,00	172.858
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	1.615	524	32,45	2.031	(416)	
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	20	56,08	22		13
Receita Agropecuária	1.123	1.123	-	-	-	-	1.123
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Ind. de Transf.	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	720.469	118.158	16,40	481.541	66,84	238.928
Receita de Serviços	719.399	720.469	118.158	16,40	481.541	66,84	238.928
Transferências Correntes	3.719.956	3.625.728	538.309	14,85	2.198.487	60,64	1.427.241
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.482.125	523.897	15,05	2.124.553	61,01	1.357.572
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	5.036	45	-	48	-	-
Transferências de Convênios	133.926	138.567	14.367	10,37	73.886	53,32	64.681
Outras Receitas Correntes	815.118	1.120.994	198.182	17,68	646.951	57,71	474.043
Multas e Juros de Mora	120.470	130.530	22.674	17,37	62.700	48,03	67.831
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	1.857	3,37	11.583	21,04	43.475
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	1.458		4.324	64,92	2.335
Receitas Correntes Diversas	632.930	928.746	172.193	18,54	568.345	61,19	360.401
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(183.245)	16,79	(718.357)	65,83	(372.839)
Receitas de Capital	1.522.353	1.598.539	84.130	5,26	318.615	19,93	1.279.924
Operações de Crédito	583.863	583.863	62.631	10,73	205.932	35,27	377.931
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	4.396	1,97	41.305	18,46	182.401
Operações de Crédito Externas	360.157	360.157	58.235	16,17	164.626	45,71	195.531
Alienação de Bens	282.040	283.624	880	0,31	2.723	0,96	280.901
Alienação de Bens Móveis	281.065	281.065	99	0,04	493	0,18	280.572
Alienação de Bens Imóveis	975	2.560	781	30,51	2.230	87,11	330
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	217	6,25	660		2.810
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.470	3.470	217	6,25	660		2.810
Transferências de Capital	652.975	727.577	20.402	2,80	109.296	15,02	618.281
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	493.409	6.229		34.440	6,98	458.970
Transferências de Inst. Privadas	97	97	-	-	-	-	97
Transferências do Exterior	1.300	1.462	-	-	-	-	1.462
Transferências de Convênios	228.490	232.608	14.172	6,09	74.856	32,18	157.752
Outras Receitas de Capital	5	5		-	4	-	
Outras Receitas	5	5		-	4	-	
Subtotal das Receitas (I)	13.992.157	14.161.344	2.235.169	15,78	8.425.770	59,50	5.735.575
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	13.992.157	14.161.344	2.235.169	15,78	8.425.770	59,50	5.735.575
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	13.992.157	14.161.344	2.235.169	15,78		59,50	5.735.575
Saldos de Exercícios Anteriores					156.668		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanço Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Ago/2004

R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Jul/Ago	No exercício	Bim. Maio/Jun	No exercício	
Despesas Correntes	11.449.382	103.141	11.552.523	1.805.415	6.805.026	1.812.818	6.661.836	4.890.687
Pessoal e Encargos	5.892.325	(739)	5.891.586	864.194	3.486.090	866.255	3.466.784	2.424.802
Juros e Encargos da Dívida	776.020	-	776.020	109.286	339.795	109.286	339.545	436.475
Outras despesas correntes	4.781.037	103.880	4.884.917	831.934	2.979.141	837.277	2.855.507	2.029.410
Despesas de Capital	2.530.253	70.232	2.600.486	304.284	1.077.673	305.533	1.043.909	1.556.577
Investimentos	1.342.012	134.764	1.476.777	132.956	410.217	134.205	376.453	1.100.323
Inversões Financeiras	369.604	(59.111)	310.493	44.487	108.331	44.487	108.331	202.162
Amortização da Dívida	818.637	(5.421)	813.216	126.841	559.125	126.841	559.125	254.091
Outras despesas de capitais	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	12.522	(4.187)	8.335	-	-	-	-	8.335
Subtotal das Despesas (VIII)	13.992.157	169.187	14.161.344	2.109.699	7.882.699	2.118.351	7.705.746	6.455.599
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	13.992.157	169.187	14.161.344	2.109.699	7.882.699	2.118.351	7.705.746	6.455.599
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	720.024	-
Total (XII)=X+XI	13.992.157	169.187	14.161.344	2.109.699	7.882.699	2.118.351	8.425.770	6.455.599

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan/2003 - Set/2004

R\$ 1.000

Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fevereiro	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Março	442.068	468.157	40.292	46.489	482.360	514.646
Abril	483.606	699.160	35.434	48.642	519.040	747.802
Maio	447.830	532.332	47.985	54.677	495.815	587.009
Junho	454.843	531.331	47.430	63.295	502.273	594.626
Julho	463.914	554.265	57.400	65.912	521.314	620.176
Agosto	465.528	577.960	55.112	60.630	520.640	638.590
Setembro	491.119	567.226	63.031	57.974	554.150	625.200
Outubro	497.479		31.450		528.929	
Novembro	488.485		36.125		524.609	
Dezembro	491.635		53.554		545.190	
Total	5.712.367		432.583		6.263.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2003 - Set/2004						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	569.763	528.978	52.506	40.481	622.268	569.459
Fevereiro	564.687	473.355	42.954	49.534	607.642	522.888
Março	496.464	501.021	45.250	49.753	541.714	550.774
Abril	540.888	739.756	39.632	51.466	580.520	791.222
Maiο	504.242	555.126	54.029	57.019	558.272	612.145
Junho	515.735	547.040	53.779	65.166	569.514	612.207
Julho	527.071	564.247	65.214	67.099	592.285	631.345
Agosto	525.636	580.756	62.228	60.923	587.864	641.679
Setembro	548.783	567.226	70.432	57.974	619.215	625.200
Outubro	553.468		34.990		588.457	
Novembro	540.871		39.999		580.870	
Dezembro	541.102		58.943		600.045	
Total	6.428.711		619.955		7.048.666	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de maio 2004 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para a Bahia: Jan/2003 - Set/2004										R\$ 1.000
Períodos	Receitas									
	FPE¹		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO²		Outras³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2003	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maiο	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	16.187	65.247	32.539⁴	52.678	221.968	814.765
Maiο	189.788	850.858	10.070	45.840	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	12.557	96.419	6.713⁴	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

¹ Deduzidos 15% para o FUNDEF

² Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

³ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579

⁴ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1773

Município

Balanço Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Ago/2004							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (B-C)
			Jul-Ago 2004 (B)	% B/A	Jan-Ago 2004 (C)	% C/A	
Receitas Correntes	1.503.322	1.507.092	212.085	14,1	846.160	56,1	660.932
Receita Tributária	527.569	527.569	70.964	13,5	316.773	60,0	210.796
Impostos	451.500	451.500	62.048	13,7	265.009	58,7	186.491
Taxas	76.069	76.069	8.753	11,5	51.075	67,1	24.994
Contribuição de Melhoria	-	-	163	-	689	-	(689)
Outras Receitas Tributárias	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	67.700	71.400	13.420	18,8	51.229	71,7	20.171
Contribuições Sociais	31.500	31.500	7.632	24,2	27.375	86,9	4.125
Contribuições Econômicas	36.200	39.900	5.788	14,5	23.854	59,8	16.046
Receita Patrimonial	98.289	98.289	4.377	4,5	23.683	24,1	74.606
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	285	10,0	1.119	39,4	1.723
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	56.620	2.202	3,9	9.259	16,4	47.361
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	1.882	5,1	13.226	35,9	23.601
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	8	-	79	4,0	1.921
Receita Industrial	-	-	140	-	507	-	(507)
Receita de Serviços	13.153	13.153	938	7,1	6.617	50,3	6.536
Receita de Serviços	13.153	13.153	938	7,1	6.617	50,3	6.536
Transferências Correntes	722.799	722.869	110.346	15,3	405.300	56,1	317.569
Transf. Intergovernamentais	672.773	672.773	106.816	15,9	390.880	58,1	281.893
Transf. de Instituições Privadas	452	452	-	-	124	27,4	328
Transferências do Exterior	-	-	11	-	11	-	(11)
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.618	3.519	7,1	14.285	28,8	35.333
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	11.900	16,1	42.051	57,0	31.761
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	7.389	25,4	22.876	78,6	6.228
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	765	16,1	2.550	53,8	2.190
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	3.247	10,1	13.471	42,1	18.529
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	499	6,3	3.154	39,6	4.814
Receitas de Capital	114.044	114.044	6.631	5,8	44.190	38,7	69.854
Operações de Crédito	26.939	26.939	2.896	-	4.436	-	22.503
Operações de Crédito Internas	26.939	26.939	2.896	10,8	4.436	16,5	22.503
Alienação de Bens	3.500	3.500	-	-	2	0,1	3.498
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	-	-	2	0,1	3.498
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	3.735	4,5	39.751	47,6	43.754
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	20
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	3.735	4,6	39.751	49,4	40.689
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	99
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	1	1,0	99
Subtotal das Receitas (I)	1.617.366	1.621.136	218.716	13,5	890.350	54,9	730.786
Déficit (II)	-	-	31.506	-	5.732	-	-
Total (III)=(I+II)	1.617.366	1.621.136	250.222	15,4	896.082	55,3	725.054

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Balço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Ago/2004									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (A)	Créditos adicionais (B)	Dotação atualizada (C)	Despesas					Saldo (C-G)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jul-Ago (D)	Jan-Ago (E)	Jul-Ago (F)	Jan-Ago (G)	% (G-C)	
Despesas Correntes	1.327.272	5.020	1.332.292	153.324	964.713	210.988	767.088	57,6	565.204
Pessoal e Encargos Sociais	516.158	(258)	515.900	49.213	375.452	72.116	286.887	55,6	229.013
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693	(144)	74.549	10.486	52.741	11.594	45.890	61,6	28.659
Outras Despesas Correntes	736.421	5.422	741.843	93.625	536.520	127.278	434.311	58,5	307.532
Despesas de Capital	281.094	3.580	284.674	39.928	155.373	39.234	128.994	45,3	155.680
Investimentos	203.715	3.196	206.911	27.009	112.756	30.013	94.697	45,8	112.214
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	1.035	2.152	870	1.506	36,6	2.609
Amortização da Dívida	73.304	344	73.648	11.884	40.465	8.351	32.791	44,5	40.857
Reserva de Contingência	9.000	-	9.000	-	-	-	-	-	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.617.366	8.600	1.625.966	193.252	1.120.086	250.222	896.082	55,1	729.884
Superávit (II)	-	-	-	-	-			-	-
Total (I+II)	1.617.366	8.600	1.625.966	193.252	1.120.086	250.222	896.082	55,1	729.884

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

ESPAÇO RESERVADO

Você também pode aparecer nestas páginas. Envie um artigo para o conselho editorial da C&P e mostre o que você tem a dizer sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil.

Informações: **www.sei.ba.gov.br**

E-mail: **conjunturaeplanejamento@sei.ba.gov.br**

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita artigos, em português, sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia e resenhas de livros recém lançados.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5 cm, com margens de 3 cm, fonte times new roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas e referências, para artigos, e no máximo de 4 páginas, para resenhas;

- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone, especificado como nota de rodapé, utilizando asterisco (*);

- arquivos magnéticos editados em Word, que podem ser enviados para a instituição, através do e-mail: conjunturaeplanejamento@sei.ba.gov.br

- As tabelas e gráficos devem estar no formato excel; mapas e ilustrações em imagem vetorial e citados na página do texto;

- os títulos das tabelas, gráficos, quadros e ilustrações devem conter: a variável, a localidade e o período a que se referem;

- notas de rodapé explicativas ou complementares devem ser curtas, numeradas em ordem sequencial e estar na página na qual ela é referida;

- citações, até três linhas, entre aspas, na sequência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10520 da ABNT);

- referências completas e precisas, segundo as normas para Referências NBR 6023, da ABNT.

- Os títulos e subtítulos devem ser objetivos, podendo a coordenação editorial proceder ajustes de acordo com o layout da página.

Caso o artigo seja publicado, o autor terá direito a dois exemplares da publicação.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

